FERNANDO MARIA ALBERTO DE SEABRA

A industrialização dos países agrícolas

Introdução ao estudo do problema

COIMBRA — 1945

A industrialização dos países agrícolas

Dissertação de concurso a uma vaga de Professor Extraordinário do 8.º grupo (Ciências Económico-Sociais) da Faculdade de Engenharia da Universidade do Pôrto.

Feita no Centro de Estudos Económico-Corporativos, anexo à Faculdade de Direito de Coimbra e subsidiado pelo Instituto para a Alta Cultura.

ÍNDICE

§ 1.º

PAÍSES AGRÍCOLAS E PAÍSES INDUSTRIAIS

CAPÍTULO I

O problema da política comercial internacional. Esbôço de uma teoria do comércio internacional

Capítulo II

Esbôço de uma teoria do comércio internacional

(continuação)

§ 2.º

AGRICULTURA E INDÚSTRIA

CAPÍTULO I

Noções gerais

CAPÍTULO II

A oferta e a procura de produtos agrícolas

CAPÍTULO III

A crise agrícola

§ 3.º

A INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PAÍSES AGRÍCOLAS

§ 1.º

PAISES AGRÍCOLAS E PAÍSES INDUSTRIAIS

CAPÍTULO I

O problema da política comercial internacional. Esbôço de uma teoria do comércio internacional.

1 — Dois sistemas de política comercial internacional: proteccionismo e livre-câmbio.

2 — O problema da escolha de um dêstes sistemas situa-se em terreno estrictamente económico. São possíveis diversos fins para a política económica de cada Estado; a Economia aceita-os como dados.

3 — Uma decisão sôbre os méritos comparados do livre-câmbio e do proteccionismo só pode obter-se com base nos ensinamentos fornecidos pela teoria do comércio internacional. O pensamento de Adam Smith.

4 — Só com Ricardo o estudo do comércio internacional recebe uma formulação verdadeiramente científica. A distinção ricardiana entre comércio interno e comércio internacional.

5 — O conceito de Nação postulado pela análise clássica não coïncide necessàriamente com o conceito político comum.

6 — Como estudo de primeira aproximação, a análise desenvolvida é de tipo puramente

quantitativo. A vantagem económica de uma Nação é encarada como a soma das vantagens económicas individuais.

7 — Ulteriores simplificações: eliminação da moeda, ignorância dos custos de transporte, produção a custos constantes.

8 — Nas condições dadas e suposta uma completa liberdade económica, a existência do comércio internacional depende de diferenças nos custos comparados.

1 — O problema fundamental da política económica internacional consiste em determinar se o mecanismo das trocas internacionais deve ser deixado inteiramente livre ou se, pelo contrário, o interêsse de um povo requere a sua regulamentação. Forma-se assim uma política comercial, isto é, promulga-se um conjunto de medidas com que os vários Estados procuram facilitar ou obstar as importações e exportações das diversas mercadorias e serviços (1).

É já velho de mais de um século o debate entre duas teses fundamentais neste domínio. De um lado, advoga-se que o comércio externo deve ser deixado completamente livre e condena-se tôda a intromissão do Estado no livre jôgo das fôrças económicas: é o parecer dos livre-cambistas; do outro, preconiza-se o contrôlo estadual das importações e exportações, sempre que interêsses de ordem não unívoca o postulem: é o ponto de vista dos proteccionistas (2).

---

(1) Cfr. GOTTFRIED VON HABERLER, *The theory of international trade with its applications to commercial policy*, Londres; 1937, pág. 212; Dr. Veiga Simões, *Les nouvelles orientations de la politique economique internationale*, in *Recueil des cours de l'Academie de la Haye*, 1931, vol. XXXV, pág. 246.

(2) A oposição estrutural entre os dois sistemas é contestada por FRANCESCO VITO que afirma ser o proteccionismo uma derivação do livre-câmbio. Vide: *I fondamenti della teoria corporativa del commercio internazionale, in Archivio di studi corporativi*, vol. VI, 1935, págs. 156 e segs.

Não conseguiu o tempo abrandar o ardor dos paladinos de um e outro sistema de política comercial. Em teoria, o livre câmbio entre os países, embora sujeito a críticas, reservas e limitações, continua a ser acolhido como o sistema econòmicamente mais vantajoso para o Estado e para os indivíduos. Mas a verdade é que a história económica — como agudamente o notou RICHARD VON STRIGL — outra coisa não é senão a história de limitações mais ou menos extensas impostas ao tràfico comercial (1).

Acusam-se recìprocamente os defensores das duas correntes, de abstracção, de um lado, de ineficácia lógica, do outra, tudo conseqüência da impostação pura de uma, da formulação histórica da outra, mas recusando uma a análise histórica, não chegando jámais a outra à abstracção lógica. As várias teses proteccionistas, desenvolvidas em estreita ligação com os factos e fortes pelo apoio da história, cairam, no campo teórico, num pragmatismo proteiforme. A tese livre-cambista, procurando modificar os factos de harmonia com os próprios ditames, formulados com matemática exacti-

---

(1) RICHARD VON STRIGL, *Introduction aux principes fondamentaux de l'economie politique*, Paris, 1939, pág. 241. A proposito da divergência entre o que a teoria económica nos ensina e a prática da política comercial nos revela, são curiosas as seguintes palavras de FREDERIC LIST: «Mas que ciência é esta que não ilumina a estrada que deve ser seguida pela prática! Será, porventura, natural que o economista, com a extraordinária potência do seu espírito, tenha compreendido sempre a verdadeira natureza das coisas e que o prático, na sua incapacidade igualmente extraordinária, não esteja em situação de aproveitar as verdades descobertas e postas em clara luz pelo primeiro? Ou não se deverá antes reconhecer que os práticos, ainda que geralmente muito inclinados a permanecer ligados ao que já existe, não teriam por tanto tempo e com tanta obstinação oposto resistência à teoria, se ela mesma não estivesse em contraste com a natureza real das coisas? Cfr. *Il sistema nazionale dell'economia politica*, tradução italiana, in *Nuova collana di economisti*, vol. III, pág. 134. Vide ainda: WILLIAM KIEKHOFER, *Economic principles, problems and policies*, Nova York, 1936, págs. 803 e segs.; VITO, *loc. cit.*, pág. 156; HABERLER, *ob. cit.*, pág. VII.

dão, jamais tendo sido aplicada de modo satisfatório, continuou a difundir as próprias premissas, a criticar, a acusar.

Talvez, bem vistas as coisas, livre-cambistas e proteccionistas tenham razão; as duas argumentações coexistirão sempre porque, movendo-se sôbre planos diversos, contradizem-se, mas não se podem refutar. A uma mais clara inteligência da posição de uns e outros se destinam os números seguintes.

2 — A ciência económica só pode opinar sôbre que meios terão de empregar-se para conseguir uma finalidade dada ou hipotética, e se os meios fornecidos são ou não adequados para a consecução de determinado fim. Ora, na medida em que estes meios são económicos, é da inteira competência do economista formular um julgamento àcêrca dos seus méritos relativos (1).

Sem dúvida que o problema dos fins é extra-científico e é ao político que compete defini los. Mas, dentre a variada gama de finalidades que qualquer Estado se pode propor, nem todos se apresentam da mesma forma ao economista. Alguns há que são claramente insusceptíveis de uma expressão em termos económicos, pelo menos com as categorias de que êste ramo da ciência dispõe actualmente. Assim, fala-se na realização do interêsse nacional ou do máximo pòderio para o Estado como fim de uma política económica e o estudioso sente-se francamente embaraçado, não só perante o seu carácter vago e impreciso, como ainda diante da possibilidade de os reduzir às categorias económicas existentes.

Talvez por esta razão, a análise dos problemas da polí-

---

(1) Cfr. Haberler, *The theory of international trade*, cit., págs. 213 e segs.; P. T. Ellsworth, *International economics*, Nova-York, 1938, págs. 279 e segs.

tica comercial internacional tem sido conduzida com base na suposição de que os vários Estados se propõem a consecução de alguma coisa econòmicamente mensurável e determinável. Nesta ordem de idéias, o fim mais geralmente aceite da política económica nacional é o bem-estar da colectividade o qual, se a distribuïção do rendimento fôr provisòriamente posta de lado, pode ser interpretado como significando a obtenção do máximo rendimento nacional em bens e serviços. Num sentido todo relativo, poder-se-à falar aqui de um fim económico; mas tenha-se sempre presente que a sua economicidade deriva apenas da possibilidade de lançar mão dos ensinamentos da ciência económica quando o equacionamos com os meios disponíveis. E o problema resume-se agora em averiguar qual dos dois sistemas de política comercial, livre-câmbio ou proteccionismo, é conducente à obtenção de um maior volume de rendimento nacional.

Todos reconhecem naturalmente que a política comercial internacional se não baseia apenas em considerações económicas. Considerações políticas, filiadas num nacionalismo exasperado ou em necessidades de ordem militar (1), hoje, como no passado, influem poderosamente na direcção da política comercial. Rigorosamente falando, prosseguem-se, as mais das vezes, finalidades que apresentam um alto grau de incompatibilidade entre si e, consoante as condições de momento, será atribuída maior importância a uma ou a outra. Tudo isto contribui, sem dúvida, para diminuir a importância da ciência económica no seu papel de orientadora da acção do prático e para explicar o divórcio existente entre a teoria e a realidade. Mas, na medida em que a consecução de um

---

(1) Vejam-se interessantes considerações de LUDWIG VON MISES a propósito do argumento das necessidades militares, aduzido pelos proteccionistas em abôno da sua posição. *La crise de la division international du travail*, apud *La crise mondiale*, Paris, 1939, págs. 274 e segs.

rendimento nacional máximo seja fim a atender, o político jamais poderá passar sem os ensinamentos da ciência económica; esta adverti-lo-à igualmente do grau em que a consecução de outros objectivos colidirá com aquêle, ou melhor, se fará a expensas dêle (1).

3 — Desde que a discussão é conduzida em terreno estrictamente económico, uma decisão sôbre os méritos comparados de cada um dos sistemas de política comercial envolve necessàriamente a resolução de vários problemas. Pois, concedendo mesmo que o fim dado possa ser alcançado mediante o recurso a meios diferentes, ficar-se-à ainda sem saber qual dos meios económicos disponíveis permite realizar mais plenamente a finalidade em vista. A elucidação dêste e de outros problemas é função da Ciência Económica, no seu particular capítulo da teoria do comércio internacional.

Vale a pena — ainda por terem sido partidários do livre-câmbio os principais construtores desta teoria —, em fugaz visão panorâmica, traçar as linhas essenciais do desenvolvimento do pensamento económico no domínio das relações comerciais entre as nações.

Dizia Adam Smith que a máxima de todo o chefe de família prudente é a de jamais tentar fazer de per si aquilo que lhe seja mais vantajoso comprar. O alfaiate não procura fazer o seu calçado, antes o compra ao sapateiro; êste não procura fazer os seus fatos, mas recorre ao alfaiate; o agricultor não tenta fazer nem uns nem outros, antes se dirige àqueles dois artífices. Não há ninguém que não veja que tem interêsse em aplicar tôda a sua indústria no género de trabalho em que tem alguma vantagem sôbre os seus vizinhos

---

(1) Oskar Morgenstern, *The limits of economics*, Londres, 1937, págs. 58 e segs.; von Strigl, *Introduction*, cit., págs. 249 e segs.; William Kiekhofer, *Economic principles*, cit., págs. 804 e segs.

e comprar todas as outras coisas de que pode ter necessidade com uma parte do produto daquela indústria. Ora o que é prudência na conduta de cada família em particular, não pode ser loucura no caso de um grande império (1).

Transpostas estas idéias para o campo das relações comerciais internacionais, segue-se lògicamente que, se um país estrangeiro nos pode fornecer uma mercadoria a um preço inferior àquele a que nós a podemos produzir, vale mais que a compremos com uma parte do produto da nossa indústria, empregada no sector ou sectores em que se possua qualquer vantagem. A conveniência em levar a efeito o comércio, quando os dois países em questão disponham de superioridade absoluta na produção de cada uma das mercadorias, é evidente e verifica-se debaixo de quaisquer circunstâncias. Na verdade, ainda que os factores de produção se deslocassem livremente entre os países, o facto não teria transcendência alguma visto que, no nosso caso, o trabalho e o capital se encontram repartidos pelos dois países do mesmo modo por que o estariam se houvesse plena liberdade de movimentos (2).

A argumentação de SMITH, que não passou daqui, representa um ponto intermédio entre os fisiocratas e RICARDO.

Sem dúvida que uma grande parte do comércio mundial se baseia em diferenças absolutas de custos e é típico a êste respeito o comércio entre as zonas temperadas e as tropicais: em virtude de grandes diferenças de clima e na dotação de recursos naturais, as condições de produção nestas regiões são francamente diferentes, com o resultado final de os produtos de uma não poderem ser obtidos na outra ou

---

(1) Citado por JACOPO MAZZEI, *Schema di una storia della politica economica internazionale nel pensiero dei secoli XVII, XVIII e XIX*: in *Nuova collana di economisti*, vol. III, pág. 857.

(2) F. W. TAUSSIG, *Principles of economics*, vol. I, Nova York, 1912, pág. 489; HABERLER, *The theory of international trade*, cit., pág. 127.

então só com esforços muito maiores. Mas ficará sempre por explicar a razão de ser do enorme volume de transacções comerciais que têm lugar entre países onde as condições de produção em pouco divergem.

E compreende-se fàcilmente que, enquanto se consideravam as trocas internacionais como provocadas por diferenças absolutas de custos e se não individualizavam as suas especiais características na menor mobilidade dos factores de produção, antes se consideravam como um caso particular do comércio interno, tôda a defesa do livre-câmbio devia, ou demonstrar a existência de especiais vantagens absolutas para cada singular país, ou chegar à previsão de uma forte emigração de capital e trabalho, paralizada sòmente pela saturação das melhores zonas ou pela formação de preços tais que permitam o trabalho ainda nas zonas produzindo a custos mais altos (1).

4 — Não esboçou ADAM SMITH uma construção específica da teoria do comércio internacional. Na sua obra deparamos com uma generalização dedutiva de certos princípios gerais, embora de vasta aplicação no campo do comércio internacional. Mas a verdade é que tais princípios se revelam algumas vezes pouco aptos e as deficiências não são supridas com argumentos directamente atinentes ao tráfico de mercadorias e serviços entre as nações.

Elevar-se da congérie de factos a uma síntese sob a qual, despojada de tôda a complicação prática, apareça em plena luz o núcleo, a essência do que fundamentalmente regula a divisão internacional do trabalho — tal foi a tarefa que, iniciada por RICARDO e continuada por outros economistas,

---

(1) JACOPO MAZZEI, *Schema de una storia della politica economica internazionale*, cit., págs. 858 e segs.; P. T. ELLSWORTH, *International economics*, cit., pág. 26.

veio a culminar na chamada teoria clássica do comércio internacional.

Não estabelecera ADAM SMITH uma diferenciação nitida entre o comércio interno e o comércio internacional. E, na verdade, se no comércio internacional, como em qualquer outro sector da Economia, são os sujeitos económicos, os indivíduos, quem compra e vende, quem, em suma, pratica actos económicos; se tanto o comércio doméstico como o internacional são levados a efeito por indivíduos em busca de lucros ou ganhos monetários; se o fundamento da troca é em ambos oc casos o mesmo; se, enfim, tanto num caso como no outro, os indivíduos compram onde os bens podem ser obtidos mais baratos e vendem ondem podem conseguir maiores lucros, para quê formular uma teoria autónoma do comércio internacional?

Muitos pontos de contacto, sem dúvida; mas isso não exclue a existência de importantes diferenças entre o comércio interno e o comércio internacional.

Primeiro, no comércio doméstico, compradores e vendedores utilizam a mesma unidade monetária; pelo contrário, no comércio internacional, empregam-se unidades monetárias diferentes.

Depois, no interior de cada país, a possibilidade de deslocar os factores de produção entre as várias indústrias, até que a remuneração obtida por qualquer dêles seja aproximadamente a mesma em qualquer emprêgo, significa que os bens se trocarão ordinàriamente em razão dos seus custos monetários de produção e daí que a existência do comércio dependa de diferenças entre os custos absolutos. Na verdade, se o trabalho pode obter uma mais alta retribuïção na indústria A do que na indústria B, haverá uma tendência para a sua deslocação de B para A, até que a remuneração seja a mesma em todos os empregos. Paralelamente, o capital tenderá a procurar a indústria onde pode obter mais alta retribuïção em juros, até que a taxa dêste, tendo em conta

as diferenças de risco, seja aproximadamente a mesma em tôdas as colocações. Pode acontecer que êste equilíbrio nunca seja completamente atingido, mas a pressão das fôrças económicas é tôda nesse sentido. Não se pode conceber, portanto, que, em regíme de perfeita concorrência, no interior de um país, uma mercadoria qualquer seja produzida numa localidade B em condições mais onerosas do que numa localidade A. Uma vez que os preços tendem a nivelar-se em tôda a extensão do país, se a produção fôr mais vantajosa em A do que em B, os empresários estabelecidos nesta última localidade transfeririam as suas emprêsas para a primeira delas. Assim, no interior de cada Nação, em cada momento e para cada mercadoria, haverá um só custo de produção (1).

De modo semelhante, se entre os países houvesse plena mobilidade dos factores, breve êstes se encontrariam distribuídos entre êles nem mais nem menos como se tratasse de um só país, e isso com base na mesma lei da produtividade marginal, segundo a qual, em condições de concorrência, os factores de produção se repartem entre as várias emprêsas (e ainda entre as diversas regiões de um país) de modo a obterem na margem o mesmo rendimento. O único comércio que poderia existir em tais condições é o baseado em diferenças absolutas de custos (2).

Mas porque — segundo os clássicos — os factores de pro-

---

(1) BURNHAM N. DELL e GEORGE F. LUTHRINGER, *Population, resources and trade*, Boston, 1938, pág. 181; J. E. MEADE, *Economie politique et politique economique*, Paris, 1939, pág. 479; FIRMIN OULÉS, *Le probleme du commerce international*, Paris, 1934, págs. 72 e segs.; G. UGO PAPI, *Lezioni di economia politica corporativa*, 4.ª ed., vol. I, Pádua, 1937, pág. 366.

(2) BARRETT WHALE, *International trade*, Londres, 1934, pág. 103; GIOVANNI DEMARIA, *Politica economica internazionale*, Turim, 1940, págs. 97 e segs.; GUSTAVO DEL VECCHIO, *Teoria del commercio internazionale*, Pádua, 1923, págs. 18 e segs.

dução se não podem deslocar de país para país, há possibilidade de mercadorias idênticas serem produzidas a custos consideràvelmente diferentes em nações diversas. Efectivamente, desde que se assenta na imobilidade dos factores produtivos entre os países, não há concorrência entre êles e daí que possam auferir permanentemente remunerações diversas. Ora são estas diversas retribuïções que vão dar origem a custos diferentes. Vê-se, pois, como — diferentemente do que sucede no comércio doméstico — o custo de produção já não pode servir de regulador do preço corrente das mercadorias susceptíveis de serem produzidas em vários países (1).

5 - Esta imobilidade internacional dos factores de produção era apontada por RICARDO como um dado de facto histórico do seu tempo e relacionada com a existência de fronteiras nacionais bem definidas. Mais tarde, porém, viria a ser aceite como uma premissa de economia pura.

Efectivamente, com a evolução da teoria — e talvez para

---

(1) Pretende JACOB VINER que os clássicos teriam suposto uma imobilidade espacial internacional dos factores de produção, distinta da imobilidade ocupacional, e uma mobilidade ocupacional interna, independente da mobilidade espacial. Pelo que expusemos no texto, somos de parecer que a actuação da lei da produtividade marginal — longe de dispensar — pressupõe necessàriamente a mobilidade espacial tanto do capital como do trabalho. A premissa de uma completa imobilidade internacional dos factores produtivos tem dado lugar às mais acerbas críticas contra a teoria clássica, em grande parte injustificadas. Torna-se necessário distinguir entre a questão empírica de saber se as premissas da escola clássica se apoiam na realidade e a questão lógica da correspondência entre as suas conclusões e aquelas premissas; importa, por outro lado, encarar esta simplificação como uma útil aproximação na análise do complexo fenómeno do comércio internacional. Cfr. JACOB VINER, *Studies in the theory of international trade*, Nova York, 1937, págs. 596 e segs.; HENRI DENIS, *Le sens et la portée du principe des coûts comparés*, in *Revue d'economie politique*, 1940, págs. 23 e segs.; RICCARDO BACHI, *Principî di scienza economica*, vol. II, Turim, 1940, págs. 3 e segs.; TAUSSIG, *Principles of economics*, cit., págs. 490 e segs.

fazer face à objecção de não só não existir uma completa imobilidade dos factores entre as nações como ainda a mobilidade no seu interior estar longe de ser perfeita — o conceito de Nação vai sendo refinado e precisado pelas necessidades de elaboração de uma teoria do comércio internacional autónoma. Assim, é muito freqüente STUART MILL substituir a expressão «nações diferentes» pela de «lugares distantes» e CAIRNES fala explicitamente de comércio entre grupos não-concorrentes. Por sua vez, BASTABLE, para evitar mal entendidos, sugere a substituïção da expressão comércio internacional pela de comércio interregional e dá-nos uma definição da Nação que é pressuposta pela teoria, nas seguintes palavras: «Para termos uma Nação são precisas duas condições, uma positiva e outra negativa. A condição positiva vem a consistir em uma circulação liberta de todo o entrave e subtraída a tôda a resistência tanto do capital como do trabalho, nos limites de um território. A condição negativa importa a imobilização nestes mesmos limites do trabalho e do capital, isto é, ausência de qualquer circulação dêles entre os vários territórios.

As nações eram assim consideradas como grupos de produtores, grupos não-concorrentes, simples zonas no interior das quais o capital e o trabalho se moviam livremente sob a acção das variações de rendimentos, mas entre as quais se não verificava qualquer movimento. Que a sua definição de Nação coïncidisse com a definição política geralmente aceite, não o afirmaram os clássicos; é manifesto, porém, que, em muitos casos, haverá concordância entre os dois conceitos (1).

---

(1) Cfr. FRANÇOIS PERROUX, *Capitalisme et communauté de travail*, Paris, 1938, pág. 216; CHI-YUEN WU, *An outline of international price theories*, Londres, 1939, pág. 155; GEORGES DE LEENER, *Theorie et politique du commerce international*, Bruxelas, 1933, pág. 46 e segs.; PAUL REBOUD, *Précis d'economie politique*, pág. 116.

6 — Mas não há dúvida de que a simples existência de uma Nação no seu significado político importa a formação de uma comunidade de interêsses entre os seus membros e bem pode acontecer que ela se imponha ao ponto de determinar, sob uma forma qualquer, uma representação consciente do interêsse comum. Cria-se um complexo unitário de relações económicas, que dá corpo ao sentimento da solidariedade de interêsses — e isso forma a unidade da economia nacional (1). Ora, se debaixo de certo ponto de vista cada economia nacional é uma unidade orgânica, parece que êste último deve ser um dos conceitos básicos em qualquer teoria do comércio internacional.

Êste ponto de vista não influenciou, porém, os autores clássicos. Em seu parecer, apenas uma discussão puramente analítica que afaste o uso de conceitos tais como *organismos*, diferentes da soma de células que os compõem, pode fornecer uma base segura à teoria do comércio internacional. Um estudo de tipo não quantitativo, qualitativo, se possível, poderá ser feito ulteriormente. Não há vantagem em atacar o problema ao mesmo tempo sob os dois ângulos e com duas espécies distintas de instrumentos; só confusão poderia resultar daí.

A vantagem económica de uma Nação é, pois, encarada como a soma das vantagens económicas individuais, como o máximo de ofelimidade para os individuos, segundo a nomenclatura paretiana (2).

---

(1) Prof. Teixeira Ribeiro, *Princípio e fins do sistema corporativo Português*, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. XVI, pág. 17; Giovanni Demaria, *Elementi di economia politica corporativa*, Milão, 1938, págs. 140 e segs. Vejam-se, no entanto, as observações de Haberler, *ob. cit.*, pág. 7.

(2) Gustav Cassel, *Traité d'economie politique*, tômo I, cit., pág. 433; Bertil Ohlin, *Interregional and international trade*, Cambridge, 1935, pág. 244; Arrigo Serpieri, *Principi di economia politica corporativa*, Florença, 1940, pág. 183 e segs.

7 — O quadro está apenas esboçado. Pois, em seguida, afasta-se a moeda da teoria do comércio internacional e a conseqüência é que, se se não tomam em conta os custos monetários, um comum denominador para o custo de produção só se pode encontrar no trabalho. As trocas internacionais são encaradas como trocas directas e os custos de produção das mercadorias medem-se pelo tempo de trabalho necessário para o seu fabrico. Mas a adopção da teoria do valor trabalho — postulando que os preços sejam proporcionais ao custo subjectivo trabalho e que nenhuns outros custos reais estejam envolvidos no processo produtivo — supõe um mundo extremamente simplificado (1). Seria preciso admitir por um lado, que as várias categorias de trabalho podem ser reduzidas a um denominador comum com base na assumpção de uma relação fixa entre elas; se o salário de um trabalhador é duplo do de outro, um dia de trabalho do primeiro equivale a dois dias do segundo: assim tôda a espécie de trabalho se pode converter em trabalho não qualificado. A acção da concorrência, no interior do país, fará com que esta oferta de trabalho — que é fixa em virtude da sua imobilidade internacional — se distribua pelos vários lugares e ocupações de forma a conseguir um tôda a parte a mesma produtividade e o mesmo salário. Desta forma, conseguir-se-á permanente identidade de preços para mercadorias que contenham iguais quantidades de trabalho.

---

(1) Convém distinguir cuidadosamente os custos reais do custo monetário e do custo fisio-psicológico. O primeiro consiste no conjunto de bens consumidos na produção: são os bens materiais que nela se gastaram e é o dispêndio fisio-psíquico dos homens que tem de ser reintegrado para que eles continuem a trabalhar; o segundo corresponde ao conjunto de despesas que, numa economia monetária e de divisão de trabalho, as emprêsas suportam para obter os bens e serviços; o último consiste nos sacrifícios que se fazem para obter um determinado bem. Cfr. MARCO FANNO, *Principi di scienza economica*, Pádua, 1938, pág. 211 e segs ; A MARSHALL, *Industria e commercio*, in *Nuova collana di economisti*, vol. VII, pág. 173.

Depois, não só o uso do trabalho como ainda o do capital, envolve simultâneamente um custo monetário e um custo real. Ora para que o trabalho possa servir de padrão do valor e de medida comum da superioridade na produção, será preciso que a proporção em que se combina com o capital seja invariável em todos os ramos de produção, e em tôdas as emprêsas dentro do mesmo ramo (1).

Mas até aqui apenas expusemos as simplificações que o perfeito funcionamento do mecanismo da teoria do valor-trabalho pressupõe. Resta-nos, finalmente, indicar outras premissas que estão na base da teoria clássica, na sua primeira aproximação ao estudo dos problemas do comércio internacional. Assume-se, primeiro, que os custos de produção sejam constantes, isto é, que se mantenham os mesmos muito embora o quantitativo da produção varie; sempre que assim suceda, não haverá qualquer diferença entre o custo médio e o custo marginal. Supõe-se, depois, a inexistência de custos de transporte, tanto no comércio doméstico como no comércio internacional e imagina-se operante uma concorrência perfeita entre os países, relativamente ao comércio de mercadorias.

8 — Se os factores produtivos permanecem vinculados à região em que são oferecidos pela natureza ou foram produ-

---

(1) DAVID RICARDO, *Principes de l'economie politique et de l'impot*, trad. francesa, vol I, Paris, 1933, pág. 5 e segs; AUGUSTO GRAZIANI, *Ana-si ricardiana*, in *S'tudi di critica economica*, Milão, 1935, pág. 32 e segs.; JENNY GRIZIOTTI KRETSCHMANN, *Il valore nelle dotrine classica e subbiettiva* in *Giornale degli economisti*, 1938, pág. 186. Não obstante ser esta a interpretação corrente do pensamento de RICARDO, não falta quem afirme a sua adesão a uma teoria do valor baseada nas despesas da produção, em que os lucros são incluídos entre os custos necessários. Cfr. JOHN M. CASSELS, *A re-interpretation of Ricardo on value*, in *The quarterly journal of economics*, vol. XLIX, 1935, pág. 519.

zidos pela obra humana, é natural que, muitas vezes, mercadorias idênticas sejam produzidas em países diversos a um custo-trabalho muito diferente. Isto significa, por outras palavras, que o trabalho aplicado à produção de determinadas mercadorias não alcança por toda a parte a mesma produtividade ou eficiência. Esta diversa produtividade do trabalho pode ser explicada em função da variedade de condições climatéricas ou da diversidade de aptidões naturais, da perícia e aptidão devidas a complexas causas humanas, ou pode resultar de uma combinação de tudo isto.

Como quer que seja, esta diferença de eficiência vai fazer com que a relação das quantidades de trabalho para as quantidades de produto seja diferente nos vários países e que o custo de produção não possa servir de base à determinação do valor das mercadorias internacionais.

Mas, verificadas as diferenças de custos, explicada a sua origem, pôsto em relêvo o seu significado, já possuimos todos os elementos para fornecer uma explicação do surgir do comércio internacional.

Pois nós suposemos que o comércio fôsse levado a efeito por indivíduos e que a finalidade por êstes visada se concretizava na obtenção de lucros. Pode, por isso, avançar-se a regra de que o comércio terá lugar se e enquanto se revelar vantajoso para cada um dos permutantes. Ora é mérito de RICARDO o ter demontrado que o âmbito das trocas bilateralmente lucrativas é bem mais extenso do que o determinado pelas diferenças absolutas de custos.

Podemos, na verdade, supor que, em Portugal, 10 dias de trabalho tornem possível a obtenção de 5 unidades de trigo ou de 10 unidades de tecido e que, na Inglaterra, a mesma quantidade de trabalho proporcione a produção de 10 ou 30 unidades de cada uma daquelas mercadorias. A simples inspecção dêstes números revela que a Inglaterra dispõe de uma vantagem absoluta em ambos os ramos de produção, embora a sua superioridade seja mais acentuada no que res-

peita à produção de tecidos. Isto não obstante, RICARDO demonstrou-nos que, na hipótese de ser dada completa liberdade económica aos indivíduos, se vai iniciar um comércio e realizar uma divisão do trabalho que é vantajosa para ambos os paises (1).

Se portugal e a Inglaterra não mantivessem entre si, nem com quaisquer outros países, relações comerciais, a razão de troca entre o trigo e os tecidos seria determinada, em regime de livre-concorrência e em condições de equilíbrio, pela relação entre os custos absolutos de produção respectivos (2). Por isso, em condições de autarcia, cada unidade de trigo permutar-se-ia, em Portugal, por duas unidades de tecido; inversamente, cada unidade de tecido não conseguiria trocar-se por mais de meia unidade de trigo. Coisa idêntica se diga em relação à Inglaterra, onde a obtenção de uma unidade de trigo importaria a cessão de três unidades de tecidos e valor de troca dos tecidos em têrmos de trigo seria o recíproco do precedente.

Esta a situação na hipótese de um completo isolamento. Breve, porém, os comerciantes portugueses se aperceberiam de que tinham todo o interêsse em fazer transportar trigo para a Inglaterra e em trocá-lo aí por tecidos, à razão de uma unidade do primeiro por três unidades dos últimos; em seguida transportariam êste tecido para Portugal onde lhes seria possível permutá-lo por 1,5 unidades de trigo. Eis, como partindo de 1 unidade, de trigo se chega a conse-

---

(1) Torna-se evidente que tal não sucederia se se tratasse de duas regiões dentro do mesmo país, de modo que o trabalho pudesse circular livremente entre elas. Como isto se não verifica, como os trabalhadores portugueses se não podem deslocar para a Inglaterra, onde as condições de produção são mais favoráveis, surge a conveniência do comércio internacional.

(2) Supomos igualmente que o trigo e os tecidos são as únicas mercadorias existentes.

guir 1,5 de unidades. O mesmo se diga quanto aos ingleses, em matéria de tecidos: é evidente o seu interêsse em proceder da mesma forma, uma vez que isso lhes permite obter 4,5 unidades de tecidos partindo de 3 unidades apenas.

Um semelhante comércio seria porém, extremamente moroso e complicado. Pois, em vez de serem os portugueses e os ingleses a transportarem trigo de Portugal para a Iuglaterra e tecidos da Inglaterra para Portugal, são os comerciantes portugueses que se encarregam totalmente da exportação de trigo e os seus colegas ingleses que fazem o mesmo em relação aos tecidos. E compreende-se que um comércio dêste género seja vantajoso, na medida em que os nossos exportadores consigam algo mais do que as duas unidades de tecidos em troca de uma unidade de trigo e os ingleses tenham que ceder menos de três unidades de tecidos para chegar a obter uma unidade de trigo.

Com a intensificação das relações comerciais assistir-se-á à modificação das razões de troca que existiam antes do comércio externo se ter iniciado. Assim, em Portugal, a oferta de tecidos seria aumentada em relação à do trigo, uma vez que êste estava sendo exportado e aquêles importados. Em virtude disso, o preço dos tecidos tenderia a descer em relação ao do trigo; inversamente, na Inglaterra, o preço do trigo tenderia a baixar relativamente ao dos tecidos.

Eventualmente estabelecer-se-á um equilíbrio em que os dois produtos se troquem aproximadamente à mesma razão nos dois países. De momento, apenas podemos afirmar que a razão de troca que na realidade se vem a fixar estará necessàriamente compreendida entre as relações de custos comparados (1); arbitràriamente, vamos supor que se atinge

---

(1) Mas, entre estes dois extremos, a razão de troca pode oscilar largamente, deixando sempre uma margem de ganho, embora diversa, aos dois

uma posição de equilíbrio no momento em que se permutam 1 unidade de trigo por 2,5 unidades de tecido. Isto significa que, em Portugal, se torna possível obter agora duas unidades de tecidos com um menor dispêndio de trabalho, ou seja, com 7 e meio dias apenas; por seu turno, os ingleses conseguem neste momento uma unidade de trigo gastando unicamente 8 e um terço dias de trabalho. Assim, o ganho do comércio vem a concretizar-se na possibilidade de tornar mínimos os custos reais totais a que um dado montante de rendimento real pode ser obtido.

Nada de paradoxal, pois, na circunstância de a Inglaterra se vir abastecer de trigo a um país onde o custo de produção desta mercadoria é duplo do seu; tudo perfeitamente compreensível desde que se reflicta em que aquela nação paga um produto que custa o dôbro em Portugal com uma mercadoria que tem um custo três vezes menor do que neste último país. É indiferente, portanto, que o produto que a Inglaterra importa custe mais em Portugal do que no seu mercado interno; o importante está em que essa mercadoria seja paga com uma outra, de modo a tornar-se menos custosa do que sucederia se se devesse produzir internamente.

Mas agora — determinada a razão do surgir do comércio internacional, conhecidas as mercadorias que são objecto de importação e de exportação e os limites dentro dos quais os termos da troca serão determinados — já nos encontramos em situação de apreciar devidamente a contribuïção de RICARDO para o estudo dos problemas do comércio internacional. Demonstrando que as trocas internacionais são vantajosas sempre que a razão entre os custos de produção das várias mercadorias seja diferente em cada um dos países,

---

países. Estas oscilações não dependem, porém, do acaso. É mérito de STUART MILL o ter contribuído para a aclaração dêste problema com a sua conhecida equação da procura recíproca.

supera-se a gravíssima objecção do que aconteceria ao país que não tivesse possibilidade de se especializar de harmonia com as vantagens absolutas; mostra-se que o facto de a troca existir é de per si prova de que há uma vantagem para os dois países, demolindo-se assim tôda a idéia de que o benefício de um dos permutantes será conseguido a expensas do outro ou de uma troca indiferente; prova-se, finalmente, que as trocas, quando não sejam úteis a qualquer dos países, cessam automáticamente, desaparecendo desta maneira tôda a desconfiança pelo comércio internacional (1).

(1) Cfr. P. T. ELLSWORTH, *International economics*, cit., págs. 50 e segs.; BARRETT WHALE, *International trade*, cit., págs. 103 e segs ; JACOPO MAZZEI, *Schema di una storia*, cit., págs. 859 e segs.; S. J. CHAPMAN, *Outlines of political economy*, Londres, 1911, págs. 184 e segs.

CAPÍTULO II

Esbôço de uma teoria do comércio internacional

(CONTINUAÇÃO)

9 — Formulada em termos de custos reais e tendo em conta um só factor de produção, a análise clássica é necessàriamente incompleta e insuficiente.

10 — O comércio internacional é imediatamente determinado por diferenças absolutas de preços, mas a sua origem última encontra-se na existência de diferenças de preços comparados.

11 — Estas diferenças devem-se, em larga medida, ao diferente equipamento de factores à disposição das diversas nações.

12 — As diferenças de preços comparados explicam-nos a origem lógica do câmbio; só êste permite passar das diferenças de preços comparados para as diferenças de preços absolutos. A análise toma em conta apenas a importação e exportação de mercadorias.

13 — Só terá estabilidade duradoura um câmbio que assegure o equilíbrio da balança comercial.

14 — Na ausência de comércio, a localização das indústrias obedeceu às condições do desenvolvimento histórico e a causas acidentais. Supõem-se os vários sistemas económicos em equilíbrio.

15 — A influência do livre-curso do comércio sôbre a estrutura económica de cada um dos países.
16 — A facilidade e rapidez dos ajustamentos é dificultada pela existência de factores altamente específicos.
17 — Por tal motivo, podem verificar-se perdas económico-privadas; no fundo, tratar-se-á apenas de uma redistribuïção do redimento nacional.
18 — O livre-câmbio conduz à formação do maior rendimento real para a comunidade como um todo; e é improvável — embora não impossível — que seja simultâneamente desvantajoso para determinados grupos da população.
19 — Países agrícolas e países industriais.

9 — Mas a teoria clássica, iniciada por RICARDO, recebe com o decurso do tempo numerosas contribuïções que a convertem num poderoso instrumento analítico.

Assim, STUART MILL, preenchendo uma importante lacuna da anàlise ricardiana, enriqueceu a teoria com a sua conhecida equação da procura recíproca; (1) NASSAU SENIOR veio apontar os factores que regulam os níveis relativos dos rendimentos monetários e dos preços nos diferentes países (2); CAIRNES introduz o conceito de grupos não-concorrentes (3); MARSHALL apresenta-nos em forma genérica a equação da procura recíproca (4); BASTABLE abandona a hipótese dos custos constantes e encara a possibilidade de a producão ter lugar a custos crescentes ou decrescentes (5). Finalmente, TAUSSIG,

(1) *Principles of political economy*, Londres, 1848.
(2) *Three lectures on the cost of obtaining money*, Londres, 1830.
(3) *Some leading principles of political economy*, Londres, 1874.
(4) *Money, credit and commerce*, Londres, 1923.
(5) *Theory of international trade*, Londres, 1903.

ao lado de importantes contribuïções pessoais, dá-nos, em admirável síntese, a mais perfeita exposição do pensamento clássico (1).

Uma análise crítica, ainda que sucinta, da teoria clássica do comércio internacional está fora dos nossos intentos. Mas sempre importa, por amor da explicação do encadeamento do pensamento económico neste domínio, pôr em relêvo o ponto em que a teoria entra manifestamente em crise.

É de todos sabido que o custo de produção de qualquer mercadoria se resolve num elemento não pecuniário e num elemento pecuniário. O primeiro consiste nas resistências físicas e psíquicas encontradas no emprêgo de meios de produção escassos; o segundo, cifra-se nos preços derivados da escassez dos factores ou meios produtivos, através do processo da concorrência. O que uma mercadoria custa a produzir depende, portanto, das resistências oferecidas tanto pelos agentes escassos da produção como pelos preços dêsses factores (2).

Ora a análise ricardiana, baseada na teoria do valor-trabalho, desenvolve-se em termos de custos reais e estes são identificados com os custos subjectivos do trabalho, isto é, com o dispêndio fisio-psíquico dos homens que tem de ser reintegrado afim de a produção continuar. É possível talvez relacioná-los com a fadiga física, a monotonia, o desfavor ligado a algumas espécies de trabalho etc., e é indubitável a sua influência na distribuïção dêste entre as várias ocupações e nas remunerações recebidas. Mas trata-se de elementos extremamente subjectivos e os psicólogos ainda não

(1) *International trade*, Nova-York, 1934.

(2) Veja-se, por exemplo, RAYMOND T. BYE, *The nature and fundamental elements of costs*, in *The quarterly journal of economics*, 1926, págs. 30 e segs.

forneceram metro que torne possível a sua medição; será, portanto, ousada tôda a suposição àcêrca de uma possível correspondência entre os custos subjectivos e os custos monetarios do factor trabalho. Pelo contrário, a imobilidade do trabalho entre certos grupos não-concorrentes estabelece uma forte presunção de que os salários nas ocupações mais bem pagas não reflectem uma desutilidade do trabalho maior do que a que existe nos grupos mais mal pagos. Isto significa que, mesmo que os salários fôssem os únicos elementos dos custos monetários, não se poderia dizer que os preços das mercadorias produzidas com diferentes espécies de trabalho estavam a indicar proporcionais custos reais relativos.

E acresce que os escritores clássicos post-ricardianos abrangiam geralmente na designação de custos reais todos os custos subjectivos directamente ligados à produção. A maior ou menor fadiga e monotonia do trabalho, aliada à abstinência inerente a uma voluntária transferência do consumo, foram para êles os custos reais mais importantes. Simplesmente, como a desutilidade do trabalho e a desutilidade ligada à poupança são naturalmente de espécie diferente e nenhuma ponte pode ser lançada entre elas, é impossível adicionar os elementos salário e juro dos custos monetários e dizer que êles representam um certo total de custos reais.

Aponte-se, finalmente, que a assumpção de o capital e o trabalho serem empregados nas mesmas proporções na produção de tôdas as mercadorias não corresponde de modo algum à realidade. Há indústrias em que os custos-salários são 25 vezes mais elevados do que as despesas do capital, outras em que as despesas do capital são consideràvelmente mais altas do que os custos-salários. Ora, se os encargos em juros são diferentes fracções das despesas totais nas diversas indústrias, então se os custos monetários devessem ser proporcionais aos custos reais não poderiam ser propor-

cionais aos custos trabalho sòmente. Mas isto equivale a abandonar a teoria ortodoxa do custo, baseada na premissa de que todos os seus elementos podiam ser expressos em termos de um só (1).

Mas a verdade é que, na realidade, as trocas internacionais não se efectuam em virtude de divergências nas escalas de custos comparados, antes são o resultado de divergências absolutas nos preços das mercadorias. O que tudo significa que, para ser verdadeira, a doutrina dos custos comparados implica a existência de uma proporcionalidade entre os custos reais e os custos monetários. Quere dizer: as mais baixas despesas da produção devem refletir menores custos reais. Desde que, pelas razões apontadas, se torna impossível postular qualquer proporcionalidade entre as duas espécies de custos, a teoria clássica jámais deixará de constituir uma longíqua aproximação da realidade, com um valor explicativo diminuto (2).

10 — Sem dúvida, o comércio internacional é imediatamente determinado por diferenças absolutas de preços e como êstes, em regime de concorrência, se equacionam com o custos monetários de produção, ser-se-ia tentado a afirmar que as trocas entre as nações dependem afinal de diferenças nos custos monetários de produção das diversas mercadorias nos vários países.

---

(1) Tenha-se presente, além disso, que os serviços da terra não dão origem a um custo real no sentido em que a expressão é aqui empregada; quanto a êles, a insuficiência da teoria clássica é manifesta.

(2) Vide, em sentido aproximado, H. D. WHITE, *Haberler's der Internationale Handel — Ohlin's interregional and international trade*, in *The quarterly journal of economics*, 1934, pág. 736 e segs. JACOB VINER, *Studies, cit.*, pág. 492 e segs. e 508 e segs.; BERTIL OHLIN, *cit.* pág. 571; E. S. MASON, *The doctrine of comparative cost*, in *The quarterly journal of economics*, 1926, pág. 63 e segs.

O raciocínio seria, porém, tão superficial que nada explicaria. Na verdade, os custos monetários compõem-se de preços pagos aos vários factores e êstes são diferentes daquilo que seriam no caso de inexistência do comércio internacional. A existência de certos preços dos factores e portanto, de dados custos monetários é, em parte, resultado do comércio internacional (1).

Uma explicação real do problema do surgir do comércio internacional deve necessariamente partir de uma situação em que os dois países se encontrem num estado de completo isolamento. Em tal hipótese, será fantasioso afirmar que determinada mercadoria é mais barata no país A do que no país B. Pois, na ausência de comércio internacional, não se estabelecerá qualquer câmbio entre as moedas dos dois países e os preços absolutos de um não podem ser comparados com os preços absolutos do outro.

O problema resume-se, portanto, em indagar qual a situação de preços nos dois países susceptível de induzir ao comércio sujeitos económicos que actuam movidos pelo desejo de tornarem máximos os seus ganhos. Vamos imaginar que os países em questão são Portugal e a Inglaterra e que tôdas as as mercadorias se reduzem a duas: trigo e tecidos; assume-se, por outro lado, a inexistência de custos de transporte bem como de quaisquer relações económicas entre aquelas nações, diferentes da importação e exportação de mercadorias: os movimentos de capitais, despesas de turistas etc., são excluídos.

Ora nós podemos supor que um quintal de trigo e uma peça de tecido custem em Portugal respectivamente 100 e 300 escudos e que idênticas quantidades de mercadorias

---

(1) Frederic Benham, *Economics. A general textbook for students*, Londres, 1940, pág. 140; Henri Denis, *Le sens et la portée du principe des coûts comparés, cit.*, pág. 18.

perfeitamente similares se vendam em Inglaterra aos preços de 30 e 60 libras. Dadas estas escalas de preços relativos, demonstra-se fàcilmente — seguindo uma linha de raciocínio já por nós empregada — que o comércio é vantajoso para ambos os países. Efectivamente, no estado de isolamento, uma peça de tecido trocava-se em Portugal por três quintais de trigo, enquanto que na Inglaterra se permutava por dois quintais apenas. Porque os preços relativos são diferentes, qualquer comerciante português tem interêsse em tomar dois quintais de trigo, transportá-los para a Inglaterra, vendê-los aí por 60 libras e com esta soma de moeda comprar uma peça de tecido; em seguida, fará transportar o tecido que adquiriu para Portugal onde o poderá transaccionar por 300 escudos. Ganha, portanto, 100 escudos, isto é, em lugar de ter de dar três quintais de trigo em troca de uma peça de tecido, cederá apenas dois. Por sua vez, todo o comerciante inglês achará conveniente transportar uma peça de tecido para Portugal e vendê-la aí por 300 escudos; na verdade, com esta quantia, é-lhe possível adquirir três quintais de trigo que, vendidos ulteriormente em Inglaterra, lhe vão proporcionar a obtenção de uma receita de 90 libras, ou seja, de um ganho líquido de 30 libras. Visto por outro prisma, o ganho traduz-se na possibilidade de se obter agora com uma peça de tecido três quintais de trigo e não dois como primitivamente.

Porque são vantajosas, vão iniciar-se as relações comerciais entre Portugal e a Inglaterra e assiste-se a um fluxo de mercadorias entre os dois países. E, se do caso particular quisermos passar à regra geral, podemos afirmar que condição necessária e suficiente para a existência do comércio internacional é a verificação de diferenças nas escalas de preços comparados dos vários países; os preços relativos indicarão igualmente o sentido da especialização nacional.

Mas, afinal — preguntar-se-á — qual a diferença entre a formulação clássica e actual?

Com ELLSWORTH, responderemos que a diferença primária e fundamental reside na circunstância de a primeira ter sido formulada em têrmos de um só factor e de a última pressupor uma multiplicidade dêles (1).

11 — Cremos que estas diferenças de preços relativos se podem explicar em larga medida pelo grau altamente variável com que as diferentes nações estão dotadas de factores produtivos.

A natureza oferece ao homem não apenas o meio em que a produção há-de ter lugar, como ainda a matéria sôbre que exercerá a sua actividade e as fôrças que o irão auxiliar. Ora as terras aráveis divergem em fertilidade natural: algumas são sáfaras e outras ricas em elementos quimicos e fôrças físicas que favorecem o desenvolvimento e crescimento das plantas. Estas, por sua vez, têm exigências diferentes em matéria de umidade e temperatura e, portanto, uma zona de localização ótima. Plantas tropicais, como a pimenta, só com extrema dificuldade se podem desenvolver em países de clima temperado; mas, sem irmos tão longe, reconheceremos ainda que a cultura do trigo encontra um condicionalismo agro-climático bastante mais favorável na Argentina do que em Portugal.

Depois, é no sub solo que se encerram as riquezas minerais que o homem extrai e utiliza; é lá que se encontra o ferro, a hulha, o cobre, o chumbo, o ouro, o petróleo, a prata, etc.. Mas a repartição destas matérias primas é muito desigual: quási todo o carvão se encontra na posse dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Rússia; o petróleo, nos Estados Unidos, Rússia e Venezuela; o ferro, nos Estados Unidos, França, Rússia e Suécia. Dada a concentração de

---

(1) Cfr. P. T. ELLSWORT, *A comparison of international trade theories*, in *The american economic review*, vol. XXX, Junho 1940, pág. 285 e segs.

certos recursos minerais, muitos países vêem-se privados dêles e não podem pensar em os obter directamente (1).

A oferta de trabalho, por seu turno, depende, em primeiro lugar, do volume da população e a êste respeito são evidentes as desigualdades entre os países. Alguns há, o Japão, por exemplo, com uma população enorme confinada numa área restricta; outros, como a Austrália e o Canadá, dispõem de populações diminutas que se perdem em áreas imensas. E não só o volume da população, como também a própria capacidade humana, difere largamente de país para país. Tais diferenças podem ser devidas a qualidades raciais inatas de destreza manual, habilidade científica, vigor, empreendimento etc., ou adquiridas através de uma longa experiência em certos processos produtivos. Assim, afirma-se a superioridade da raça branca sôbre a negra; por outro lado, a Alemanha tem, de há muito, uma vantagem marcada na indústria química, devida à existência de trabalhadores altamente qualificados.

E há ainda a herança do passado. Uma nação pode ter herdado uma grande estrutura de equipamento, fábricas, caminhos de ferro, ou uma estrutura de organização, especiais conhecimentos e hábitos, constituindo uma ajuda actual para certas formas de produção (2).

São tantas e tão profundas estas diferenças, que impri-

(1) Poderiam citar-se outros exemplos impressionantes de concentração: assim, o níquel no Canadá, o crómio na Rodésia do Sul, o manganés na Rússia, Índia e Ceilão, o tungsténio na China, a platina na Rússia, os diamantes na União Sul Africana e Congo Belga consulte-se: *Matières prémiers et denrées alimentaires*, ed. da S. D. N., Genebra, 1939. Cfr. DELL e LUTHRINGER, *Population resources and trade*, cit., págs. 152 e segs.

(2) A possibilidade da obtenção de economias externas torna a eficiência das indústrias novas dependente do grau de industrialização preexistente. T. DE SCITOVSKY, *A reconsideration of the theory of tariffs*, in *The review of economic studies*, 1942, vol. IX, n.º 2, págs. 89 e segs.

mem particulares fisionomias à vida económica das diferentes nações. Fala-se em países de economia agrícola, industrial e equilibrada, consoante o seu diverso grau de população e riqueza; classificam-se, por outro lado, as potências em pequenas e grandes e, muito embora a distinção tenha acentuado sabor político, na sua base está um substractum económico evidente (1).

Mas é tempo de analisar o significado económico desta diferente dotação de factores. Em primeiro lugar, torna-se claro que, no caso de autarcia, nenhum país se poderia dedicar a produções que requeressem factores inexistentes localmente.

Admitindo, porém, que uma certa oferta de factores produtivos, necessários para a confecção de determinado artigo, se encontra em cada um dos países, vamos ver como as variações internacionais nas proporções daqueles factores vão resultar em diferentes adaptações nacionais para o mesmo tipo de produção. Raciocinemos com a cultura do trigo. Supondo que a sua produção fôsse possível em todos os países e que êstes devessem bastar-se a si mesmos, o resultado seria o de o cultivo do trigo revestir os aspectos mais variados. Pois, enquanto países como a Austrália, o Canadá e a Argentina dispõem de áreas enormes de terras férteis e de uma população escassa, outros, como o Japão e a Inglaterra, vêem-se a braços com uma população numerosa que se comprime numa área diminuta e de reduzida fertilidade. Ora, se a terra se revela abundante em relação ao capital e ao trabalho de que o país dispõe, o processo de cultivo a adoptar será naturalmente o extensivo; se, pelo contrário, a terra é escassa em relação ao capital e ao trabalho, então a sua cul-

---

(1) R. F. Harrod, *International economics*, Cambridge, 1939, págs. 12 e segs.; Benham, *Economics*, cit., págs. 404 e segs.; Georges de Leener, *Theorie et politique du commerce international*, cit., págs. 40 e segs.

tura será intensiva; e, se tanto a terra como o capital são escassos, o cultivo revestirá uma forma particularmente activa.

Mas as diferenças no equipamento de factores não se limitam a influir sôbre os métodos de produção: vão mais longe, afectam a própria economicidade daquela. Na verdade, em cada país e em cada momento, os preços dos bens e dos factores produtivos são determinados pela sua procura e pela possibilidade de os produzir. Atrás da primeira, situam-se duas circunstâncias que devem considerar-se como dados conhecidos do problema dos preços: os gostos e desejos dos consumidores e as condições de propriedade dos factores de produção que afectam os rendimentos individuais; a oferta de bens, por seu turno, depende, em última análise, da oferta dos factores produtivos e das condições físicas da produção. Com base nestes quatro elementos, ficarão determinados os preços dos bens e os dos factores; o problema resume-se agora em indagar debaixo de que condições êstes elementos manterão entre si uma relação tal que as escalas de preços comparados das mercadorias sejam as mesmas nos vários países que se mantêem isolados. Ora, se as condições físicas da produção são por tôda a parte as mesmas, a coïncidência dos preços relativos das mercadorias pressupõe naturalmente a mesma relação entre as condições da oferta de factores e da procura de produtos em cada um dos países (1); ou então, que qualquer discrepância no que respeita a oferta de factores seja contrabalançada por variações paralelas do lado da procura. Numa e noutra hipótese, não haveria qualquer motivo para a existência do comércio internacional.

Mas, sabido que os vários países possuem uma dotação

---

(1) Em semelhante hipótese, não se pode pensar em diferenças de técnica; recorde-se que os coeficientes técnicos são funções dos preços relativos dos factores.

de factores extremamente diversa e supondo que estas diferenças não são neutralizadas por correspondentes disparidades das condições da procura, os preços relativos das mercadorias serão diferentes e o comércio surgirá. E, na verdade, como o apontou BERTIL OHLIN, não se vê qualquer razão para que a procura numa região escassamente povoada se deva dirigir mais intensamente para bens que requerem muita terra e pouco trabalho — obstando assim a que a renda desça em relação aos salários, do que numa região densamente povoada, onde, apesar de os habitantes não poderem passar sem alimentos, a terra é necessáriamente escassa (1).

Ainda não é tudo. Pois, supondo sempre que a procura doméstica dos produtos de qualquer particular factor não é proporcional à sua abundância ou escassez, os preços relativos dos agentes produtivos vão depender do volume da sua oferta; isto significa, por outras palavras, que o preço de determinado factor será baixo naqueles países que o possuirem em grande quantidade e alto sempre que êle seja escasso (2). Ora a eficiência de qualquer indústria depende

---

(1) Isto não impede que se deva ter sempre bem presente uma possível influência da procura. Na verdade, já W. W. LEONTIEF demonstrou que, mesmo com idênticas curvas de substituïção, o comércio entre dois países terá lugar se as linhas de indiferença fôrem diferentes; inversamente, curvas de substituïção diferentes podem ser compensadas pelo desenvolvimento das linhas de indiferença. Vide: *The use of indifference curves in the analysis of foreign trade*, in *The quarterly journal of economics*, 1933, págs. 495 e segs.. Cfr. OHLIN, cit., págs. 13 e segs.

(2) A verdade é que é difícil, senão impossível, dizer que factores são relativamente escassos quando mais do que dois são assumidos. Cfr. J. R. HICKS, *Distribution and economic progress: A revised version*, in *The review of economic studies*, vol. IV, Outubro, 1936, págs. 1 e segs ; WOLFANG F. STOLPER e PAUL A. SAMUELSON, *Protection and real wages, in The review of economic studies*, vol. IX, Novembro, 1941, págs, 58 e segs.; STOLPER, *in The american economic review*, vol. XXXIII, Setembro, 1943, pág. 633.

dos preços e das quantidades dos factores de produção que são empregados na confecção de cada unidade do seu produto. Porque é assim, cada pais terá vantagem em se especializar naquelas indústrias que usem uma maior quantidade (em relação às outras indústrías) dos factores de produção que são mais baratos ali (em relação aos outros factores), do que é o caso fora. Tal é o sentido do que modernamente se chama teorema HECKSCHER-OHLIN (1).

12 – Vão iniciar-se as relações comerciais entre Portugal e a Inglaterra, mas compreende-se que, para obviar aos inconvenientes de uma dupla transferência de mercadorias, se torne necessária a introdução da moeda. Na verdade, os produtos compram-se com moeda e é para aproveitar as vantagens dêste instrumento de troca que urge passar do câmbio das mercadoria ao câmbio das moedas.

Dissemos que um quintal de trigo e uma peça de tecido custavam em Portugal respectivamente 100 e 300 escudos e que idênticas quantidades das mesmas mercadorias se vendiam em Inglaterra aos preços de 30 e 60 libras; pusemos igualmente em relêvo que era vantajosa para os portugueses a exportação de trigo e para os ingleses a exportação de tecidos.

Ora, assente que as trocas internacionais têm lugar com base no suposto dos preços comparados, é possível determinar as quantidades trocadas e os câmbios e fácil explicar a origem lógica dêstes (2).

Pois, admitindo que a moeda é apenas adquirida para se dispôr dela de novo sem nenhuma demora anormal, qualquer

---

(1) HECKSCHER, *Ekonomisk Tidskrift;* Estocolmo, 1919; BERTIL OHLIN, *Interregional and international trade*, cit., págs. 19 e segs.

(2) Cfr. ALFONSO DE PIETRI TONELLI, in *Rivista di politica economica*, 1939, pág. 653 e segs.

comerciante com 60 libras (preço de uma peça de tecido) compra dois quintais de trigo; logo estará disposto a trocá-las por 200 escudos, visto com êstes últimos adquirir a mesma quantidade daquela mercadoria. Por sua vez, o máximo que os comerciantes portugueses estariam dispostos a conceder seriam 300 escudos em troca de 60 libras, dado que, com qualquer dessas somas, adquirirem uma peça de tecido. O que tudo significa que os portugueses terão vantagem na troca, sempre que, por menos de 300 escudos, obtenham 60 libras: paralelamente, os ingleses serão beneficiados tôdas as vezes que obtiverem mais de 200 escudos em troca das 60 libras. Reduzindo: o câmbio depara com um limite máximo: 1 libra igual a 5 escudos — e um limite mínino: 1 libra igual a 3,33 escudos.

E a verdade é que o câmbio não pode estàvelmente ultrapassar êstes limites extremos. Assim, suponhamos que, em dado momento, 1 libra se trocava por 6 escudos. Isto significaria que, dado o câmbio actual entre as duas moedas, os preços dos artigos portugueses susceptíveis de serem comerciados internacionalmente seriam tão baixos que constituíriam um forte incentivo à sua exportação para a Inglaterra. Nestas condições, Portugal está em situação de adquirir poder de compra em Inglaterra e destiná-lo a qualquer dos fins em relação aos quais os pagamentos internacionais são requeridos. Mas, supondo um comércio exclusivamente bilateral (1) e que

---

(1) De contrário, o poder de compra adquirido por Portugal na Inglaterra ficaria disponível para ser transferido para um terceiro país, com o qual ambos êles mantivessem relações comerciais; simplesmente, êste terceiro país deveria estar em situação de fornecer bens capazes de lucrativa importação da parte de Portugal. É evidente que, no caso de um comércio triangular desta espécie, o equilíbrio da balança se refere ao total dos créditos e débitos derivados das relações entre os vários países. Cfr. DELL e LUTHRINGER, *Population, resources and trade*, cit., pág. 207; A. W. FLUX, *Economic principles. An introductory study*, Londres, 1923, págs. 211 e segs.

os pagamentos nos demais termos da balança económica não afectam esta sèriamente de modo a podermos concentrar a atenção apenas na balança do comércio (1), esta barateza dos produtos portugueses e inversa carestia das mercadorias inglesas vai desencadear tôda uma série de reacções tendentes à sua eliminação.

Efectivamente, em regíme de padrão-ouro, as moedas trocam-se segundo os pesos de ouro respectivos e os câmbios conhecem variações apenas dentro dos estreitos limites

---

(1) Pois, se há outras fontes de obrigações internacionais que obriguem Portugal a fazer pagamentos à Inglaterra em quantitativo tal que absorva todo o valor representado pelas exportações correntes de produtos portugueses, a conclusão atingida não vale e pode ser mantido um câmbio que torne todos os produtos portugueses baratos em termos de moeda inglesa. Isto conduz lògicamente à existência de uma corrente de exportações cuja duração e volume apenas podem ser limitados, por um lado, pela extensão das obrigações a pagar a Portugal e, por outro, pelos recursos em mercadorias de que o nosso país dispõe. Mas um semelhante curso do comércio acabaria por produzir o seguinte resultado: os mercados ingleses seriam invadidos por produtos portugueses, verificar-se-ia uma tendência para os seus preços baixarem e, a não ser que a procura fôsse acentuadamente inelástica, atingir-se-ia um ponto em que uma ou outra das mercadorias já não podia ser lucrativamente vendida por Portugal ao câmbio corrente; a corrente de exportações portuguesas encontraria assim uma limitação derivada das suas próprias conseqüências.

Tudo isto revela que o tráfico de mercadorias jamais poderá ser o único determinante de tôdas as relações económicas internacionais. Muito pelo contrário, outros géneros de relações determinam freqüentemente modificações no comércio de mercadorias. Assim, os movimentos de capitais provocam um aumento das exportações e contracção das importações nos países devedores, em virtude do serviço de juros e da amortização dos créditos; nos países crèdores observar-se-á um efeito inverso. O movimento de mercadorias é agora o resultado de adaptações do curso dos câmbios ou do nível dos preços, consoante a política monetária adoptada. Cfr. RICHARD VON STRIGL, *Introduction*, cit., págs. 205 e segs.; A. W. FLUX, *Economic principles*, cit., págs. 211 e segs.; DELL e LUTHRINGER, cit., págs 169 e segs.

dos *gold-points*. Ora a baixa dos preços portugueses, fazendo com que o pêso de ouro de uma libra tenha em Portugal um poder de compra superior ao que possui na Inglaterra, vai determinar um aumento das importações inglesas. O resultado é o de aumentar a procura de divisas-escudos e, conseqüentemente, o de baixar o câmbio da libra em escudos; esta baixa prosseguirá até que se atinja o *gold-point* de saída para a Inglaterra, ou, o que lhe equivale, o *gold-point* de entrada para Portugal. Mas a verdade é que êste estádio é necessàriamente transitório, a menos que a Inglaterra fôsse um país produtor de ouro. É que, de um modo geral, a exportação de ouro da Inglaterra para Portugal, determinará uma alta de preços no país de destino e uma baixa no de orígem, ou melhor, uma alta e uma baixa do nível geral dos preços. Significa isto que as oscilações a que nos acabamos de referir não dizem respeito a todos os preços, mas antes aos preços em média. E é assim que o preço dos tecidos, que Portugal produz com uma dificuldade relativamente maior, tenderá a subir mais ràpidamente, depressa chegando ao limite além do qual a exportação deverá cessar. Inversamente, o preço de mercadorias do género do trigo, que a Inglaterra produz mais dificilmente, tenderá a descer menos intensamente e daí que a breve trecho se torne lucrativa a sua importação.

Mas até aqui suposemos a existência de um padrão-ouro generalizado. Vamos agora imaginar que os dois países vivem em regíme de papel-moeda, hipótese em que não há movimentos de ouro, nem variações de preços por êles provocadas. Em semelhante emergência, os baixos preços das mercadorias internacionais produzidas em Portugal vão fazer com que se torne vantajosa a sua importação por parte dos comerciantes ingleses. Gera-se assim uma situação em que há um excesso de oferta de divisas para fazer pagamentos em Portugal e uma escassa procura destas cambiais. O efeito só pode ser o de baixar o câmbio da libra em relação ao

escudo e isto significa que as mercadorias portuguesas se vão tornar mais caras para os consumidores ingleses. O mecanismo do ajustamento continuará a fazer sentir os seus efeitos até ao momento em que certas mercadorias inglesas — os tecidos naturalmente — se tornem bastante baratas para permitirem uma proveitosa importação da parte dos portugueses (1).

Resumindo: Quando os fenómenos monetários vêem complicar o problema do comércio internacional, pode haver necessidade de considerar dois estádios económicos sucessivos, um meramente transitório e outro definitivo. Efectivamente, em lugar de uma situação em que tôdas ou nenhumas mercadorias fôssem exportáveis com vantagem, criar-se-á uma situação em que os vários produtos são, em virtude das suas mútuas relações de valor, incluídos na categoria dos lucrativamente exportáveis ou dos lucrativamente importáveis, havendo naturalmente alguns em estreita vizinhança da linha divisória entre as duas classes.

13 — Não há dúvida que os câmbios se não podem estávelmente afastar destas razões limites, mas é sempre verdade que, dentro delas, dispõem de um campo de variabilidade assás largo.

Ora o câmbio é um preço que se estabelece no mercado das divisas e depende da oferta e da procura destas, bem como da elasticidade de uma e outra; a oferta de divisas é determinada pelo valor das mercadorias exportadas e a sua procura fica condicionada pelo valor dos produtos importa-

---

(1) Tôdas as considerações até aqui desenvolvidas se aplicam *mutatis-mutandis*, à hipótese de 1 libra se trocar por menos de 3,33 escudos. Cfr. ALFONSO DE PIETRI TONELLI, *Traité d'economie rationnelle*, Paris, 1927, págs. 530 e segs.; FLUX, *Economic principles*, cit., págs. 211 e segs.; HABERLER, *The theory of international trade*, cit., págs. 23 e segs ; LUIGI FONTANA RUSSO, *Lezioni di politica economica*, Roma, 1933, págs 73 e segs.

dos. Mas, quando se tomam em conta apenas dois países e duas mercadorias e se assume que a produção tem lugar a custos constantes, o montante de mercadorias exportadas depende apenas da procura, dado que as condições de produção se limitam a pôr um limite máximo e um limite mínimo aos termos do comércio. Mas, sendo assim, a elevação do câmbio vai depender da procura recíproca de divisas. Quanto maior fôr a procura de divisas-libras, isto é, quanto mais elevado se mostrar o valor das importações que fizermos de Inglaterra, tanto mais o câmbio se aproximará da razão limite de máximo ganho para a Grã-Bretanha. E o mesmo resultado será atingido, quando as procuras sejam da mesma escala, se o barateamento dos tecidos para os consumidores portugueses aumentar grandemente a sua procura e a baixa do preço do trigo para os compradores ingleses não provocar idêntica reacção. Pode, pois, estabelecer-se a regra de que, em igualdade de circunstâncias, o câmbio será tanto mais favorável para um país quanto mais rígida seja a sua procura de mercadorias de exportação provenientes de outro país e quanto mais elástica fôr a procura das mercadorias de exportação do primeiro país (1).

Mas qual será o sentido das oscilações do câmbio? Por outras palavras, não haverá um câmbio de equilíbrio normal?

Nós podemos supor que Portugal e a Inglaterra entraram súbitamente em relações comerciais, isto é, que nenhum processo prévio de ajustamento teve lugar. Em semelhante emergência, é extremamente improvável que o valor monetário do trigo exportado por Portugal e o dos tecidos exportados pela Inglaterra coïncidam. Ora, supondo que o valor mone-

---

(1) Barrett Whale, *International trade*, cit., págs. 108 e segs.; Jacob Viner, *Studies*, cit., págs. 551; Marco Fanno, *L'espansione commerciale e coloniale degli stati moderni*, Turim, 1906, págs. 211 e segs.

tário das exportações de trigo é mais elevado, então Portugal enviará para a Inglaterra um valor superior ao importado. Daí que breve se estabeleça um fluxo de ouro da Inglaterra para Portugal com o resultado de os preços e rendimentos monetários subirem entre nós e descerem no primeiro país. A' medida que êste processo se desenvolve, a exportação do trigo português vai sendo cada vez mais prejudicada e isso em virtude de duas ordens de razões. Primeiro, a alta do nível geral de preços em Portugal determinará uma elevação do preço do trigo, tornando-o mais caro para os consumidores ingleses; depois, èstes verão reduzidos os próprios rendimentos monetários e com êles o seu poder de compra. Em contrapartida, as exportações de tecidos ingleses serão estimuladas; na verdade, não só o seu preço baixou, como ainda os rendimentos monetários dos consumidores portugueses aumentaram. Eventualmente, atingir-se-á um ponto em que o valor do trigo exportado iguala o dos tecidos importados. Sempre que isto suceda, cessa todo o fluxo de ouro e estabelece-se nma situação de equilíbrio (1).

Mas, abandonando o padrão-ouro e pensando num sistema de papel-moeda, o maior valor monetário das nossas exportações de trigo em relação à importação de tecidos vai fazer com que a procura inglesa de divisas-escudos exceda largamente a nossa procura de divisas-libras. O câmbio irá, pois, localizar-se na proximidade da razão-limite mais favorável a Portugal e esta baixa da cotação da libra em relação ao escudo significa que os produtos portugueses se vão tornar mais caros para os consumidores ingleses; sendo assim, é natural que êstes diminuam a procura de trigo. Paralelamente, em virtude do câmbio favorável, as mercadorias inglesas vão tornar-se mais baratas para os consumidores portugueses

---

(1) Taussig, *Principles of economics*, cit., págs. 495 e segs.

e daí que se vá assistir a um aumento da procura de tecidos. Assim, através de sucessivos ajustamentos no curso dos câmbios, atingir-se-á um ponto em que o valor monetário das exportações iguala o das importações. E só um câmbio que permita êste equilíbrio terá estabilidade duradoura: neste momento, verificar-se-á a paridade do poder de compra das duas moedas em termos de mercadorias internacionais (1).

14 — Mas convem supor, por um momento, que as várias nações não mantêem entre si quaisquer relações comerciais e observar como os factores produtivos se vão distribuir pelas várias indústrias.

Admitindo que o fim da política económica é o de aumentar o bem-estar do povo, o de conseguir o mais alto rendimento real nacional, então o meio que se impõe para o atingir é a liberdade económica que mantém aberta para cada meio de produção a via do mais alto rendimento. Nestas condições, e assente que a comunidade deva usar todos os seus recursos e que os vários factores sejam susceptíves de usos alternativos, a grandeza do produto marginal vai fixar, por um lado, as despezas com cada meio de produção e, por outro, decidir do emprêgo de cada um dêles. Onde o produto marginal de determinado factor seja pequeno, não se lhe poderá pagar (ao menos em períodos longos) senão uma soma diminuta. O seu proprietário esforçar-se-á então por o vender para um outro emprêgo, onde a formação de um maior acréscimo de rendimento permita uma indemnização mais elevada. Assim, determinados meios de produção pas-

---

(1) Gustav Cassel, *Traité d'economie politique*, tômo II; Paris, 1929, págs. 436 e segs. Quanto à complicação derivada da existência de mercadorias domésticas, vide Haberler, *The teory of international trade*, cit., págs. 32 e segs.; Ugo Papi, *Lezioni di economia politica corporativa*, vol. II, cit., págs. 150 e segs.

sarão de uma emprêsa para outra, até que o preço retirado seja o mesmo em cada emprêgo.

Esta igualização virá a realizar-se através de mudanças em duas ordens de grandezas: produto marginal e preço do produto marginal. Se na indústria A o preço pago a um meio de produção é menor do que na indústria B, assistir-se-á à sua tranferência da primeira para a segunda; em virtude disso, o produto marginal será maior em A e menor em B. Paralelamente, o preço do produto marginal de A subirá, em conseqüência da contração da oferta, e o de B baixará. Atingir-se-á o equilíbrio logo que o produto marginal dêste meio de produção seja o mesmo em A e B e idêntico o seu preço nas duas utilizações. E, generalizando, é legítimo afirmar que, sempre que a comunidade atribua o mesmo valor ao produto marginal dos vários factores, nas diferentes indústrias em que se empregam, não haverá incentivo para qualquer dêles se transferir de uma linha de produção para outra. Neste momento, a produção é máxima (1).

Mas isto significa afinal que o problema da localização das indústrias no interior de um conjunto económico em que todos os factores de produção se possam deslocar livremente é relativamente simples: cada bem será produzido onde as condições de produção forem mais vantajosas e será distribuído por tôda a parte ao mesmo preço. Simplesmente, jamais se encontra um semelhante conjunto económico, visto que, pelos menos um factor de produção — a terra — não é móvel. A questão reveste-se de extrema complexidade e bastará apontar que a localização se determina, em grande parte, em seguida a movimentos dos factores de produção

---

(1) BENHAM, *Economics. cit.*, pág. 135 e seg.; VON STRIGL, *Introduction, cit.*, pág. 76 e seg; J. E. MEADE, *Economie politique et politique economique, cit.*, pág 164 e seg.

dotados de maior mobilidade para junto dos imóveis ou escassamente móveis. Assim, os movimentos do capital e trabalho significam geralmente uma adaptação às diferenças interregionais em recursos naturais.

Seria, porém, ilusório supor que as indústrias estão sempre situadas nos locais onde os bens podem ser produzidos mais econòmicamente. Na verdade, na base da localização de uma indústria estão muitas vezes causas acidentais e não apenas económicas. O estabelecimento que primeiro fabrica um determinado produto ou usa um novo processo é natural que se estabeleça no local onde vive o inventor do artigo ou processo. A localização pode ser boa ou má; raramente, contudo, ela é a melhor possível. E, uma vez estabelecida uma indústria em dado local, outros estabelecimentos tendem a desenvolver-se aí. Há várias razões para isso. As novas emprêsas são geralmente fundadas por aquêles que têm experiência na indústria e tais homens encontram-se, naturalmente, onde a indústria já existe. E os fundadores de uma nova emprêsa encontram diversas vantagens em a edificar no lugar onde vivem e onde há outros estabelecimentos do mesmo ramo. O capital e o crédito bancário conseguem-se com maior facilidade no local em que, tanto a indústria como os fundadores da nova emprêsa, são conhecidos; obtém-se aí mais fàcilmente trabalho qualificado; aparecem indústriais auxiliares fornecendo máquinas, matérias primas etc. Eis como a possibilidade de obtenção de economias externas é um elemento de localização a considerar.

Simplesmente, como afirma o Prof. TEIXEIRA RIBEIRO, no processo histórico os factores físicos devem ter sido decisivos: o clima reparte as espécies vegetais e animais (agricultura, pecuária, matérias primas orgânicas); as condições geológicas concentram as indústrias extractivas (minas e pedreiras) nas zonas de território em que haja depósitos e jazigos naturais; e as próprias condições geográficas — facilidade de acesso, transporte por mar e por terra — permitem

ou impedem o aproveitamento de riquezas circunvizinhas e a deslocação dos produtos até mercados distantes (1).

Factores físicos, causas acidentais, a necessidade de assegurar o consumo do país, o desejo de garantir ocupação e trabalho aos habitantes, eis tôda uma série de circunstâncias susceptíveis de imprimir uma particular fisionomia às várias economias nacionais. Chega-se assim a uma localização das indústrias que — quando a economia se torna mundial — está longe de corresponder a uma distribuïção racional das actividades.

15 – Na verdade, o desenvolvimento de um comércio liberto de quaisquer vínculos vai afectar profundamente a estrutura económica das várias nações.

Pois, de harmonia com os princípios que estabelecemos, Portugal passará a comprar tecidos na Inglaterra e esta a abastecer-se de trigo proveniente de Portugal. E vamos imaginar que todos os factores produtivos se encontram empregados na produção dêstes dois artigos, de maneira que um aumento na quantidade disponível de um dêles só se pode obter à custa de uma redução na quantidade do outro. Supomos, em suma, que não haja factores produtivos desempregados que permitam um aumento unilateral da produção de qualquer daquêles géneros (2).

Nestas condições, a introdução do comércio deslocará naturalmente a produção na direcção do produto em que se

---

(1) *Teoria económica dos monopólios*, Coimbra, 1934, pág. 134 e segs.; Cfr. Bertil Ohlin, *Interregional and international trade, cit.*, pág. 233 e segs.; Sumner H. Slichter, *Modern economic society*, Nova York, 1936, pág. 111 e 793.

(2) T. Balogh, *The foreign balance and full employment, apud New plans for international trade, Bulletin of the Institute of Statistics*, Oxford, Agôsto, 1934, suplemento n.º 5, pág. 33; H. D. White, *Haberler's der International Handel; Ohlin,s interregional and international trade, cit.*, pág. 732.

tem vantagem comparada. Assim, em Portugal, a oferta de trigo vai encontrar-se em face de uma procura maior; efectivamente, ela terá de satisfazer não só a originária procura portuguesa como ainda uma parte da procura inglesa. As conseqüências são óbvias e traduzem-se na elevação do preço do trigo em Portugal. Por sua vez, a procura de tecidos em Portugal depara agora com uma oferta constituída não só pelo montante da produção interna mas também pelo que de Inglaterra se importa; êste aumento da oferta de tecidos irá fazer com que baixe o seu preço no nosso país.

Ora estas alterações nas escalas dos preços comparados determinam uma quebra do primitivo equilíbrio e a concorrência levará a que os factores de produção se desloquem para a indústria onde podem alcançar uma mais alta produtividade e rendimento. Por fôrça dêste princípio, vamos assistir em Portugal a um fluxo de capital e trabalho da produção de tecidos para a do trigo, ou, ao declínio da primeira e expansão da última.

Simplesmente estas alterações de preços, subseqüentes à introdução do comércio, apenas põem em relêvo a tendência dêste para igualizar os preços das mercadorias internacionais. Pois, admitindo que os bens contendo larga proporção de factores abundantes e baratos são exportados, a maior procura daqueles elementos produtivos contribuirá para aumentar a sua escassês relativa e, portanto, os seus preços; inversamente, a importação de mercadorias empregando grandes quantidades de factores escassos e caros ajudará a atenuar essa escassês e carestia. O comércio actua, dêste modo, como um sucedâneo dos movimentos de factores produtivos e reduz as desvantagens que derivam da sua imobilidade.

Mas a conclusão atingida só se revela necessária quando se raciocina com dois factores de produção apenas. Admitindo a existência de três ou mais factores, bem pode suceder que o comércio não tenha por efeito fazer aproximar as razões dos preços dos factores nos diferentes países. No

fundo, tudo dependerá das complicadas relações de complementariedade e concorrência entre os agentes produtivos. Aquêle resultado será, porém, inevitável na hipótese de um factor relativamente caro no estado de isolamento se empregar principalmente na confecção de mercadorias que requeiram grandes montantes de factores abundantes e baratos. A barateza dêstes últimos pode mais do que compensar a carestia do primeiro e tornar possível a exportação da mercadoria. Esta falta de precisão no caso mais complexo é típica de tôdas as tentivas para ir além do nível de abstracção corrente em teoria económica (1).

16 — Temos suposto até êste momento que os factores de produção se deslocam livremente em busca dos lugares e ocupações susceptíveis de lhes assegurar a obtenção do máximo rendimento. O ajustamento da economia de qualquer país às novas condições determinadas pela abertura do tráfico comercial teria assim lugar sem dificuldades de maior, já que se desenvolvia num mercado que não conhecia atritos nem no espaço nem no tempo.

Mas é tempo de darmos um passo em direcção à realidade e de indagarmos da medida da flexibilidade de qualquer sistema económico moderno. O curso do comércio internacional vai actuar sôbre o mecanismo dos preços e dar aos empresários incentivo para produzirem mais de alguns bens e menos de outros. Isto significa, porém, transferir alguns factores de produção para usos diferentes e importa determinar a rapidez ou facilidade com que tal deslocação se poderá fazer.

E compreende-se imediatamente que essa facilidade e rapidez dependa, em larga medida, do carácter específico ou

---

(1) Bertil Ohlin, *cit.*, pág. 97; Stolper e Samuelson, *Protection and real wages*, *cit.*, pág. 73 e segs.

não especifico dos factores de produção. Se todos êles fôssem completamente específicos, isto é, susceptíveis apenas de um uso, a comunidade limitar-se-ia a decidir que factores não valeria a pena utilizar e em que medida particulares agentes produtivos seriam empregados. A possibilidade de escolher os bens ou serviços a produzir seria eliminada: os mesmos factores produziriam sempre os mesmos bens. Se, pelo contrário, todos os factores fôssem não-específicos e, portanto, capazes de uma infinidade de empregos alternativos, a comunidade poderia com relativa facilidade aplicar determinado montante dêles à produção de qualquer mercadoria ou serviço, com um campo de escolha pràticamente ilimitado.

Ora nós admitimos sempre que todo o trabalho fôsse homogéneo e susceptível de uma multiplicidade de usos alternativos. A realidade é, porém, parcialmente diversa.

Primeiro, porque o trabalho — longe de constituir um factor homogéneo — compõe-se de numerosos factores relativamente diferentes e o movimento dos trabalhadores entre os diversos grupos é, ou pode ser, obstado por dificuldades da mais variada ordem. Há algumas ocupações — decorador de interiores, provador, criador de modelos, etc. — que supõem aptidões naturais possuídas em alto grau apenas por muito poucos indivíduos; outras, como a de tipógrafo, postulam uma longa aprendizagem aliada a suficientes aptidões naturais; algumas, mesmo das chamadas «não-qualificadas», requerem uma certa capacidade. Tudo isto significa, em última análise, que o acesso a tais ocupações está vedado a quem não possuir o mínimo de perícia indispensável para o seu desempenho.

Depois, os operários especializaram-se e, quando as suas aptidões se consolidaram por anos e anos de treino ou de experiência, é natural que se sintam muito mais à vontade ao executar o género de trabalho a que se habituaram, ou que aprenderam pela prática, do que se sentiriam em qual-

quer outro labor; e, a não ser que haja um fortíssimo incentivo em contrário, o trabalho a que estão acostumados será o preferido. E, sempre que a mudança de ocupação redunde numa perda total de qualidades e aptidões que o rodar dos tempos despertou e afinou, de modo a converter em não-qualificados trabalhadores que ontem eram especializados e auferiam salários correspondentes à escassez da sua oferta, compreende-se que só a perspectiva fundada de que o aumento dos futuros ganhos o indemnizará com juros poderá levar o trabalhador a abandonar o primitivo mester.

Se do trabalho passarmos ao capital, o panorama permanece fundamentalmente idêntico: ainda aqui não é legítimo afirmar a sua livre mobilização de indústria para indústria. Na verdade, uma das características da vida económica dos nossos dias é a importância crescente dos capitais fixos na emprêsa; a sua quota-parte no capital total daquela cresce mais do que proporcionalmente à do capital circulante (1). Muito do capital de um país consiste agora em máquinas, edifícios, estabelecimentos, etc., e, se é fisicamente possível desmanchá-los e erguê-los de novo em lugar diferente, só muito raramente as vantagens desta mudança de localização serão bastante grandes para compensar o custo de a fazer. E acresce, por outro lado, que os capitais fixos se vão tornando cada vez mais especializados, isto é, aptos apenas para o fabrico de um ou de poucos produtos. A produção decorre num ambiente modelado pela idéia de ajustar tudo o melhor possível às necessidades e conveniências da confecção do artigo visado. A planta do edifício foi traçada nessa conformidade e as máquinas e instrumentos são altamente especializadas também. Tudo

---

(1) Cfr. Prof. Teixeira Ribeiro, *Teoria económica dos monopólios*, cit., págs. 127 e segs.; *Lições de direito corporativo*, Coimbra, 1938, págs. 62 e segs.

isto contribui para que o custo da sua adaptação a um fim diferente seja demasiado grande para tornar o investimento vantajoso; daí que a mobilização dêstes capitais pressuponha a sua venda e esta, em virtude da especialização e, portanto, da redução da procura, é tornada particularmente difícil.

E, finalmente, também a terra não é susceptível de ver arbitràriamente modificado o seu uso. Alguma dela é mais ou menos completamente específica. Assim, em muitas regiões do norte da Europa crescem apenas florestas e o solo não é bastante rico para que valha a pena abatê-las e fazer sementeiras; muita terra, no interior da Austrália, recebe uma quantidade de chuva tão escassa e incerta que se não torna apta senão para apascentar gado.

Mas importa não pintar o quadro com cores demasiado sombrias. Efectivamente, se, em períodos curtos, quási todos os factores revelam uma especificidade acentuada, já em períodos longos êsse seu carácter se atenua fortemente. Pois, no que se refere ao trabalho, é sempre verdade que as ocupações se podem dividir em grupos e os artífices deslocam-se normalmente com relativa facilidade de uma ocupação para outra, dentro do seu grupo; e há numerosos empregos que são comuns a indústrias muito diferentes. Depois, só excepcionalmente o ajustamento requererá a deslocação de mais do que uma pequena percentagem de trabalhadores de uma dada indústria em cada ano. Ora, no conjunto de pessoas que trabalham em certa ocupação, estão incluídas tanto principiantes como trabalhadores experimentados e a deslocação dos primeiros significará apenas o sacrifício de um pequeno montante de perícia adquirida.

Pelo que respeita ao capital, considerações semelhantes se podem aduzir. O *fim* para que um edifício ou estabelecimento foi destinado é muitas vezes bastante lato para permitir uma considerável variação nos bens ou serviços produzidos. Além disso, à medida que o tempo decorre, o

capital vai-se consumindo e todo o empresário que o deseje manter intacto porá de lado algumas das suas receitas afim de substituir as máquinas e equipamento quando usados. Estas receitas são capital líquido e compreende-se que o ajustamento possa vir a fazer-se através de uma mudança na direcção do seu investimento.

Finalmente, sendo certo que os usos potenciais de um dado trato de terra são limitados pelas condições de clima e pela natureza do solo, é sempre verdade que, dentro dêstes limites, a maioria dos terrenos está longe de ser completamente específica.

No termo desta breve análise, impõe-se a conclusão de que os ajustamentos provocados pela supressão de todos os entraves ao comércio — não sendo impossíveis — deparam com poderosos elementos de atrito, derivados sobretudo do carácter mais ou menos específico dos factores de produção (1).

17 — Definimos a especificidade dos factores em função da sua mobilidade ocupacional e do exame feito já se depreende que, em períodos curtos, quási todos os elementos produtivos são acentuadamente específicos. Sem dúvida que os recursos naturais, de tipo agrícola ou mineiro, são os mais específicos dos factores; em períodos longos, porém, o trabalho e, em menor escala, o capital apresentam um grau de especificidade atenuada.

Simplesmente, o problema foi visto até aqui em tese geral. Ora, neste momento, não é a mobilidade ocupacional em geral que nos interessa, mas sim a mobilidade entre as indústrias que podem prosperar em livre-câmbio e aquelas que, sem protecção, estão condenadas a desaparecer.

(1) J. R. Hicks, *The social framework. An introduction to economics*, Oxford, 1943, págs. 64 e segs.; Benham, *Economics*, cit., págs. 198 e segs.

Voltando ao nosso exemplo, Portugal começará a exportar trigo para a Inglaterra e a receber em troca tecidos e daí que se assista a uma alta do preço do prímeiro artigo e a uma baixa do segundo. Em face desta diminuïção do preço dos tecidos, há várias alternativas possíveis para a indústria nacional. A concorrência estrangeira obrigará naturalmente as emprêsas a buscar incansávelmente novos caminhos que conduzam a progressos na produtividade. As explorações débeis, económicamente superadas, tem de ser modernizadas ou ficarão excluídas.

Mas, se as emprêsas já introduziram todos os aperfeiçoamentos técnicos e os preços continuam a baixar, breve chegará o momento em que a exploração não é remuneradora. Simplesmente, não obstante isso, elas mantêem o seu volume de produção dado que lhes é impossível mobilizar os factores específicos que empregam para outras indústrias ao tempo mais lucrativas. Na verdade, como as despesas do capital fixo são despesas constantes, quási tanto sobrecarregam a emprêsa quando as suas fábricas estejam paradas ou em plena actividade; basta, por isso, que o preço exceda, num mínimo que seja, o custo especial da mercadoria — que é o custo correspondente às despesas variáveis da produção — para a emprêsa se manter em concorrência: pois, embora perca, perde menos assim do que encerrando as portas.

Mas, se o preço iguala ou excede um pouco o custo especial, então, no balanço das emprêsas, nenhuma soma é destinada ao pagamento da renda da terra nem aos juros e amortização do capital fixo. As emprêsas perdem, sem dúvida; o prejuízo é, porém, de natureza económico-prívada e não afecta a comunidade como um todo, dado que os consumidores de tecidos ganham tanto quanto os produtores perdem. Desde que a produção de tecidos se mantém, a perda de capital não implica qualquer diminuïção do rendimento nacional; ela está a reflectir sòmente uma diferente distribuïção daquele rendimento.

Pode suceder, porém, que o preço dos tecidos baixe ao ponto de tornar impossível às emprêsas cobrir o custo especial, isto é, as despesas com salários, matérias primas, juros do capital circulante, etc. Ora, como se trata de elementos de menor especificidade, logo que a emprêsa se veja impossibilitada de lhes pagar o preço corrente no mercado interno, assistir-se-à à sua transferência para a indústria do trigo, isto é, para a indústria onde podem render mais e conseguir mais altas retribuïções (1).

Nada nos autoriza, no entanto, a supor que o ajustamento se fará da maneira draconiana que acabamos de descrever. Pois, em cada momento, a produção de tecido será levada a efeito por numerosas emprêsas que trabalham a custos diversos e, em regíme de concorrência e num mercado suposto fechado, o seu preço tenderá a coïncidir com o custo da emprêsa marginal, isto é, com o custo de produção dos tecidos no estabelecimento que produz a custo mais elevado dentre todos cuja produção é necessária para salisfazer a procura a dado preço. As explorações que estão para além desta margem — as intra-marginais — devido ao facto de a concorrência não ser absoluta, obtéem lucros diferenciais, quási-rendas em

---

(1) Tenha-se sempre presente o seguinte: Quando a emprêsa encerra as portas não se verifica nenhuma perda porque os meios específicos de produção tinham sido contabilizados a zero, de modo que os seus possuïdores não tinham qualquer rendimento a perder. Qualquer medida de política económica que assegurasse a tais meios um rendimento acarretaria, por razões evidentes, uma diminuïção do rendimento nacional. Mas, se entre os factores específicos se encontram trabalhadores, como êles abandonam o trabalho muito antes de os seus salários terem descido até zero, verifica-se uma perda significativa no momento em que a emprêsa fecha. Tal perda vem a consistir no total de salários que os trabalhadores deixam de receber naquele momento e é devida principalmente ao imperfeito funcionamento do mecanismo dos preços nesta hipótese. HABERLER, *The theory of international trade*, cit., págs. 187 e 264; Von STRIGL, *Introduction*, cit., pág. 248.

linguagem marshalliana. Tal não sucede, porém, com a emprêsa marginal e daí que ela não disponha de reservas que a ponham a coberto da concorrência estrangeira. Assim, a mudança de estrutura da economia nacional revestirá naturalmente a forma de sucessivos ajustamentos marginais (1).

18 — O ganho imediato e óbvio do comércio consiste na compra de um artigo com um menor desembôlso de moeda do que aquêle que seria necessário se tal artigo fôsse produzido no país.

Mas, em ordem a compreender o significado profundo, tanto do comércio interno como do comércio internacional, torna-se necessário afastar o «véu monetário» e encará-los fundamentalmente como uma troca de bens e serviços contra bens e serviços. Ora o comércio, como tôda a actividade económica, é levado a efeito, não por si mesmo, mas como um meio de obter o maior volume possível de bens e serviços, de coisas úteis para a satisfação de necessidades. Isto significa, por outras palavras, que as exportações são simples *meio* e que as importações são o *fim*.

E os bens económicos de que uma comunidade dispõe são limitados. Êles não podem ser produzidos senão à custa de esforços e o que um agente económico emprega num uso subtrai-o a outro uso. Tendo em mente estas considerações e reportando-nos ao exemplo de que nos temos servido, o problema consiste em determinar se um certo conjunto de recursos deve ser empregado na produção de uma dada quantidade de tecidos (mercadoria A), em Portugal, ou se, pelo contrário, êsses recursos se devem utilizar na aquisição indirecta de A, produzindo primeiro artigos de exportação. Nós já sabemos, porém, que, se a produção doméstica de A

---

(1) Cfr. HABERLER, cit., pág. 186; DELL e LUTHRINGER, *Population resources and trade*, cit., pág. 209.

envolve mais altos custos monetários do que a sua obtenção em fontes externas (isto é, se essa indústria só pode vingar em regime de protecção), é possível obter a mesma quantidade de A, mediante importação, com um conjunto de recursos menor do que aquêle que seria indispensável na hipótese de pautas aduaneiras tornarem possível a sua produção interna; uma certa porção dos nossos recursos é, portanto deixada disponível para a produção de um adicional rendimento real (B) (1).

Bem vistas as coisas, o ganho do comércio internacional é análogo ao do comércio doméstico e traduz-se num aumento líquido do montante de bens disponíveis para o consumo. No comércio interno, a troca de bens e serviços vai permitir a especialização ocupacional, a especializacão por emprêsas e a especialização regional ou geográfica. A primeira tende a aumentar a eficiência produtiva, permitindo que as pessoas se dediquem àquelas tarefas que exigem aptidões naturais com que são particularmente dotadas; a segunda, tornando possível a produção em larga escala em estabelecimentos especializados, conduz à obtenção do mesmo resultado. Finalmente, a especialização geográfica, dentro de um país, permite a cada região utilizar os seus recursos da maneira mais vantajosa. O comércio internacional, alargando a área em que a especialização é possível e consentindo que ela seja levada a efeito em maior grau do que sucederia na hipótese de as trocas internacionais não terem lugar, vai permitir a

---

(1) É evidente que, para atingir uma decisão completamente satisfatória, tornar-se-ia indispensável conhecer também os custos reais de cada política. Simplesmente, como é impossível comparar os custos reais de uma indústria protegida com a constelação de custos reais, presumívelmente diferente, das indústrias que existiriam debaixo de uma política livre-cambista, somos obrigados a decidir a questão com base na evidência disponível do lado do rendimento. Cfr. ELLSWORTH, *International economics*, cit., págs. 286 e segs.

formação do máximo rendimento real para a comunidade. Na sua base está o fluxo da produção nacional e é dêle que depende a medida em que a população de uma Nação globalmente considerada, pode satisfazer as suas necessidades (1).

Seguindo o único método admissível, pusemos de lado até aqui todos os problemas concernentes à distribuïção do rendimento nacional, real ou monetário. É verdade que, incidentalmente, já tivemos ocasião de afirmar que a introdução do livre-câmbio determina uma redução dos rendimentos dos donos de factores específicos para a produção de mercadorias em que se tem uma desvantagem comparada e uma alta dêsses rendimentos para os proprietários dos factores específicos empregados na indústria em que se gosa de vantagem comparada. Mas, abstraindo mesmo das inevitáveis perdas de fricção em períodos curtos, vamos ver que, ainda em períodos longos, o livre-câmbio poderá determinar alterações substanciais na distribuïção do rendimento nacional. Pois, nós suposemos que Portugal se especializaria ua produção de trigo e, admitindo a existência de dois factores apenas — o capital e o trabalho — vamos imaginar que o nosso país está relativamente mais bem fornecido do primeiro daqueles factores e que a proporção do trabalho para o capital é mais baixa na produção de trigo do que na de tecidos. Ora, assumindo, como sempre fizemos, que os montantes totais dos factores de produção permanecem fixos e admitindo o seu pleno emprêgo antes e depois da abertura do comércio, assistir-se-á, à medida que a indústria de tecidos declina e a

---

(1) Lionel Robbins, *Economic notes on some arguments for protection*, in *Economica*, vol. xi, 1931, págs. 45 e segs.; Dell e Luthringer, *Population, resources and trade*, cit., págs. 188 e segs. Adverte-se que, para fins de comparação do bem-estar económico em épocas diferentes, na hipótese de uma população variável, é o rendimento real por cabeça da população ocupada (que trabalha ou procura trabalho), e não o rendimento real total, que deve ser tomado em conta.

do trigo se expande, a um fluxo tanto de capital como de trabalho daquela indústria para esta. Simplesmente, em virtude da contracção da producção de tecidos, será libertado mais trabalho do que aquêle que pode ser reempregado às mesmas taxas de salário na indústria do trigo; tudo conseqüência de o montante de capital que aflui à indústria com vantagem comparada — suficiente para empregar certo número de trabalhadores na produção de tecidos — ser manifestamente insuficiente para os utilizar na produção de trigo à antiga taxa de remunerações. Na verdade, o produto marginal de um factor qualquer não depende da quantidade absoluta empregada, mas da proporção existente entre as quantidades em que êste factor e os demais são utilizados. Daí que a produtividade marginal do trabalho diminua à medida que sucessivas doses dêste factor se devam combinar com uma quantidade de capital que aumenta em ritmo muito menor. A conseqüência só pode ser a de baixarem os salários na indústria do trigo e como, nas condições dadas, as retribuïções totais são proporcionais às unitárias, assistir-se-à a um declínio da retribuïção total do factor trabalho.

Mas nem só esta diminuïção da quota relativa do trabalho no dividendo nacional está dentro do domínio das hipóteses. Efectivamente, se o trabalho fôsse empregado em larga escala pela indústria dos tecidos e só muito escassamente pela indústria do trigo, se a sua produtividade marginal diminuisse lentamente na primeira e ràpidamente na última à medida que se aditassem sucessivas doses a um processo produtivo em que o capital só paulatinamente aumentava, a introdução do livre-câmbio poderá determinar uma baixa da quota absoluta do trabalho no rendimento nacional.

O grande número de circunstâncias cuja verificação seria necessária para se chegar a êste resultado, parece indicar-nos que se trata de uma hipótese extremamente improvável. E, mesmo neste caso, o bem-estar dos trabalhadores, traduzido

pela elevação dos seus salários reais, pode não ser atingido: basta para isso que se assista a uma considerável baixa de preço das mercadorias que agora se importam e que as massas trabalhadoras as consumam em larga escala. Aventura-se, assim, a conclusão de que o livre-câmbio, benéfico para a comunidade como um todo, só muito excepcionalmente poderá ser simultâneamente desvantajoso para os membros mais pobres da colectividade (1).

19 — Nos começos do século XIX, havia no mundo, por um lado, países já populosos e ricos em capital e, por outro, países ricos em terras mas pobres em capital e trabalho. Alguns países da Europa — e muito principalmente os países novos de além-mar — dispunham de abundantes terras férteis e, em muitos casos, de minerais fàcilmente acessíveis; em contrapartida, as suas populações eram escassas e só de fontes externas podiam obter capital em montantes snbstanciais.

Mas, ao lado dêstes, países havia em que a população era muito mais numerosa em relação aos recursos naturais e ràpidamente crescente em virtude de uma espectacular redução das taxas de mortalidade durante a última metade do século XVIII; o mercado do capital e as facilidades de crédito eram relativamente boas, principalmente devido ao anterior desenvolvimento do comércio e existia, além disso, uma

---

(1) Cfr. STOLPER e SAMUELSON, *Protection and real wages*, cit., págs. 58 e segs.; VINER, *Studies*, cit, págs. 533 e segs.; HABERLER, *The theory of international trade*, cit., págs. 195 e segs.: Como o problema é perfeitamente idêntico ao da influência do progresso técnico sôbre a parte do capital e trabalho no rendimento nacional, pode consultar-se: A. C. PIGOU, *Economia del benessere*, in *Nuova collana di economisti*, vol. X, págs. 537 e segs.; J. R. HICKS, *La teoria dei salari*, in *Nuova collana di economisti*, vol. XI, págs. 435 e segs.; KNUT WICKSELL, *Lectures on political economy*, vol. I, Londres, 1935, págs. 134 e segs.; NICHOLAS KALDOR, *A case against technical progress*, in *Economica*, vol. XII, 1932, págs. 184 e segs.

forte tradição industrial que revelava os seus frutos na abundância de novas invenções no campo das manufacturas.

Com base no suposto dos preços comparados, países do género dos primeiros acabam por adquirir evidente superioridade na agricultura e por se dedicarem prevalentemente a esta forma de actividade, enquanto que os países do segundo tipo, por disporem de marcada vantagem na indústria, nela irão concentrar preferentemente os seus recursos produtivos. Surge, assim, no mundo, em conseqüência do diverso grau de população e riqueza das várias nações, a divisão internacional do trabalho entre países agrícolas e industriais. Os países do primeiro grupo tornam-se exportadores de víveres, matérias primas e produtos minerais, enquanto que os do segundo grupo os abastecem com produtos acabados (1).

Às trocas internacionais originárias, constituídas sobretudo por bens produzidos em condições naturais diferentes, isto é, devidas a diferenças nas condições climatéricas e naturais, acrescentam-se agora as trocas de víveres e matérias primas por artigos acabados, provocadas principalmente por diferenças na dotação de factores entre os vários países. Em conseqüência dêste processo, cada Nação deixa de se bastar a si mesma e depende das outras ainda pelo que respeita aos produtos mais necessários. Entre as singulares economias nacionais estabelecem-se relações económicas estreitas e contínuas, por efeito das quais elas acabam por

---

(1) Mas não se segue, de modo algum, que a divisão do trabalho entre os países deva ser sempre completa. Pois, mesmo supondo inexistentes os custos de transporte e admitindo a hipótese dos rendimentos constantes, é muito possível que apenas um dos países se especialize completamente, continuando o outro a produzir vários produtos ; tal sucederá, por exemplo, na hipótese de o primeiro país não poder satisfazer a procura total de ambos em relação ao produto em que se especializa. Semelhante resultado é de verificação muito provável no caso de o comércio ter lugar entre um país pequeno e um país grande Veja-se, por exemplo, HABERLER, cit., pág. 134.

constituir uma única grande economia. Caminha-se para uma especialização cada vez mais intensa e daí que se acentuem os laços de interdependência entre as várias nações (1); esta cooperação, em larga medida inconsciente, mas nem por isso menos real, revela-se no volume grandioso que as trocas internacionais atingiram no século XIX. Foi nesta fase da evolução da economia mundial que o livre-câmbio achou a sua aplicação na prática e a sua exaltação na teoria.

---

(1) Apontam se, por sugestivos, alguns casos flagrantes de especialização a que o livre-câmbio conduziu. A Costa do Ouro é um exemplo típico de economia monocultural: em certos anos, o cacau chega a constituir cêrca de quatro quintos do valor total das exportações da colónia; dedicam-se à sua cultura mais de 180.000 famílias, sôbre uma extensão de terreno superior a 405.000 ha. O Brasil passou sucessivamente do tabaco para a borracha e depois para o café e algodão; Cuba passou do tabaco para o açúcar e, finalmente, para o ananás; o Chile organizou-se como único fornecedor mundial de nitratos; na Bolívia, tôda a população indiana foi lançada nas minas de estanho e a Argentina tornou-se o maior fornecedor mundial de carne.

Cfr. MARCO FANNO, *Le tendenze dell'economia mondiale e il neo-protezionismo dell' Inghilterra, in Annali di economia,* 1935, vol. X, n.° 2, pág. 264 e seg.; OHLIN, *Interregional and international trade,* cit. pág. 119; SLICHTER, *Modern economic society,* cit., págs. 105 e seg.; A. J. BROWN, *Industrialization and trade,* Londres, 1943, pág. 8; FERDINAND FRIED, *Le tournant de l'economie mondiale,* Paris, 1942, págs. 194 e segs.

§ 2.º

AGRICULTURA E INDÚSTRIA

CAPÍTULO I

Noções gerais

20 — Definir com precisão a estrutura de qualquer economfa capitalista, é problema assás complexo. Na verdade, além da natural dificuldade em encontrar critérios que, por abrangerem aspectos variados, se revelem suficientemente completos, acresce que os materiais estatísticos encerram grandes lacunas e, sendo elaborados segundo métodos diferentes, tornam difícil ou impossível qualquer comparação.

Reconhece-se, dêste modo, que a caracterização da economia de qualquer país como agrícola ou industrial, assenta geralmente em bases pouco sólidas. Mas, como o conhecimento das estruturas é um anel indispensável entre a teoria

e a política económica e nenhuma política, digna dêste nome, se faz com intervenções fragmentárias e isoladas, mas antes deve ter em consideração tôdas as suas repercussões sôbre a vida económica da Nação, à míngua de soluções precisas, devemos contentarmo-nos com soluções de primeira aproximação.

Feitas estas concessões, poderá o estudioso lançar mão com proveito de vários índices susceptíveis de revelarem a prevalência de certo ramo de actividade económica no conjunto da economia nacional. Mencionem-se, a título de exemplo, os seguintes: a relação das produções, isto é, das quantidades produzidas em cada ramo, a percentagem de rendimento nacional que é obtido por tal ou tal categoria de actividade económica, a repartição da população activa por grupos profissionais, o grau de auto-suficiência da economia considerada, visto através da balança comercial etc. (1).

Mas, afinal, para quê insistir na distinção entre países agrícolas e países industriais? As diferenças entre o processo agrícola e o processo industrial serão grandes ao ponto de se repercutirem no campo económico? Nos números que se seguem, tentar-se-á dar resposta a estas preguntas.

21 — Pretendeu-se, durante muito tempo, estabelecer uma antítese irredutível entre a agricultura e a indústria com base nas leis do rendimento. A agricultura, dizia-se, está submetida à lei dos rendimentos decrescentes ou, o que lhe equivale, dos custos crescentes; quere dizer: sendo dada a técnica da produção, as doses de capital e trabalho sucessivamente invertidas em dada superfície de terra obtêem rendimentos cada vez menores. Aliás, como se compreenderia

---

(1) François Perroux, *Cours d'economie politique*, tômo I, Paris, 1939, págs. 194 e segs.; cfr., do mesmo autor, *Lições de economia política*, Coimbra, 1936, págs. 138 e segs.

que, ao lado de terras férteis, se cultivassem terrenos sáfaros? Como se explicaria ainda que todo o trigo de que um país carece não fôsse produzido apenas em alguns hectares de terra? Na verdade, não fôra o fatalismo desta lei e nada se oporia a que se aumentasse até ao infinito a produção agrária numa dada unidade de superfície, precisamente nas mais indicadas, quer pela composição do solo, quer pela sua situação e clima.

Mas — frisemo-lo bem — trata-se de uma lei estática; não se exclui que, em virtude do processo técnico ou de uma mudança dos preços das mercadorias e dos agentes produtivos, se não possa obter um maior produto, físico ou monetário, do que aquêle que se obtinha num momento precedente (1).

A indústria, pelo contrário — afirmava-se — obedece à lei dos rendimentos crescentes e isto significa que, dada a técnica da produção (excluída, portanto, a baixa de custos provocada por invenções, aperfeiçoamentos técnicos ou de organização etc.) as doses de capital e trabalho invertidas em certa emprêsa obtêem rendimentos cada vez maiores. E êste maior rendimento é encarado como uma conseqüência da ampliação da produção.

Expostos os factos, urge avançar mais um passo e procurar-lhes um princípio de explicação. Qual o motivo por que a agricultura nos dá rendimentos decrescentes e a indústria nos proporciona rendimentos crescentes? A explicação viria a localizar-se na circunstância de a um elemento de produção suposto constante fazermos corresponder quantidades progressivamente crescentes dos restantes factores. Ora a quantidade de terra disponível é fixa ou quási, limi-

---

(1) Arrigo Serpieri, *Corso di economia e politica agraria*, vol. I, *L'agricoltura nell' economia della nazione*, Florença, 1942, págs. 59 e segs.; Carlo Dragoni, *Economia agrária*, Milão, 1932, págs. 27 e segs ; Alessandro Brisi, *Economia e política agrária*, Bari, 1942, págs. 25 e segs.

tado o número de plantas que em dada superfície se pode desenvolver e escassas as soluções húmicas.

Mas, se reflectirmos um momento, vê-se logo que esta resposta envolve a condenação da antinomia entre a agricultura e a indústria, nos termos rígidos em que ela era formulada pelos clássicos. Pois, no fundo, tudo isso sucede em virtude de a produção ser necessàriamente o resultado da conjugação dos três factores e de êstes não serem perfeitamente substituíveis uns pelos outros. Cada instrumento de produção deve ser encarado como produzindo com o auxílio dos demais; a produção de cada um dependerá naturalmente da assistência que recebe dos outros. Simplesmente, fazer estas afirmações equivale a postular implìcitamente que os rendimentos decrescentes se verificam sempre que a um elemento de produção tornado constante (seja a terra, o capital ou o trabalho) se façam corresponder doses variáveis dos restantes, isto é, que êles constituem um fenómeno económico geral.

Assim se esbate o antagonismo entre a agricultura e a indústria, pois, não só esta última conhece rendimentos decrescentes em virtude de se exercer sôbre um terreno cuja superfície se pode tornar escassa e de pressupor um elemento — a direcção – que possui uma capacidade igualmente limitada, como ainda a agricultura beneficia de uma fase prévia de rendimentos crescentes (1). Na verdade, é a realidade que

---

(1) Diz WICKSTEED: «a lei dos rendimentos decrescentes não é realmente mais do que a afirmação axiomática de um princípio universal que se aplica igualmente a tôdas as formas de indústria e a um largo sector de experiências e fenómenos não industriais». *The common sense of political economy*, vol. II, Londres, 1934, pág. 529; e NICHOLAS KALDOR: ela não é mais do que o reconhecimento de que o grau de variabilidade dos coeficientes técnicos é menos do que infinito, em suma, de que há diferentes espécies de factores. *The equilibrium of the firm*, in *The economic journal*, 1934, pág. 65. Cfr. Prof. TEIXEIRA RIBEIRO, *Teoria económica dos monopólios*, cit., págs. 131 e segs.

nos ensina que as doses de capital e trabalho aplicadas numa dada extensão de terreno obtéem primeiramente aumentos de produção proporcionais ou mais do que proporcionais e que, só a partir de certo memento, o maior rendimento é menos do que proporcional à maior despesa. E, através de um período em que o rendimento total ainda aumenta, embora diminua o rendimento correspondente a cada acréscimo de capital e trabalho, atingir-se-à o chamado limite de saturação. Neste momento, o rendimento dos factores variáveis é igual a zero.

Sem dúvida, a lei dos rendimentos decrescentes é universal; a sua actuação é, porém, mais visível nas chamadas indústrias extractivas, isto é, na agricultura, minas, pesca, hidráulica, combustíveis, etc. A circunstância de a terra, mais do que qualquer outro factor de produção, existir em quantidades definidas no local em que se desenvolve o processo produtivo e de o homem só escassamente controlar as fôrças da natureza explica-nos o facto de a fase dos rendimentos decrescentes se alcançar muito mais ràpidamente na agricultura do que na indústria (1).

22 — O empresário vai procurar fixar a combinação mais vantajosa dos coeficientes de produção, isto é, a que lhe permite pagar por estes serviços uma soma de preços menor do que a que seria necessária para qualquer outra combinação que proporcionasse a mesma quantidade de produto. De modo que, em última análise, o método de cultivo mais barato dependerá, dadas as possibilidades técnicas, dos preços relativos dos diferentes factores; supondo estes conhecidos o problema é perfeitamente determinado. Na verdade, se o produto marginal do factor A, a terra, por exemplo,

---

(1) SLICHTER, *Modern economic society*, cit., págs. 329 e segs.; RICCARDO BACHI, *Principî di scienza economica*, vol. I, cit., págs. 217 e segs.

dividido pelo seu preço, é maior do que o produto marginal do factor B, por hipótese o trabalho, dividido também pelo seu preço, convirá ao empresário adoptar um processo cultural que use uma maior porção do factor A do que do factor B. Se se raciocina um regime de livre-concorrência perfeita e se considera a aquisição e emprêgo de vários factores, então o empresário empregará os coeficientes produtivos até ao ponto em que as produtividades marginais respectivas, divididas pelos seus preços, ofereçam o mesmo quociente, isto é, até ao ponto em que sejam iguais as produtividades marginais ponderadas. Neste momento, a emprêsa consegue a combinação ótima dos factores produtivos que utiliza (1).

Mas ocorre não confundir o problema da proporção em que se combinam os meios de produção com o da dimensão da própria combinação. Consideremos a combinação da quantidade qt de terra com ql de trabalho e com qc de capitais técnicos; uma segunda combinação de qt de terra com 2 ql de trabalho e 2 qc de capitais técnicos; uma terceira combinação de 2 qt de terra com 2 ql de trabalho e 2 qc de capitais técnicos. A primeira difere da segunda pela diversa relação entre a terra, de um lado, e o capital e o trabalho, do outro: a primeira é menos intensiva do que a segunda. Na primeira e terceira, pelo contrário, a intensidade é a mesma e só difere a dimensão da combinação produtiva: a terceira é dupla da primeira (2).

Ora nós podemos supor que a primeira combinação realiza a proporção ótima dos factores, isto é, permite obter um determinado produto bruto com o menor dispêndio pos-

---

(1) BENHAM, *Economics*, cit., págs. 192 e segs.; PAPI, *Lezioni di economia generale e corporativa*, cit., vol. I, págs. 125 e segs.; ALESSANDRO BRISI, *Economia e política agrária*, cit., pág. 22.

(2) SERPIERI, *Corso*, cit., pág. 59.

sível. Simplesmente, se — dados os preços dos factores — uma duplicação da sua quantidade importasse a obtenção de rendimentos exactamente proporcionais, então seria econòmicamente indiferente para o empresário a adopção da primeira ou terceira combinação. Em ambos os casos, a proporção dos factores é idêntica e o custo unitário do produto seria o mesmo.

Mas a verdade é que esta suposição nem sempre corresponde à realidade, pois bem pode suceder que uma duplicação das quantidades de todos os factores e, portanto, um aumento da produção, determine a consecução de rendimentos mais do que proporcionais. E todo o problema consiste agora em indagar como surgem estas economias da dimensão, sendo dados os conhecimentos técnicos.

Se todos os métodos, máquinas, etc., são conhecidos, porque é que êles se não adoptam quando a escala da produção é diminuta? Na hipótese de esta solução ser viável, a combinação mais económica, isto é, a que permite o mais baixo custo de produção por unidade de mercadoria, seria igualmente possível tanto numa combinação de reduzidas como de amplas dimensões. Existiria, neste caso, uma proporção ótima — dependente naturalmente dos preços dos factores — mas não haveria que pensar numa dimensão ótima. Quere dizer: se as grandes e custosas máquinas modernas, como os tractores, ceifeiras debulhadoras etc., pudessem ser fornecidas em miniaturas, ou tornadas menores e menos custosas, o presente grau de intensa especialização poderia ser mantido em pequenas emprêsas.

Sucederia assim se cada um dos agentes produtivos pudesse ser dividido em unidades do tamanho desejado sem perda de eficiência. Ora a verdade é que a sua própria natureza ou, em alguns casos, a dos materiais trabalhados, não permite que se empreguem tais pequenas unidades (1). E repare-se

---

(1) BERTIL OHLIN, *Interregional and international trade*, cit., págs. 52 e segs. ELLSWORTH, *International economics*, cit., págs. 106 e segs.; G. M.

que, sob certos aspectos, o próprio homem é também um factor indivisível, no sentido de que a sua actividade encontra um campo ótimo de aplicação. O mesmo se diga ainda do gado de trabalho, cuja economicidade está estreitamente dependente da grandeza da exploração. Pode afirmar-se, portanto, que, em virtude de certos factores de produção nos serem oferecidos com uma grandeza predeterminada, certas economias da produção não podem ser obtidas senão através de combinações de factores de grandeza considerável.

Mas, se todo o aumento da grandeza da emprêsa significasse uma diminuïção dos custos unitários da produção, então seria pensável a concentração de cada ramo de actividade de um país em emprêsas gigantescas. Porque não sucede assim? É que, na verdade, nós estamos a tratar de um problema de equilíbrio em periodos longos e para determinar a dimensão ótima da combinação já não basta supor dados tanto os preços dos coeficientes produtivos como o estado da técnica; torna-se necessário assumir que, pelo menos a oferta de um dos factores, é fixa — caso em que o tamanho ótimo (ou, para qualquer tamanho, o montante máximo de produto que pode ser obtido a custo mínimo se torna determinado em virtude da actuação da lei dos rendimentos decrescentes (1). Assim, a lei da proporção dos factores e a lei da dimensão eficiente da produção são coisas distintas mas em relação recíproca.

Assentando num emprêgo generalizado de máquinas e motores altamente especializados, dispendendo somas ingentes na sua aquisição, as emprêsas industriais tendem natural-

---

CLARK, *Studi sull' economia dei costi costanti*, trad. italiana, in *Nuova collana di economisti*, vol. V, pág. 247.

(1) NICHOLAS KALDOR, *The equilibrium of the firm*, cit., págs. 64 e segs.; AUSTIN ROBINSON, *The problem of management and the size of firms*, in *The economic journal*, vol. XLIV, 1934, págs. 242 e segs.; BENHAM, *Economics*, cit,, págs. 139 e segs.

mente a revestír dimensões consideráveis e a praticar a produção em vasta escala. E a realidade mostra-nos, por outro lado, que o simples facto de a produção aumentar traz consideráveis vantagens à emprêsa. Pois, se ela produz em larga escala, então torna-se possível não só manter como tirar o máximo partido da divisão ocupacional do trabalho e realizar a sua divisão técnica no interior do estabelecimento. Efectivamente, dado o grande volume dos negócios, vale a pena que os indivíduos se especializem porque lhes é garantida uma ocupação estável; a sua reünião em dada emprêsa, debaixo de uma direcção central, proporcionará ainda vantagens evidentes. E MARSHALL chamou ainda a atenção para uma outra ordem de economias que derivam da circunstância de, em dadas condições, se poderem baixar os custos de tôdas as emprêsas de um ramo industrial, quando êste se amplie no seu conjunto. Na verdade, formar-se-á, em virtude da grandeza das emprêsas e da permanência do emprêgo, um mercado do trabalho vasto e constante que assegurará aos empresários uma oferta contínua de mão-de-obra especializada; vai, por outro lado, desenvolver-se, devido à amplitude dos negócios, uma vasta rêde de transportes que permitirá a deslocação rápida e barata dos produtos; e vão, finalmente, fundar-se, em razão das múltiplas necessidades das grandes emprêsas, indústrias subsidiárias que fornecem às primeiras tôda a gama de serviços de que elas necessitam. Eis como os custos de cada emprêsa nos aparecem como função, não só da quantidade que ela própria produz, mas ainda da grandeza da quantidade produzida pelo conjunto do ramo industrial. E é a possibilidade de obtenção destas economias internas e externas que nos explica, em larga medida, o elevado grau de concentração verificado em muitos ramos industriais (1).

---

(1) SLICHTER, *Modern economic society*, cit , págs. 124 e segs.; PAPI, *Lezioni*, cit., págs. 109 e segs.

Na agricultura, deparamos com um panorama bastante diferente. Quem quer que se dê ao cuidado de examinar as estatísticas, aperceber-se-á imediatamente de que, pelo menos nos países velhos, não se verifica qualquer tendência digna de relêvo para a concentração. Talvez devido às especiais características do processo agrícola, dificultando o emprêgo de máquinas e motores e restringindo o âmbito de uma económica divisão do trabalho e especialização das culturas, encontram-se, lado a lado, pequenas e grandes explorações e não é dos problemas menos complexos o de saber qual das modalidades é preferível econòmicamente (1). Posta a questão nestes restrictos termos, qualquer decisão sôbre os seus méritos comparados deverá assentar necessàriamente sôbre esta base: qual das duas categorias permite a obtenção de um maior rendimento?

Sem ignorar quanto o problema reveste um aspecto local e circunstancial que varia de Nação para Nação, vale a pena expôr os resultados alcançados em minuciosas observações feitas em alguns países. Assim, investigações realizadas por LAUR na Suíça, LASSEN na Dinamarca, RUSTON no Yorkshire, LEVY, ASHBY e THOMAS no sul de Inglaterra, revelam:

— que a importância relativa do trabalho na exploração agrícola diminui à medida que a extensão desta aumenta.

— que o capital investido por hectare diminui à medida que a extensão da exploração aumenta. O facto torna-se particularmente saliente no que respeita ao capital terra e às construções. É um facto evidente que as pequenas explorações são mais procuradas e alcançam um maior preço por hectare do que as grandes; a necessidade de capital-cons-

---

(1) E recorde-se, além disso, que, nos países velhos, a formação de grandes explorações na agricultura se faz à custa da reünião de várias pequenas herdades e daí que não haja lugar a um aumento de produção e, portanto, da oferta, muito sensível. Prof. TEIXEIRA RIBEIRO, *Teoria económica dos monopólios*, cit., págs. 118 e segs.

truções, por seu turno, não diminui na mesma medida que a extensão da exploração.

Ora, se nas pequenas explorações tem lugar uma maior inversão de capital e trabalho do que nas grandes, não é de estranhar que se obtenha um produto bruto superior por unidade de superfície. Mas a verdade é que êste maior produto bruto é obtido a expensas de um custo de produção sensívelmente mais elevado do que nas grandes explorações e daí que estas proporcionem, em última análise, um maior rendimento líquido (1).

Se, como diz THAER, o fim do agricultor fôsse o de extrair do solo o mais alto ganho possível e não a maior produção possível, a questão resolver-se-ia muito simplesmente pelo reconhecimento das vantagens da grande exploração. Simplesmente, como teremos ocasião de ver, trata-se de dois tipos fundamentais de emprêsas agrícolas, com objectivos diversos a alcançar e metros diferentes a medir os seus resultados. Daí que se torne de certo modo artificioso compará-las aplicando o mesmo critério; que se não possa dizer com segurança que a grande exploração é preferível porque proporciona um mais alto lucro do que a exploração de tipo familiar (2).

---

(1) Cfr. *La Suisse economique et sociale*, publicação do «*Département féderal de l'economie publique*», 1927, págs. 69 e segs.; A. W. MENZIES KITCHIN, *Some aspects of small holdings in the agricultural structure*, in *The economic journal*, 1934, págs. 663 e segs.; BENJUMEA y PAREJA, *Regimen mas adequado para difundir, desenvolver y conservar la pequena propriedad*, Sevilha, 1933, págs. 51 e segs.; ARTHUR WAUTERS, *La reforme agraire en Europe*, Bruxelas, 1928, pág. 146; LERENO ANTUNES BARRADAS, *Regiões latifundiárias*, Lisboa, 1935, págs. 47 e segs.

(2) Ocorre não confundir o problema da grandeza da exploração com o da grandeza da propriedade. É assás freqüente uma grande propriedade ser partilhada entre vários agricultores e, embora mais raramente, encontram-se grandes explorações formadas pela reünião de várias propriedades nas mãos de um só cultivador que as detém momentâneamente como rendeiro. Quando nos colocamos, porém, no ponto de vista da produção, ape-

E nem sequer a resolução desta questão é suficiente para nos fornecer uma explicação completa da realidade. Na verdade, o problema é simultâneamente político e social e será sempre mais ou menos arbitrário isolar influências que na vida quotidiana agem conjuntamente. Qualquer solução que pretenda ser algo mais do que uma simples aproximação ao estudo dêste problema deve começar por ter em conta certas questões gerais e, entre elas, seja-nos lícito mencionar as seguintes: a política comercial internacional em geral e relativamente aos géneros agrícolas, a densidade da população, a proporção da população empenhada na agricultura, o rendimento das várias categorias de exploração, a produtividade da terra, o desenvolvimento industrial, etc. etc. (1).

23 — Afirmamos o carácter universal da lei dos rendimentos decrescentes e focamos a êste respeito a hipótese de se inverterem em dada superfície de terreno doses sucessivas de capital e trabalho.

Mas, chegados a êste ponto, é lícito preguntar: desempenha a terra uma função idêntica na agricultura e na indústria? Comecemos por frisar que, quando se fala da terra como elemento da produção, se tem em mente algo de mais complexo, isto é, a Natureza. E esta é o conjunto de tôdas as matérias e de tôdas as fôrças que a terra, a água e a atmosfera colocam à disposição do homem.

---

nas da exploração se torna necessário falar. Cfr. ALBERTO MENANO, *Economia política* (Apontamentos coligidos das prelecções do Prof. OLIVEIRA SALAZAR), Coimbra, 1927, págs. 441 e segs.; PEQUITO REBELO, *As falsas idéias claras em economia agrária*, Lisboa, 1926, pág. 39 e segs.

(1) J. D. BLACK, R. H. ALLEN e O. A. NEGAARD, *The scale of agricultural production in the United States*, in *The quarterly journal of economics*, 1939, págs. 355 e segs.; MICHEL AUGÉ-LARIBÉ, *L'evolution de la France agricole*, Paris, 1912, págs. 87 e segs.; cfr. do mesmo autor, *Grande ou petite proprieté?* Montpellier, 1902, págs. 201 e segs.

Simplesmente, para bem avaliarmos a importância dêste elemento da produção na agricultura e na indústria, torna-se indispensável conhecer a técnica da produção em cada um daqueles ramos. A êste respeito, pode reputar-se pacífica a opinião segundo a qual a agricultura tem uma técnica predominantemente orgânica (baseada na acção da natureza) e a indústria uma técnica prevalentemente mecânica (assente na transformação exterior da matéria). Mas esta distinção é, em última análise, uma síntese de muitas diferenças que ocorre pôr a nu o mais completamente possível. Pois, se a técnica industrial é mecânica, isso significa afinal que do elemento natureza se torna apenas indispensável uma parcela de terra sôbre a qual a produção se realize. Não interessam de modo algum as propriedades físicas ou os elementos químicos do terreno e só indirectamente poderão ter qualquer influência os fenómenos ambienciais, o clima, etc.; a terra é, simplesmente, o espaço que se ocupa, a dimensão necessária à construção da fábrica ou ao lançamento da via férrea (1).

Na agricultura, o panorama muda radicalmente. Aqui, a natureza começa por fornecer ao homem o meio em que a produção se vai realizar, as matérias sôbre que êle há-de exercer a sua actividade e as fôrças adjuvantes. Fornece-lhe a terra, mas repare-se que esta foi herdada do passado e não é possível produzi-la no presente: o mais que se poderá fazer é melhorar a sua qualidade e isso só em limitada extensão; e é facto que, sobretudo nos países velhos, a hipótese mais freqüente é a da quási inexistência de terras nuas e sem um valor mais ou menos elevado (1).

---

(1) Prof. TEIXEIRA RIBEIRO, *Teoria económica dos monopólios*, cit., págs. 38 e segs.; W. WYGODZINSKI, *Economia y politica agraria*, Barcelona, 1930, págs. 41 e segs. A estas duas técnicas de produção deve acrescentar-se a química, que assenta na modificação interna dos corpos.

(1) J. R. HICKS, *The social framework*, cit., págs. 74 e segs. O problema vai posto em relação a cada país e não ao conjunto dêles, pois, para

Lança-se, em seguida, a semente à terra e o processo biológico vai desenvolver-se com quási completa independência de todo o contrôlo exterior. Efectivamente, a capacidade do terreno agrário para secundar a obra produtiva do homem é determinada por condições de vária ordem.

Em primeiro lugar, há que atender a condições físicas, dependentes em larga medida da estrutura do solo, isto é, da relação entre os seus elementos componentes. O solo é um produto da decomposição de rochas a que se aditou terreno vegetal e é da natureza dêste e das rochas decompostas que vai depender a sua temperatura em relação à do ambiente, a permeabilidade e a maior ou menor susceptibilidade de conservação da umidade. Ora a acção do homem, na sua luta contra a hostilidade destas condições, não tem obtido senão resultados escassos.

Em segundo lugar, o processo produtivo está condicionado por elementos de ordem química, dependentes da maior ou menor abundância e solubilidade das substâncias que compõem o terreno vegetal, particularmente daquelas de que se alimentam as plantas. Essa provisão é limitada e pode, por isso, atingir-se o limite edáfico ou de esterilidade sempre que, em virtude de um aproveitamento agrícola irracional, de culturas depauperantes ou de uma sôbrepopulação zootécnica, se esgote a capacidade dos terrenos. Neste domínio, porém, a acção do homem tem-se revelado profícua e para o demonstrar bastará recordar os imensos progressos realizados pela química agrária, traduzidos na produção de fertilizantes adequados às várias espécies de terrenos.

Fínalmente, há que ter em conta as condições biológicas em que se desenvolve a produção e isso em virtude da existência e actividade de micro-organismos, úteis ou prejudi-

---

a finalidade que nos propomos, só secundáriamente interessa a existência de terras nuas além-fronteiras.

ciais ao crescimento das plantas. Tem sido êste campo objecto de estudos intensos; o homem procura favorecer ou contrariar êstes seus microscópicos colaboradores ou adversários, criando-lhes, mediante processos artificiais, um ambiente favorável ou hostil (1).

Mas não é tudo. Pois, afirma-se — e cremos que com razão — que a agricultura depende mais do ar do que do solo; na verdade, não só as condições físicas, químicas e biológicas reagem diferentemente ante as variações do clima, como a sua acção pode, em larga medida, ser neutralizada por êste. E, na expressão clima, nós abrangemos um conjunto de fenómenos que podemos dividir em principais — temperatura, luz e chuva — e secundários, ventos, umidade, orvalho, etc.

Primeiro, as espécies vegetais têm exigências diversas em temperatura nas várias fases do seu processo de desenvolvimento; o próprio homem é fortemente influenciando por êste factor e daí que se possa falar de um limite térmico da actividade agrícola.

Depois, na agricultura, tôdas as transformações primárias têm lugar mediante processos biológicos em que o homem e a máquina não entram. A grande fonte de energia é aqui, a luz solar; ela é indispensável ao processo biológico de fotosíntese que caracteriza a produção agrícola e da sua intensidade vai depender a rapidez do crescimento das plantas e da sua tendência para florir e frutificar (2).

---

(1) Avaliam-se as perdas provocadas pelas pestes e parasitas em cêrca de 25% da produção agrícola mundial. Daí a luta sem tréguas que a agricultura científica lhes move e de que são aspectos interessantes o aperfeiçoamento crescente dos fungicidas e insecticidas, o hiper-parasitismo, a selecção genética em vista da imunidade etc. Cfr. DELL e LUTHRINGER, *Population, resources and trade*, cit., págs. 143 e segs.; DRAGONI, *Economia agrária*, cit., págs. 18 e segs.

(2) RUDMOSE BROWN, *The principles of economic geography*, Londres, 1939, pág. 17; SERPIERI, *Corso di economia e politica agraria*, cit., pág. 36.

O volume de chuvas condiciona igualmente a actividade agrícola e, por isso, se fala hoje de um limite de aridez que nos é dada pelo mínimo de precipitações suficiente para a prática da agricultura de chuvas, sem qualquer auxílio da irrigação natural ou artificial (1). E torna-se evidente que nem só o volume de chuvas interessa, pois, a sua distribuïção no ano, quer em relação aos meses mais quentes e em que, portanto, é mais elevada a evaporação, quer em relação ao ciclo vegetativo das plantas que são cultivadas em cada região, assume excepcional importância. Depois, o modo como tem lugar a irrigação atmosférica, se em violentos aguaceiros, se em chuvas fracas mas prolongadas, concorre também para determinar a suficiência das precipitações em relação ao aprovisionamento hídrico do solo para fins agrícolas. Ainda outros elementos, como o orvalho e a absorção directa do vapor de água por parte do solo, podem influir favoràvelmente sôbre o limite de aridez, independentemente das precipitações, e modificando mesmo o valor absoluto destas.

Finalmente, as precipitações podem ser suficientes para o cultivo de plantas de ciclo vegetativo breve mas não bastarem para a satisfação das necessidades biológicas do homem e vemos surgir então limites de natureza antrópica à actividade agrícola.

Alguma coisa tem feito o homem no sentido de vencer a hostilidade das condições climatéricas. Muitas vezes se tem modificado o facies de regiões inteiras, revolvendo as terras fortes, drenando as úmidas e irrigando as sêcas. Tenta-se o cultivo de plantas resistentes à estiagem, pratica-se o *dry-farming*, criam-se variedades de plantas susceptíveis de utilizar mais amplamente os recursos postos à sua disposição; e é verdade que, nos últimos anos, tem-se assistido a um rela-

---

(1) Designaremos por atmosférica a irrigação resultante das chuvas.

tivo desenvolvimento dos estudos de meteorologia agrícola e da ecologia, isto é, das relações entre os vários elementos do clima e o rendimento das espécies vegetais.

Tudo não obstante, é lícito afirmar que, em certo sentido, na agricultura, a Natureza é quási tudo e o Homem quási nada. Lançada a semente do milho à terra, a tarefa do homem quási que terminou; até ao dia da colheita, o papel principal pertencerá aos agentes naturais. É sob a sua acção que vai germinar a planta, que se operará a transformação do azoto, do carbono e da água para formarem o tecido vivo. Áparte algumas operações no decurso do processo vegetativo, o homem limitar-se-á a assistir ao trabalho da natureza e sôbre êle a sua influência é diminuta. Á sua influência contrapõe-se — como diz JOSEPH HITIER — uma evolução tórpida, durante a qual a natureza parece adormecida, e ainda se não encontrou meio de provocar o seu despertar antes do momento fixado pelo curso imutável das estações; durante os meses que separam a operação inicial da operação final, mil fôrças exteriores à vontade humana podem agir e aniqüilarem ou, pelo menos, comprometerem sèriamente as esperanças do agricultor (1).

24 — O domínio da Natureza não se circunscreve, porém, à influência que o solo e o clima desempenham na produção agrícola. Vai mais longe. Vamos tentar perscrutar essa influência no que respeita ao emprêgo de um outro factor de produção — o trabalho. Ainda aqui se revelará decisivo o contraste entre a agricultura e a indústria.

Na verdade, se é certo que determinadas actividades se

---

(1) JOSEPH HITIER, *L'agriculture moderne e sa tendence a s'industrialiser*, in *Revue d'economie politique*, 1901, págs. 109 e segs.; R. COURTIN e P. FROMONT, *Essai sur la crise agricole : production et population*, in *Revue d'economie politique*, 1930, pág. 1.085 e segs.; G. PIROU e M. BYÉ, *Traité d'economie politique*, tômo I, vol. II, Paris, 1941, págs. 185 e segs.

exercem no interior de instalações de qualquer espécie — é o que sucede com o tratamento de gado e com as indústrias caseiras — não é menos certo que a maioria delas se tem de realizar necessàriamente ao ar livre. E o facto tem alguma importância, pois, como fàcilmente se compreende, o exercício da actividade agrícola fica muito mais condicionado pelas condições atmosféricas do que o trabalho industrial.

De maior relêvo é, porém, a circunstância de o agricultor não poder distribuir o trabalho campestre no tempo de maneira a conseguir um aproveitamento regular e contínuo da mão-de-obra. É que, na realidade, o processo agrícola é descontínuo e sucessivo: cava-se a vinha, poda-se, amarram-se as vides, fazem-se tratamentos anti-criptogâmicos, vindima-se, faz-se o vinho; eis todo um ciclo produtivo cujas operações componentes se dispersam em momentos diferentes do tempo e se sucedem de harmonia com as solicitações da Natureza. O que tudo significa, por outras palavras, que cada uma destas operações ocupará apenas dias ou semanas durante o ano e que entre elas mediará um espaço de tempo, semanas ou meses, afim de permitir que no solo se realizem os processos físicos, químicos e bacteriológicos indispensáveis. São estas as razões que imprimem ao trabalho agrícola um carácter acentuadamente sazonal; e é esta característica que nos explica que em alguns períodos do ano, a procura de trabalho seja particularmente intensa e que em outras épocas êle se ofereça em vão: é a chamada estação morta da agricultura, o inverno agrícola que vai de Novembro a Março para a maioria das plantas (1).

---

(1) Tenham-se presente, contudo, as diferenças resultantes da diversidade de ambiente físico (solo e clima), as diversas combinações culturais, a forma como o trabalho é prestado (humano ou mecânico) etc. Cfr. SERPIERI, *Corso di economia e politica agraria*, cit., pág. 109 e segs.; DRAGONI, *Economia agrária*, cit., págs, 10 e segs.; PIROU e BYÉ, *Traité*, cit., tômo I, vol. II, págs. 30 e segs.

Depois o trabalho agrícola é disperso: as várias operações localizam-se diferentemente; ao trabalho dos campos há que acrescentar aquêle que tem lugar na eira ou nos estábulos. E o mal agrava-se quando o agricultor ou o rendeiro tem que atender às várias propriedades que constituem o seu património ou são objecto da sua exploração.

Já na indústria se contempla um panorama todo diferente; durante o ano, os homens não cessam de repetir os mesmos gestos e operações e, uma vez iniciado, o processo produtivo pode ser levado até final sem qualquer interrupção. por outro lado, as várias operações que o constituem podem, em regra, ser realizadas simultâneamente e todo êle se concentra no interior da fábrica ou oficina. E chegamos finalmente, ao momento em que é lícito indagar da influência que as particulares características do trabalho agrícola exercem sôbre alguns alguns fenómenos económicos. Ponhamos o problema primeiramente em relação à divisão do trabalho.

Qualquer indivíduo, sempre que pretenda especializar-se numa dada profissão, deve ponderar devidamente a procura provável que do seu trabalho virá a ser feita. Pois, torna-se evidente que uma pessoa que se dedicasse exclusivamente à profissão de podador só teria possibilidade de se empregar durante uns escassos dois ou três meses no ano. E como viver durante o tempo restante?

Ora as várias operações que compõem o ciclo produtivo estão precisamente na situação de só assegurar trabalho durante um período de tempo diminuto e daí que o carácter descontínuo do trabalho agrícola dificulte ou impeça a sua divisão profissional.

Na indústria, quando a emprêsa se encontra em laboração, é possível e vantajoso realizar a divisão técnica do trabalho, isto é, dividi-lo numa série de operações que se concatenam para a produção do mesmo objecto. Sucederá o mesmo na agricultura? Só em medida muito escassa. Na verdade, pode fazer-se a divisão técnica do trabalho na indústria pela razão

simples de que aí as várias operações são simultâneas; mas, na agricultura, a cava da vinha, a poda. a vindima etc., estão separadas por tempo mais ou menos longo e trata-se, na generalidade dos casos, de operações tão simples e uniforformes que não se descobre vantagem em realizar qualquer divisão do trabalho uo seu interior (1). Eis como o carácter sucessivo do trabalho agrícola obsta a que se realize em medida apreciável a sua divisão técnica.

E, porque é descontínuo, sucessivo e disperso, o trabalho agrícola não se presta, tão fàcilmente como o indústrial, a ser substituído pela máquina. Isso deve-se, em última análise, à acção conjugada de dois factores, um de ordem técnica e o outro económico. Efectivamente, na fábrica, os objectos sôbre que se trabalha são móveis e, portanto, a máquina está imóvel: daí que possa ser tão grande e complicada quanto necessário; pelo contrário, na agricultura, em face do solo que é imóvel, a máquina tem de deslocar-se de um lugar para outro e assim se compreende que perca, em grande parte, aquelas possibilidades. Na verdade, todos conhecem e admiram os caprichos da natureza que corta a monotonia das planícies elevando montes e cavando desfiladeiros e é precisamente a necessidade de a máquina se adaptar ao meio ambiente que torna a sua introdução mais difícil e, por vezes, impossível.

Mas há ainda uma razão de ordem económica. A agricultura, para realizar as diferentes operações que determinada produção comporta — a dos cereais, por exemplo — é obrigada a utilizar uma série de máquinas cuja actividade se vai restringir a alguns dias ou semanas durante o ano. No tempo restante, as máquinas ficarão em repouso, representando um capital imobilizado, carecendo de instalações etc. Ora, dada

---

(1) Reconhece-se, evidentemente, a possibilidade de realizar uma certa divisão do trabalho, por exemplo, nas ceifas.

a indivisibilidade dos maquinismos e, conseqüentemente, o seu grande custo, a sua introdução apenas será económica na hipótese de o volume de trabalho a realizar ser relativamente elevado. A intensidade do aproveitamento influi sôbre a economicidade do seu emprêgo e isto no sentido de que o seu uso será tanto mais económico quanto maior (1).

25 — E eis-nos chegados ao terceiro elemento da produção — o capital — e ocorre averiguar, em breve análise, as principais características dos capitais empregados na agricultura e na indústria.

Nesta conformidade, vê-se surgir imediatamente a possibilidade de uma distinção entre os diversos bens capitais que colaboram no processo agrícola (2). Efectivamente, o agricultor não explora a terra tal qual a natureza a oferece: a sua produtividade ou rendimento seria neste caso diminuta. Pelo contrário, através de uma acção longa e perseverante, vai procurar corrigir, na medida do possível, os obstáculos que a natureza opõe ao mais racional e frutuoso aproveitamento das suas terras; no fundo, é o homem que se esforça por formar ou melhorar o terreno agrário. Repare-se em como êle, através de obras de irrigação (canais, reserva-

---

(1) Cfr. JOSEPH HITIER, *La transformation de l'outillage agricole et l'agriculture moderne*; im *Revue d'economie politique*, 1902, pág. 763; ADOLFO WEBER, *Tratado de economia política*, tomo III, vol. I, *(Política económica)*, Barcelona, 1940, pág. 129; KAUTSKY, *La question agraire*, Paris, 1900, pág. 55 e segs. Convém ter presente que o factor de ordem económica apontado vale sobretudo para as pequenas explorações agrícolas.

(2) Só, *brevitatis causa*, não analisamos a questão de saber se a terra se deve considerar um factor de produção independente ou uma espécie particular de capital. Quanto ao problema de saber se ela constitui um capital em sentido técnico, responderemos, com os autores da Escola Austríaca, pela negativa Raciocionando, porém, dentro da emprêsa, capital é todo o valor monetário que se destina à produção, abrangendo, portanto, a terra, os salários, sementes, construções etc.

tórios etc.), procura suprir a deficiência de precipitações; como o modesto lavrador, mediante os poços que abre e as albufeiras que constroi, luta igualmente contra a insuficiência ou irregularidade da irrigação atmosférica; como, por meio de obras de enxugo e de drenagem se obsta à formação de um excesso de umidade; como, recorrendo à construção de açudes, regulariza rios e torrentes e através de socalcos consegue fixar as terras. A esta vasta categoria de molhoramentos é costume emprestar a designação de capitais fundiários.

Mas, uma vez preparado o terreno agrário, eis que o agricultor vai começar a desfrutar a terra e para isso torna-se necessária a posse de certas instalações, instrumentos ou máquinas. Não nos interessa, neste momento, o grau de aperfeiçoamento que uns e outros possam revestir; apenas postulamos a sua necessidade, seja na forma de tôscas enxadas e charruas atreladas a gado de trabalho, seja na forma de modernos instrumentos e potentes máquinas. E temos nestas instalações, instrumentos, máquinas e gado de trabalho numa nova categoria de capitais que, juntamente com os fundiários, se tornam indispensáveis à fundação ou estabelecimento de qualquer exploração agrícola.

Simplesmente, ao lado dêstes capitais de estabelecimento, a emprêsa agrícola vai necessitar de outros capitais tornados indispensáveis em virtude da continuação do processo cultural: são as sementes que todos os anos se lançam à terra, os estrumes ou adubos que mantêem a sua fertilidade, os insecticidas que eliminam os parasitas ou evitam as pestes etc. E a êstes capitais podemos chamar-lhes de exploração (1).

Não é, porém, indicando as modalidades que o capital empregado na agricultura reveste que nós o individualiza-

---

(1) SERPIERI, *Corso di economia e politica agraria*, cit., págs. 244 e segs.; ALESSANDRO BRISI, *Economia e politica agraria*, cit., págs. 31 e segs.

mos; para êsse efeito importa indagar as suas características económicas. Ora, se atentarmos um momento nos capitais fundiários, logo descobriremos que êles se encorporam no solo de modo a jamais poderem ser separados da terra ou, quando isso seja materialmente possível, a separação importará uma destruïção parcial ou total da sua utilidade. A sua encorporação na terra faz com que êles sigam as vicissitudes económicas do terreno a que foram aplicados e adquiram ou percam rendimento e valor pelas mesmas razões e segundo as mesmas leis. Trata-se, por outro lado, de capitais econòmicamente fixos, já que intervéem em mais do que um ciclo produtivo. E, se dos capitais fundiários passamos àquêles que mencionamos em segundo lugar, o panorama permanece substancialmente idêntico: ainda aqui se trata de capitais imóveis por destino (1) e econòmicamente fixos. Finalmente, os capitais de exploração são fisicamente móveis e econòmicamente circulantes, isto é, consomem-se inteiramente num único acto produtivo.

No têrmo desta análise sucinta, afigura-se-nos legítima a conclusão de que, na agricultura, têm larga prevalência os capitais fixos. Êste predomínio é tão acentuado — afirma G. M. CLARK — que, em relação ao produto que se pode obter, excede o de qualquer outro ramo de actividade, aberta excepção para os caminhos de ferro e emprêsas públicas (2). Neste ponto, aproxima-se a agricultura das condições em que se desenvolve o moderno processo industrial. Em números ulteriores será analisada a influência desta prevalência dos capitais fixos no processo de formação dos preços.

26 — Nos números precedentes detivémo-nos com a análise das leis do rendimento e dos elementos da produção,

---

(1) Exceptuadas, claro está, as instalações.

(2) *Studi sull'economia dei costi costanti,* trad. italiana, in *Nuova collana di economisti,* vol. V, págs. 337 e segs.

com o intuito de indagar da identidade ou disparidade do processo agrícola e do processo industrial.

Julgamos, agora, chegado o momento de procurar dar uma visão sintética dos resultados obtidos e, até êste momento, expostos de forma dispersa. Vão-se, em suma, expor as razões por que, tradicionalmente, se coloca a agricultura em posição de inferioridade em face da indústria.

Afirma-se, em primeiro lugar, que, muito embora a lei do rendimento seja a mesma em tôda a parte, o ponto crucial a partir do qual o rendimento suplementar é menos do que proporcional ao esfôrço suplementar, isto é, às doses de capital e trabalho sucessivamente invertidas, é muito mais ràpidamente atingido na agricultura do que na indústria. Explica-se que assim suceda em virtude de ser limitada a disponibilidade de um elemento que vimos ser fundamental na produção agrícola: a terra. Na indústria, pelo contrário, o papel da terra é mínimo e assumem principal relêvo o capital e o trabalho, elementos em larga medida reprodutíveis. O que tudo significa, em última análise, que a consecução da combinação mais favorável, isto é, da que proporciona o máximo rendimento se apresenta mais remota no tempo: o desenvolvimento da fase dos custos decrescentes é lento e gradual (1).

Depois, a divisão do trabalho na agricultura não é susceptível de receber, em comparação com a indústria, senão aplicações rudimentares. E acresce ainda — o que tem a maior importância — que na agricultura a especialização das emprêsas se pode realizar apenas em limites muito mais estreitos do que na indústria. A especialização consistiria

(1) Cfr. Prof. TEIXEIRA RIBEIRO, *Teoria económica dos monopólios*, cit., págs 215 e segs., PIROU e BYÉ, *Traité*, cit, tômo I, vol. II, pág. 62; ANNIBALE DEL BUE, *Trattato elementare di statistica*, direcção de CORRADO GINI, vol. II, parte II, Milão, 1937, págs. 208 e segs.

em cada agricultor se dedicar, dentre os artigos procurados, ao cultivo daquele ou daqueles que, em virtude da natureza do solo, clima, situação das terras, comunicações, importância do capital, extensão da propriedade, etc., pudesse produzir mais barato. Mas êste processo encontra limites que não convém transpor.

Primeiro, o agricultor vê na variedade de culturas uma espécie de seguro contra os riscos envolvidos na concentração de tôdas as fôrças da emprêsa numa única produção; tudo conseqüência, afinal, da subordinação do processo agrícola ao factor natureza e da impossibilidade do seu contrôlo por parte do homem. Daí que o ano possa ser mau para algumas colheitas e favorável a outras: a policultura atenuará o risco.

Em segundo lugar, a experiência demonstra ser vantajosa a sucessão de culturas diferentes no mesmo solo. As novas culturas, não tendo as mesmas exigências das anteriores, beneficiam dos elementos que estas não absorveram e daqueles que elas deram ao solo. Assim, numa terra mais ou menos esgotada por culturas exportadoras de azoto, como os cereais e a beterraba, reconstituir-se-á o *stock* daquele elemento mediante o cultivo de leguminosas.

Sustenta-se, finalmente, que a agricultura só em proporções mínimas aproveita das economias realizadas na produção pelo emprêgo generalizado de máquinas. Aliás, já tivemos ocasião de tratar das limitações de ordem técnica e económica que se opõem ao seu emprêgo neste ramo de actividade. Mas, para além delas, há, se bem pensamos, uma diferença fundamental no que respeita ao emprêgo de máquinas na indústria e na agricultura. Pois, de harmonia com o ensinamento corrente dos autores, a introdução de máquinas na indústria tem uma tríplice conseqüência: aumenta as quantidades produzidas, melhora a sua qualidade média e diminui o custo dos produtos. Ora, na agricultura, as duas primeiras conseqüências quási se não verificam; o

principal efeito das máquinas consistirá na redução do custo em virtude do trabalho que dispensam e de a fôrça motriz ser mais barata. (1).

Estas e outras razões explicam-nos o facto de a agricultura responder muito menos prontamente do que a indústria à necessidade de aumentar a produção e o rendimento nacional; o mais baixo rendimento das categorias agrícolas em comparação com as industriais; o nível inferior dos salários agrícolas (2), etc., etc..

27 — A determinação do fim pelo qual o agricultor seja normalmente guiado ao dirigir a emprêsa, constitui o ponto de partida de tôda a investigação económica agrária. E a êste respeito podem figurar-se duas hipóteses: ou o agricultor procura em primeira linha satisfazer as necessidades próprias e de sua família, só secundàriamente entrando em contacto com o mercado, ou visa prevalentemente a obtenção de lucros, isto é, do maior produto líquido, tornando-se secundário o seu consumo directo.

Pois, na agricultura, como em qualquer outro ramo de actividade a arte de calcular com exactidão é tão importante como a arte de cultivar bem os campos; daí que, se um rendimento bruto mais elevado deixar, depois de subtraídas as despêsas, um ganho menor do que um rendimento bruto mais baixo, o agricultor se não deva preocupar com o pri-

---

(1) Reconhece-se, no entanto, que, sendo muitas vezes rudimentar a técnica agrícola, se aproveitam apenas as camadas superficiais do solo. Ora o emprêgo de meios mecânicos permitiria que a terra fôsse revolvida até maior profundidade e daí um maior poder de penetração para as raízes das plantas que iríam encontrar reservas de umidade e de elementos nutritivos que, de outra forma, não alcançam. E acresce que a máquina, sendo mais rápida, permite tirar pleno partido das condições atmosféricos favoráveis.

(2) Vide, por exemplo, *Rivista di politica economica*, 1942, págs. 242 e segs.

meiro. Deverá escolher-se, entre dois processos que assegurem um produto líquido de igual montante, aquêle que implique menor esfôrço e riscos e assegure a continuïdade dos ganhos. É esta a mentalidade de que se encontra revestido o agricultor na segunda hipótese que figuramos; trata-se de uma manifestação do espírito capitalista na agricultura e é êle que está na base de tôda a agricultura industrializada (1).

Mas a verdade é que, no mundo rural, deparamos freqüentemente com uma mentalidade a que podemos chamar pre-capitalista. Segundo SOMBART, tal mentalidade orienta a economia no sentido da satisfação das necessidades pró-

---

(1) Por agricultura industrializada entendemos aquela que é levada a efeito com uma finalidade e métodos semelhantes aos da indústria. Primeiro, o lavrador vai concentrar tôda a sua actividade na vida agrícola e depois, tendo sempre presente que a agricultura está sujeita à tríplice lei do clima, do solo e do mercado, procurará uma adaptação cada vez mais rigorosa da produção àqueles elementos. E, como produz para o mercado em concorrência com os demais lavradores, a redução do custo é problema de vital importância; daí que êle procure contìnuamente baixá-lo, recorrendo à divisão do trabalho, à especialização e ao emprêgo de máquinas. Os Estados Unidos fornecem-nos um exemplo admirável desta agricultura industrializada e perfeitamente contabilizada. Um inquérito recente, que incidiu sôbre 785 grandes quintas, revelou que 306 produziam só um vegetal e 163 apenas duas espécies vegetais; havia 60 que produziam apenas alfaces, 55 só cultivavam aipos e 69 dedicavam-se exclusivamente à cultura de espargos. Depois a lavoura americana dispõe de uma quantidade total de energia mecânica por trabalhador superior à de todos os outros ramos de indústria, feita excepção para as minas e para os caminhos de ferro. O facto reveste-se de uma importância transcendente, se atendermos a que as despesas com a mão-de-obra andam por 30 a 50 $^0/_0$ do orçamento de uma quinta e à extraordinária economia de trabalho que resulta do emprêgo das máquinas. Mas tudo isto se verifica nos Estados Unidos; e nós não pertencemos ao número daqueles que julgam possível instaurar uma agricultura dêste género à fôrça de decretos. Muito pelo contrário, a lição a tirar do caso americano é a de que é o desenvolvimento económico geral e, particularmente, o equilíbrio entre os vários ramos que compõem a economia de uma Nação, que há-de

prias; a ânsia de lucrar constitui uma excepção. O mesmo espírito se manifesta no escasso desenvolvimento da disposição para o cálculo (1), na aversão do produtor em se desligar da sua obra para obter um ganho, no tradicionalismo. A nota fundamental e ideal da existência é uma segura tranqüilidade, assegurada pela correspondência entre a produção e o consumo, por rígidas hierarquias sociais, etc.

Em ambos os casos se procura a obtenção dos melhores resultados, mas varia o critério com que êstes últimos são julgados. Na emprêsa capitalista prevalece — mais no arrendatário e menos no proprietário — aquêle juízo sôbre os resultados da exploração a que podemos chamar capitalista. O empresário pregunta: o capital que inverti na emprêsa rendeu pouco ou muito? Êste pouco ou muito implica, evidentemente, um confronto com aquilo que teria podido obter numa outra forma de emprêgo.

Pelo contrário, nas explorações dominadas por uma mentalidade pre-capitalista, isto é, orientadas para uma economia de uso ou doméstica, o cálculo económico limita-se a

---

tornar possível ou, porventura, obrigatória, a transição para tal sistema. Cfr. Black, Allen e Negaard, *The scale of agricultural production in the United-States*, cit., págs. 364 e segs.; Slichter, *Modern economic society*, cit, págs. 90 e segs.; Josiah C. Folsom, *Les études sur la main-d'oeuvre agricole aux États-Unis*, in *Revue international du travail*, vol. XXV, 1932, págs. 679 e segs.; Wauters, *La reforme agraire en Europe*, cit., pág. 145; C. Hérisson, *Le machinisme et l'agriculture française*, in *Revue d'economie politique*, 1932. pág. 1383.

(1) Esta modalidade de agricultura não se encontra normalmente contabilizada e daí que a conduta do agricultor apareça freqüentemente como objectivamente irracional. É claro que, vastas vezes, o lavrador procederá irracionalmente, isto é, em obediência ao instinto, à paixão ou, mais precisamente, à rotina e tradição. Mas isto sucede, embora em menor medida, com todos. E, embora muitas medidas do lavrador se nos afigurem objectivamente irracionais, elas perderão tal carácter quando vistas através de um critério subjectivo; na verdade, tudo depende dos elementos de cálculo de que o agricultor dispõe e êstes são muitas vezes escassos.

dirigir os meios materiais e os esforços humanos na direcção necessária para que as necessidades tenham a mais uniforme e completa satisfação. E como, na generalidade dos casos, o factor de produção de maior relêvo nestas explorações é a fôrça de trabalho, o juízo económico que o empresário possìvelmente fará resume-se na seguinte pregunta: o trabalho que dispendi na exploração proporcionou-me um grau de bem-estar superior ou, pelo menos, igual àquele que teria conseguido, ocupando-me em outro ramo de actividade (1)?

Mentalidades diferentes a gerarem objectivos e problemas diversos. E, sem dúvida, o cálculo económico não atinge a mesma complexidade em ambos os casos. Pois, as emprêsas de tipo capitalista produzem preferentemente para o mercado, que é como quem diz para o desconhecido; a finalidade visada é a obtenção de lucros e daí que a emprêsa tenha o máxima interêsse em produzir géneros que se vendam fàcilmente e a bons preços, relativamente aos esforços e aos custos que a produção exigiu. Eis delinear-se tôda uma série de comparações que determinam a estrutura e a direcção da emprêsa. Depois a procura flutua de momento para momento e bem pode acontecer que, em certa altura, o mercado se recuse a absorver os géneros que o agricultor oferece, pelo menos a preços remuneradores. Quere dizer: o risco económico é máximo.

Panorama substancialmente diverso é-nos oferecido pelas explorações do segundo tipo. Aqui, a produção é orientada prevalentemente no sentido da satisfação das necessidades imediatas do empresário e família, isto é, de necessidades que se conhecem com um grau de relativa precisão. Remo-

---

(1) ARRIGO SERPIERI, *Costi rendimenti, imposte nell'agricoltura*, Florença, 1939, págs. 68 e segs; DRAGONI, *Economia agrária*, cit., págs. 439 e segs.; Prof. LIMA BASTO, *Inquérito económico-agrícola*, vol. IV *(Alguns espectos económicos da agricultura em portugal)*, Lisboa, 1936, págs. 90 e segs.

tamente vinculadas ao mercado, todo o processo de equilíbrio entre a produção e o consumo se desenvolve no interior da emprêsa e os êrros de cálculo vão traduzir-se na incompleta satisfação de qualquer necessidade. É o que pode suceder na hipótese de o agricultor empregar os seus esforços e meios de produção de tal modo que a uma colheita deficiente de cereais se contraponha uma produção excessiva de géneros hortícolas.

Erraria quem imaginasse que a economia de uso tem lugar de somenos importância no mundo rural. Derivando da agricultura uma grande massa de produtos aptos para a satisfação de necessidades elementares do homem, o lavrador destina-os naturalmente em primeiro lugar ao consumo próprio, evitando dessa maneira os ganhos dos intermediários e os custos do transporte. E é igualmente natural que esta economia de uso — expressão complexa da preocupação secular da subsistência — veja os seus contornos tornados mais nítidos pelas dimensões relativamente pequenas das explorações de tipo familiar. Votadas necessàriamente à policultura, embora admitam, ao lado dela, um compartimento especializado para especulações mercantis, estas emprêsas oferecem-nos elementos de economia de uso e de economia de troca, com prevalência mais ou menos acentuada dos primeiros (1).

Mas, até aqui, tratamos de casos por assim dizer extremos e a verdade é que, entre êles, se localiza tôda uma infinidade de combinações. Equivale isto a afirmar que, por falta de uniformidades, é difícil teorizar a conduta do lavrador ou, pelo menos, evitar um grau de abstracção que muito prejudica o nosso conhecimento da realidade.

---

(1) DRAGONI, *Economia agrária*, cit., págs. 439 e segs.; SERPIERI, *Corso*, cit., págs. 42 e segs.; DANIEL FAUCHER, *Geographie agraire*, cit., pág. 129 e segs.

CAPÍTULO II

A oferta e a procura de produtos agrícolas

28 — A oferta de produtos agrícolas. A hipótese de uma alta de preços.
29 — Cont. A hipótese de uma baixa de preços.
30 — A procura de produtos agrícolas. Características.
31 — A elasticidade da oferta e da procura dos produtos agrícolas e a estabilidade dos preços.

28 — A produção, já o sabemos, faz-se para o mercado (1). Ora o índice da situação do mercado é o preço. Quere dizer: supondo estável o valor da moeda, a alta do preço significará que a oferta diminuiu ou que a procura aumentou; pelo contrário, a sua baixa revelará que a oferta se expandiu ou que a procura se contraiu. Mas nós vamos partir de uma situação de equilíbrio, isto é, vamos supor que, por tôda a parte, os preços igualam os custos, para, em seguida, analisar o comportamento da emprêsa agrária perante as flutuações do mercado.

---

(1) Tratando-se de mais um capítulo do paralelo que vimos estabelecendo entre a agricultura e a indústria, é-se forçado a pôr de parte aquêle conjunto de explorações — muito numerosas em alguns países — que poucas ou nenhumas relações mantêem com o mercado. Para efeitos de comparação, supõe-se que tanto as emprêsas agrícolas como as industriais produzem prevalentemente para o mercado e que a finalidade que as anima é o lucro.

Nesta ordem de idéias, vamos imaginar que aumentou simultâneamente a procura de produtos industriais e de géneros agrícolas; o problema que dòravante nos ocupa é o de saber se haverá completo paralelismo no processo de reacção da oferta em ambos os casos. Ora, se a procura aumenta e o volume de oferta se mantém constante, o preço sobe; mas, se o preço se eleva, então os produtores agrícolas e industriais lucram e os teóricos do equilíbrio ensinaram-nos que, sob a acção dêste impulso, a produção aumentará e, portanto, a oferta. As emprêsas existentes vão procurar ampliar a sua oferta, quer intensificando o processo de produção, quer alargando a própria base da sua actividade e novas emprêsas devem, porventura, surgir.

Êste, o esquema teórico. Simplesmente, a produção faz-se para o mercado e, portanto, não em vista de um conjunto de necessidades predeterminado, mas antes em ordem a necessidades futuras e presumidas. O empresário faz os seus cálculos em atenção à curva de procura que supõe que se formará no mercado no momento em que a produção se tiver realizado e fôr disponível. O arranjo desta baseia-se assim numa previsão que, evidentemente, pode não corresponder à realidade. A possibilidade desta desharmonia constitui um elemento de risco para o empresário e será, de um modo geral, tanto mais grave e quanto mais longo se mostrar o processo produtivo. Ora a extensão dêste processo é diferente nos vários ramos de actividade e alguns há em que ela é determinada por condições técnicas de carácter absolutamente rigoroso. Ninguém ignora, na verdade, que o processo agrícola é relativamente muito mais longo do que o da generalidade dos produtos industriais, coïncidindo normalmente com o ano; nem se desconhece, por outro lado, que, por estar ligado à sucessão das funções vegetativas e ao ritmo das estações, é insusceptível de ser apressado. Daí que, contràriamente ao que sucede na

indústria, para o agricultor se sentir interessado no aumento da produção, seja necessário que a expansão da procura tenha carácter permanente e não apenas passageiro (1). E isto só se verificará naturalmente na hipótese de um acréscimo da população ou da elevação do nível de vida.

Mas, supondo que o aumento da procura promete ser permanente, analisemos a capacidade reactiva das emprêsas ante as solicitações dos preços. É evidente que, num primeiro momento, a oferta aumentará apenas na medida em que um emprêgo mais intensivo dos elementos de produção disponíveis *pro tempore* o consinta. As fábricas aproveitam os operários que já empregam e as máquinas que já utilizam e intensificam a produção: em vez de trabalharem 8 horas por dia, fazem horas suplementares — 11 ou 12. Tais são as possibilidades das emprêsas industriais em períodos curtos. Na agricultura, em virtude da extensão do processo produtivo e do carácter descontínuo e sucessivo do trabalho agrícola, só ao cabo de um lapso de tempo relativamente extenso será possível pôr o problema do aumento da produção. Equivale isto a afirmar que as possibilidades de reacção da oferta nestes períodos são pràticamente inexistentes, ou, se quisermos, que os períodos curtos se mostram relativamente longos. Na verdade, verificado o aumento da procura, o agricultor terá que aguardar a época das sementeiras para ampliar a sua produção e que esperar pelas colheitas para a colocar no mercado. Ora, enquanto a produção se mantiver constante, o preço continuará a superar o custo e a igualdade só poderá ser restabelecida neste

---

(1) Afirma CLARK que poucos industriais estariam dispostos a produzir com tantos meses de antecipação, a não ser que um contrato lhes garantisse um preço certo para a quantidade que julgam possível produzir. *Studi sull'economia dei costi costanti*, cit., pág. 338; cfr. RICCARDO BACHI, *Principî di scienza economica*, vol. I, cit., pág. 192.

caso pelo aumento do preço locativo das explorações (e, portanto, pelo aumento do custo dos produtos agrícolas). As explorações existentes gosam, no entretanto, de uma renda ou quási-renda de limitação (valor locativo superior aos juros dos capitais imobilizados na exploração) (1).

Mas, na indústria, se o aumento da procura se mantém, encomendam-se novas máquinas, contratam-se operários, constroiem-se mais edifícios ou ampliam-se os existentes, etc., e aqui temos a oferta em períodos longos que é precisamente a que se pode conseguir com o aumento dos elementos produtivos. Quere dizer: há duas fases que se sucedem no tempo e que correspondem a um emprêgo intensivo ou extensivo dos elementos da produção. Na agricultura, dada a inexistência ou extensão dos períodos curtos, estas duas fases revelam-se muitas vezes simultâneas. Na verdade, o agricultor, ao procurar ajustar a sua produção ao maior consumo, pode ampliá-la a novos terrenos ou intensificá-la naqueles que de há muito cultiva. Em ambos os casos, haverá um aumento no quantitativo dos factores de produção utilizados: no primeiro, empregar-se-á relativamente mais terra e, no segundo, mais capital e trabalho.

A extensão das culturas pressupõe a possibilidade de lançar mão de novas terras e, pelo menos nos países velhos, elas só se podem obter com lentidão, uma vez que se requerem obras necessàriamente morosas: corte de florestas, bonificações, obras de hidráulica agrícola, construção de estradas, de caminhos de ferro, etc.. Tudo realizações que demandam longo tempo e avultados investimentos. Ora, enquanto se não tenham tornado cultiváveis novas terras, um aumento da produção por extensão é sòmente possível para singulares produtos agrícolas, com paralela restrição do cultivo de

---

(1) SERPIERI, *Corso*, cit., págs. 314 e segs.; cfr., do mesmo autor *Costi, rendimenti, imposte nell'agricoltura*, Florença, 1939, págs. 31 e segs

outros; quere dizer: alargam-se algumas culturas e simultâneamente restringem-se outras (1).

Mas o agricultor pode ainda recorrer à intensificação cultural, isto é, inverter ulteriores doses de capital e trabalho em dada superfície de terreno. Simplesmente, a maior quantidade de trabalho requerida nem sempre é fácil de obter, já que a experiência nos adverte de que, em períodos de prosperidade, a mão-de-obra não qualificada tende a deslocar-se para empregos não-agrícolas; são êstes trabalhadores que, no dizer de CASSEL, constituem o exército de reserva da indústria (2). E, como o aumento da produção é geral e a procura de mão-de-obra se concentra em certas épocas do ano, o seu diagrama elevar-se-á como um único bloco, permanecendo, por isso, imutáveis os pontos de trabalho.

Depois, convém ter sempre presente que, a partir de um momento que depressa se atinge, o aumento da oferta fará subir o custo marginal e tornar-se-á de conveniência duvidosa o emprêgo de ulteriores doses de capital e trabalho. O que tudo significa que não é preciso que a produção aumente muito para se restabelecer o equilíbrio entre preços e custos; mais do que à baixa do preço, a restrição da oferta vai dever-se à elevação do custo.

Finalmente, temos suposto até aqui que a produção se desenvolve independentemente de riscos de ordem técnica, que o seu aumento depende de um simples acto de vontade do empresário. Ora, a verdade é que poucas produções haverá em que os riscos dêste género assumam uma amplitude tão grande como na agricultura. Tenha-se presente, a título de exemplo, a variabilidade das condições metereológicas e repare-se em como uma estiagem prolongada, nevões

---

(1) SERPIERI, *Corso*, cit., págs. 308 e segs.; MARIO BANDINI, *Agricoltura e crisi*, Florença, 1937, pág. 84.

(2) *Traité d'economie politique*, pág. 84, vol. II, cit., págs. 264 e 276

intempestivos ou um excèsso de umidade podem aniqüilar, de um momento para o outro, as mais fundadas esperanças do lavrador. A produção agrícola é, na realidade, de carácter bem mais aleatório do que a produção industrial (1).

De tudo o que fica exposto é legítimo concluir, se bem pensamos, que a lavoura se encontra em situação particularmente desfavorável no que respeita ao aproveitamento dos benefícios da conjuntura. Pois, não só a extensão do processo produtivo impede que se tire vantagem das altas temporárias de preços, como ainda — na hipótese de o volume da colheita corresponder as espectativas do agricultor — dificuldades de vária ordem e a rápida elevação dos custos tornam os seus ganhos diminutos.

29 — Mas nós podemos supor a hipótese inversa, isto é, que, em dado momento, diminuíu a procura tanto dos produtos agrícolas como dos produtos industriais. Ora, se a procura se contraíu e a oferta se mantém constante, o resultado é que o preço vai baixar. Vamos analisar agora a reacção da emprêsa industrial e, sobretudo da agrária, perante esta diminuïção do preço.

Simplesmente, nós partimos de uma situação de equilíbrio normal, isto é, da igualdade entre preço e custo e daí que qualquer baixa do preço acarrete uma perda para as emprêsas. Precisamente porque isto sucede, e na medida em que tal se verifique, vai assistir-se a uma restrição da produção e algumas emprêsas, porventura, encerrarão as portas. Tudo isto significa, em última análise, que a oferta vai diminuir e que o preço deve subir. Mas, reportando-nos de preferência à indústria, podemos acrescentar que esta redução da oferta reveste aspectos diferentes no tempo. Efectivamente,

---

(1) CLARK, *Studi sull'economia dei costi costanti,* cit, pág. 338; BACHI, *Principi di scienza economica*, vol. I, cit., págs. 303 e segs.

porque não é possível uma transferência imediata dos elementos produtivos para outros emprêgos ao tempo mais rendosos, o empresário, para atenuar o volume das suas perdas, vai restringir a produção e, para êsse efeito, despede alguns operários, diminui a duração do trabalho diário, labora apenas alguns dias por semana, não instala novas máquinas, etc. O resultado é que a oferta vai diminuir, embora pouco.

Mas se a contracção da procura e a baixa dos preços ameaçam prolongar-se indefinidamente, então assistir-se-á a ajustamentos mais profundos do organismo económico: são emprêsas que abrem falência e liquidam, outras que encerram temporàriamente as portas e tôdas restringem cada vez mais a produção.

Ninguém ignora, porém, que uma das características da indústria moderna consiste no emprêgo intensivo de máquinas e motores altamente especializados, laborando no interior de edifícios construídos propositadamente para certos fins. Daí um predomínio cada vez maior dos capitais fixos dentro da emprêsa e, em virtude do seu grau crescente de especialização, uma maior dificuldade em os mobilizar; esta especialização é acentuada, por outro lado, pela prevalência de métodos de produção cada vez mais indirectos que determinam um alongamento do processo produtivo. Esta dificuldade de transferência dos elementos produtivos, a circunstância de as despesas do capital fixo serem constantes e o alargamento da base financeira pela simbiose entre o banco e a emprêsa, vão imprimir à oferta dos produtos industriais um carácter marcadamente inelástico; nas condições dadas, qualquer preço que cubra o custo especial e preferível a *nenhum preço* e daí que as emprêsas não estejam dispostas a fazer grandes reduções da produção quando a procura diminui (1).

---

(1) Prof. TEIXEIRA RIBEIRO, *Teoria económica dos monopólios*, cit, págs. 127 e segs ; SLICHTER, *Modern economic society*, cit, págs. 294 e

Tudo isto significa, no entanto, que o mecanismo da concorrência funcíona mal. Pois, o preço diminuiu e nem por isso a oferta se contrai; a resistência das emprêsas menos eficientes até ao limite de um preço que, pelo menos, iguale o custo especial torna a concorrência mais arriscada para os estabelecimentos mais dotados. E foi precisamente o maior risco da concorrência que levou as emprêsas a agruparem-se em carteis e *trusts* que procuram o domínio dos preços e a baixa dos custos. Consegue-se assim regularizar a produção e ajustá-la ao consumo e a experiência adverte-nos que esta possibilidade vai fazer com que a depressão no campo industrial se traduza em muito maior grau pela inactividade dos homens e das máquinas, por uma diminuïção do volume de negócios e até por uma perda de capital do que pròpriamente por uma baixa do preço unitário do produto vendido (1).

Encaremos agora o problema em relação à agricultura. Como irão agir as emprêsas agrícolas perante a baixa de preços? Se a procura diminuiu e os preços baixaram, parece que, lògicamente, se devia seguir uma contracção da produção. Ora nós vamos ver que êste processo encontra na agricultura obstáculos partioularmente difíceis de transpor.

Em primeiro lugar, pode afirmar-se afoitamente que uma vastíssima percentagem do trabalho agrícola é fornecida pelo próprio agricultor e por pessoas da sua família e não por assalariados independentes. Na medida em que isto se verifica, torna-se evidente que o lavrador não está em situação de reduzir materialmente a fôrça de trabalho e isso

---

segs.; WERNER SOMBART, *L'apogée du capitalisme*, Paris, 1932, vol. II, págs. 257 e segs.

(1) BERTRAND NOGARO, *Les prix agricoles mondiaux et la crise*, Paris, 1936, págs. 7 e segs.; GARRIGOU-LAGRANGE, *Production agricole et economie rurale*, Paris, 1939, págs. 160 e segs.

compreender-se-á melhor em face de um paralelo com o que se passa na indústria. Nesta, o empresário, se não acha lucrativo produzir a um certo preço, pode reduzir o volume da produção e para isso basta-lhe despedir alguns operários, trabalhar um menor número de horas diárias ou apenas alguns dias por semana. As despesas constantes conservam-se as mesmas, é certo, mas haverá uma apreciável redução das despesas variáveis. Na agricultura, pelo contrário, se o lavrador e a sua família não trabalham todos os dias de sol a sol não lhes resultará daí qualquer vantagem económica; o agricultor não se verá aliviado de quaisquer despesas, já que o número de bocas a alimentar e o de corpos a vestir permanece o mesmo. Tal atitude significaria apenas que algumas pessoas seriam mantidas remuneradamente no ócio, uma vez que se trata de trabalhadores que se não *podem despedir. Estamos, pois, em face de um encargo* fixo que se tornará tanto menos oneroso quanto mais intensamente forem desfrutadas as possibilidades do trabalho familiar; daí que se procure muitas vezes compensar o envilecimento dos preços com uma intensificação dos esforços (1).

E repare-se em como a situação é ainda agravada, em períodos de depressão, pelo regresso ao campo de grande número de trabalhadores que a indústria expulsou e que a vida cara das cidades repele dos seus confins. Atraídos pelo mais baixo custo de vida no campo, êstes indivíduos vão transitòriamente empregar-se na agricultura e contribuir para aumentar ou, pelo menos, tornar rígida a produção agrícola.

---

(1) BERTIL OHLIN, *Rapport introductif sur le problème de la reconstruction economique international*, in *Reconstruction economique international*, Paris, 1936, págs. 119 e segs.; *Revue de la situation economique mondiale*, 1937-38, edição da Sociedade das Nações, pág. 72; SLICHTER, *Modern economic society*, cit., págs. 292 e segs.

Depois, se da natureza do trabalho passarmos à do capital, não encontramos motivos que levem o agricultor a adoptar uma conduta diferente. Pois — já o dissemos — a agricultura caracteriza-se por uma larga prevalência de capitais fixos. São-no tôdas as obras que converteram a terra nua em terreno cultivável, as instalações, instrumentos, máquinas, animais de trabalho, etc. Ora êstes capitais são dificilmente mobilizáveis, pois, é custoso ou impossível transferi-los para outros empregos mais remuneradores (1). Baixaram os preços, diminuiram os rendimentos e tudo vai levar a que o capital se desvalorize fortemente nestes períodos de depressão; os capitais invertidos no solo sob a forma de construções, melhoramentos agrários, etc., não conseguem uma remuneração idêntica à do mercado, mas como mobilizá-los se êles estão materialmente ligados ao solo e não podem ser separados sem completa destruïção da sua utilidade e do seu valor? E coisa idêntica se passa com as máquinas e instrumentos, pois, dada a sua especialização e conseqüente limitação de empregos alternativos, como conseguir vendê-los sem enormes prejuízos? Resta-lhes o gado que, mercê da possibilidade do contrôlo da sua produção e do vasto mercado que sempre encontra, é fácil vender a preços que não sejam de liquidação. Mas, se as despesas constantes — que tão fortemente oneram a exploração agrícola — são aproximadamente as mesmas na hipótese de a produção ser máxima ou de se reduzir a zero, para quê restringir a produção?

Na verdade, reconhecendo embora que, em períodos longos, o valor total de uma colheita escassa pode ser superior

---

(1) E atenda-se a que o ciclo da produção é longo, mesmo anormalmente longo em relação a algumas culturas. Ora êste prolongamento no tempo equivale a um aumento da especialização relativa, já que durante todo o processo produtivo os factores empregados não estão disponíveis para outros usos.

ao de uma colheita abundante, afirmamos que isso é verdade apenas para a agricultura como um todo e não para cada lavrador tomado isoladamente. Êste, encarada a exploração agrícola no seu conjunto, não pode ser favorecido pelo facto de ter produzido pouco. Efectivamente, dado o escasso grau de concentração da agricultura dos países velhos, quer produza pouco, quer produza muito, o agricultor venderá os seus produtos ao preço corrente do mercado e a grandeza dêste é independente do volume da sua oferta (1).

Mas, se o volume das despesas constantes é escassamente afectado pela contracção da produção; se a obtenção de economias de mão-de-obra é impossível na hipótese de o trabalho ser prevalentemente familiar; se, enfim, por a agricultura não ser negócio de um ano apenas, só diminutas poupanças se poderão fazer nas demais despesas variáveis, então fica explicado o facto de observação corrente — à primeira vista paradoxal — de a uma baixa dos preços dos produtos agrícolas corresponder a manutenção do volume anterior de oferta ou até o seu aumento.

A indústria defendeu-se, corrigindo o mecanismo dos preços mediante a cartelização da produção. Na agricultura, porém, mercê de circunstâncias várias, ainda se não conseguiu realizar um semelhante malthusianismo. Pense-se no número elevadíssimo de produtores, no seu isolamento, no

---

(1) Frisa-se que o raciocínio se aplica ao estabelecimento agrícola como um todo e não a uma particular colheita, o algodão, por exemplo. É claro que, se o algodão se vende a um preço inferior ao custo, quanto maior fôr a extensão cultivada e a colheita maior será a perda. O mais que o agricultor pode fazer é abandonar um cultivo para se dedicar a outro e daí que a produção total não seja diminuída mas apenas alterada; amplia-se uma produção e, paralelamente, restringe-se a outra. E tenha-se sempre presente a possível influência dos custos de armazenamento. CLARENCE ALTON WILEY, *Agriculture and the business cycle since 1920: A study in the post-war disparity of prices*, 1930, pág. 63 e segs.

escasso contacto com o mercado, na circunstância de as sementeiras dos vários produtos serem feitas por todos os agricultores na mesma época e veja-se como se lhes torna difícil controlar a produção e regular a sua política com um conhecimento preciso daquilo que os outros estão fazendo (1). Fica assim esclarecida a razão porque, diferentemente da indústria, a depressão se traduz na agricultura por uma baixa muito acentuada dos preços.

30 — Simplesmente, no mercado, além de vendedores há compradores. Ora a quantidade de cada género, adquirida em determinado mercado e num dado espaço de tempo, pode considerar-se como o resultado da distribuïção que cada consumidor faz do poder de compra de que dispõe entre os diversos bens, tendo cada um o seu preço. Distribuïção que — a paridade de poder de compra e de preço dos bens a consumir — depende da variabilidade dos gostos individuais; e que — no caso de paridade de gostos — fica condicionada pelo poder de compra disponível e pelos preços.

Mas interessa-nos indagar de modo particular as relações que intercorrem entre as variações dos preços e as variações da procura. A êste respeito, a teoria económica ensina-nos, sob a forma da lei da procura, que esta aumenta ou diminui quando o preço baixa ou sobe. Sucede, no entanto, que, com esta afirmação, se põe em relêvo apenas uma tendência; na verdade, a forma real da curva da procura de uma mercadoria dependerá da elasticidade daquela.

Pode, na realidade, suceder que a uma alta ou baixa de preços corresponda uma diminuïção ou um aumento proporcional, mais ou menos do que proporcional da procura; con-

(1) CLARK, *Studi sull'economia dei costi costanti*, cit, pág. 338; Dr. VEIGA SIMÕES, *Les nouvelles orientations de la politique economique internationale*, cit, pág. 313.

soante os casos, dir-se-á que a elasticidade da procura é igual, superior ou inferior á unidade.

Mas, preguntar-se-á, terá a procura de todos os bens idêntica elasticidade? O mais ligeiro contacto com a realidade faz-nos inclinar imediatamente pela negativa. Efectivamente, não obstante contínuas altas do preço de certos produtos, nem por isso a sua procura se revela menor. As razões que levam a isso são de vária ordem. Pode tratar-se, em primeiro lugar, de produtos que satisfaçam necessidades fundamentais e daí que a elevação do preço origine apenas uma redistribuïção do poder de compra disponível, com redução ou eliminação de consumos voluptuários. Tal é o caso do trigo e do sal, exemplos clássicos. A sua procura mantém-se sensìvelmente a mesma perante as flutuações dos preços. Pois, se é verdade que êsses dois produtos satisfazem necessidades vitais e que, portanto, preterem quaisquer outras, também é certo que a satisfação dessas necessidades encontra limites fisiológicos bastante estreitos.

Simplesmente, dizer que a procura de coisas necessárias é inelástica e a de coisas voluptuárias elástica, não é o mesmo que afirmar que a procura de artigos de cada uma dessas categorias revista caracteres correspondentes. Pois, sendo dados os gostos e o poder de compra dos consumidores, a elasticidade da procura dependerá, em larga medida, da possibilidade de substituir o consumo de uma mercadoria pelo de outra ou outras. Assim, em certo sentido, a procura de carne pode revelar-se muito elástica desde que uma elevação do seu preço provoque a deslocação do consumo para outros alimentos. Semelhantemente, se o preço do trigo se eleva, a procura pode contrair-se muito em virtude de o consumo se dirigir agora para o milho ou para o centeio. E ainda a procura de orquídeas ou diamantes se pode apresentar assás inelástica, uma vez que os compradores julguem não as poder substituir por outras flores ou joias.

De um modo geral, poder-se-á afirmar ainda que a elasticidade da procura será tanto menos elevada quanto mais alto fôr o preço dos produtos e vice-versa. A explicação do facto não é difícil de descortinar, se se tiver presente que a fracção da procura que advém da classe pobre é mais elástica do que a oriunda da classe rica. Ora a proporção da procura feita por gente pobre é muito maior quando os preços são baixos do que quando são elevados; logo, a procura de artigos de preços reduzidos será naturalmente mais elástica (1).

Mas é tempo de analisarmos as particularidades oferecidas pela procura dos produtos agrícolas. Foi, durante muito tempo, opinião corrente a de que se tratava de uma procura particularmente inelàstica, sem se procurar averiguar a medida em que esta afirmação representava uma simplificação extrema (2). Modernamente, tem-se procurado uma maior aderência à realidade e daí que se classifiquem os produtos agrícolas em várias categorias, com procuras diversamente elásticas. Torna-se possível distinguir, antes de mais nada, aquêles artigos que se destinam à alimentação dos que vão servir de matéria prima para as indústrias; na generalidade dos casos, a procura dos primeiros revelar-se-á sensìvelmente menos elástica. Na verdade, se se elevam simultâneamente os preços dos géneros alimentícios e dos tecidos ou calçado, cada indivíduo, satisfazendo as necessidades pela ordem decrescente da sua intensidade, poucas possibilidades terá

---

(1) Cfr. A. W. Flux, *Economic principles*, cit., pág. 26; Benham, *Economics*, cit., pág. 57; Slichter, *Modern economic society*, cit., págs. 287 e segs.

(2) É esta ainda, em larga medida, a posição de alguns autores recentes. Vide, por exemplo, R. Courtin e P. Fromont, *Essai sur la crise agricole*, cit., pág. 1104; Jean Sirol, *Les caracteres actuels de la crise agricole et en particulier la crise du blé en France*, in *Revue d'economie politique*, 1936, págs. 146 e segs.

de reduzir o consumo de alimentos, mas poderá diminuir mais amplamente a sua procura de sapatos e fatos, consertando aquêles de que dispõe.

E, entre os produtos empregados na alimentação, há alguns de qualidade comum, empregados na satisfação de necessidades gerais da população e de consumo assás espalhado. Citem-se, ao acaso, algumas qualidades de vinho, o trigo, milho, arroz, batatas, etc. Outros géneros, porém, apresentam qualidades mais finas, satisfazem necessidades menos urgentes ou mais refinadas, são objecto, enfim, do consumo de indivíduos que dispõem de um rendimento de certa monta; tal é o caso, por exemplo, das melhores qualidades de vinho, da carne, manteiga, certas frutas, etc. (1).

Os primeiros, que, normalmente, aparecem com a designação de produtos de massa (*Massenerzeugnisse*), são objecto de uma procura assás rígida; uma alteração, ainda que marcada, do seu preço não influi senão escassamente na procura. Trata-se, na verdade, de bens que satisfazem necessidades essenciais à vida e cujo consumo não se pode, portanto, deslocar para mais tarde, nem levar além de limites determinados por condições de ordem fisiológica.

Os segundos, que designaremos por produtos de qualidade (*Qualitätserzeugnisse*), são, pelo contrário, de procura assás mais elástica; se o seu preço baixa ou se, por qualquer outro motivo, aumenta o poder de compra das grandes massas, o consumo aumentará enormemente (2).

---

(1) É conveniente ter presente que esta distinção não tem nada de absoluto. Efectivamente, as fronteiras entre produtos de massa e produtos de qualidade variam no tempo de país para país e até de região para região. A única coisa que se pode afirmar é que, com o progresso da civilização e com o melhoramento do nível de vida, o âmbito dos produtos de massa se tornará cada vez mais vasto.

(2) A terminologia é de MAX SERING, *Internationale Preisbewegung und Lage der Landwirtschaft in der aussertropischen Ländern*, Berlim, 1929,

Do que expusemos, resulta claramente que não é lícito formular princípios gerais, aplicáveis a todos os produtos agrícolas. Mas — tendo em mente estas limitações — se quisermos obter uma visão panorâmica, talvez não seja difícil descobrir que os produtos agrícolas satisfazem, em regra, necessidades primárias: alimentação, vestuário e alojamento. Ora, na medida em que os indivíduos satisfazem as necessidades pela ordem decrescente das suas intensidades, o consumo daqueles artigos pretere o de quaisquer outros, sendo dado o poder de compra; se supusermos êste último variável e crescente, a experiência adverte-nos de que os consumos correspondentes a necessidades gerais e fundamentais revelam uma capacidade de aumento bastante limitada. Donde é lícito concluir, sem êrro grave, que a procura de produtos agrícolas se mostra, em relação à dos artigos industriais, bastante inelástica.

31 — Estudadas as reacções da oferta e da procura de produtos agrícolas perante as variações dos preços, julgamos legítima a conclusão — aliás bastante relativa — de que tanto uma como outra se apresentam assás rígidas.

E é agora ocasião de preguntar em que medida é que a elasticidade da oferta e da procura afectam a estabilidade de preços. Há quatro combinações possíveis, mas tôdas elas são conducentes a esta conclusão: os preços revelam-se tanto mais estáveis quanto maior fôr a elasticidade da oferta e da procura e inversamente. Pois, supondo que aumenta a oferta de um artigo, o seu preço tenderá a descer; mas até onde? Isso depende naturalmente da medida em que uma

---

citado por MÁRIO BANDINI, *Agricoltura e crisi*, pág. 77; cfr. SERPIERI, *Corso*, cit., págs. 305 e segs.; e ainda, *Agricoltura e crisi*, in *Giornale degli economisti*, 1938, págs. 108 e segs.; WYGODZINSKI, *Economia y politica agraria*, cit., págs. 171 e segs.

mudança de preços afecta a quantidade procurada, isto é, da elasticidade da procura. Se uma ligeira diminuïção do preço produz um grande aumento da procura, breve se restabelecerá o equilíbrio com a oferta. Suponhamos agora que aumenta a procura de determinado produto: se a oferta é elástica, breve a quantidade oferecida se equilibrará com a procura, parando-se a elevação do preço; na hipótese de a oferta ser inelástica, será precisa uma forte elevação dos preços para que a oferta iguale a procura. E agora torna-se evidente que, quando tanto a oferta como a procura são inelásticas, só violentos movimentos dos preços podem apressar a consecução de posições de equilíbrio. Daí o surgirem delicados problemas económicos, o mais notável dos quais diz respeito à estabilização dos preços dos produtos agrícolas (1).

---

(1) SLICHTER, *Modern economic society*, cit., págs. 286 e segs.; SERPIERI, *Corso*, cit., págs. 498 e segs.; DRAGONI, *Economia agraria*, cit., pág. 453.

CAPÍTULO III

A crise agrícola

32 — O que caracteriza, segundo a generalidade dos autores, a grave depressão que a agricultura atravessa é a enorme baixa dos preços dos seus produtos e, o que é mais grave, uma baixa mais intensa do que a dos produtos industriais. Não nos propomos, porém, fazer a teoria das crises agrícolas; o nosso objectivo, muito mais modesto, é apenas o de pôr em relêvo os aspectos mais impressionantes daquela depressão, fazendo-os acompanhar de algumas explicações que facilitem a sua compreensão. Isto significa, afinal, que a nossa indagação vai ser prevalentemente histórica.

É corrente a afirmação de que a crise iniciada em 1929 mergulha as suas raízes no último conflito mundial e é, portanto, natural que remontemos até êle a nossa tentativa de

pôr a descoberto as causas da depressão de que o mundo agrícola ainda se não libertou.

Mas, preguntar-se-á, quais foram as repercussões da guerra sôbre a agricultura? É evidente que um conflito que durou tanto tempo e abarcou um tão grande número de países não podia deixar de desorganizar profundamente a agricultura. Em primeiro lugar, a produção dos países beligerantes tende a diminuir e isso compreende-se fàcilmente, pois, não só a encorporação do homem nos exércitos retira da produção agrícola os braços de que ela carece, como ainda o solo sofre, já por efeito das operações de guerra, já em virtude ae repercussões mais ou menos indirectas. As necessidades de momento, a falta de operários, de capital, de adubos químicos, etc., comprometeram em quási todos os países a restauração da fertilidade do solo, impedindo rotações regulares ou adubações suficientes. Estas mesmas razões, e muito particularmente a escassez de capitais disponíveis, levaram à deterioração de muitas instalações de drenagem, de irrigação e, em geral, dos trabalhos de melhoramento do solo. No que respeita à utensilagem, as mesmas causas estão em jôgo: destruïção directa por meio da guerra e diminuïção por manutenção e substituïção insuficientes (1).

Esta diminuïção da produção interna, aliada à dificuldade de importação de produtos estrangeiros e à inflação, determinou nos países beligerantes e em todos os países neutros importadores uma considerável alta de preços. É então que os Govêrnos, no intuito de evitar uma elevação excessiva do custo de vida, intervêem para fixar preços inferiores aos de equilíbrio. Mas a experiência adverte-nos de que, a semelhantes preços, a oferta tende a contrair-se e a procura a

(1) Vide: *La situation economique mondiale*, edição da Sociedade das Nações, 1934-35, págs. 81 e segs.; Mario Bandini, *Agricoltura e crisi*, cit., págs. 179 e segs.

expandir-se; isto significa, por outras palavras, que a simples fixação de preços, fomentando o consumo, é susceptível de conduzir a um rápido esgotamento das reservas e de acentuar, portanto, o desiquilíbrio entre o consumo e a disponibilidade de produtos. A verificação dêste estado de coisas levou os Governos a requisitar as mercadorias existentes e a organizar o seu racionamento pela população, isto é, a reduzir os consumos dentro dos limites das disponibilidades. Simplesmente, se é verdade que êstes expedientes são meios excelentes para disciplinar o consumo de produtos já existentes, não é menos certo que os baixos preços têm por efeito desencorajar a produção. Ora, para assegurar a continuïdade dos fornecimentos, tornava-se necessário neutralizar a acção daqueles preços e daí que se adoptassem medidas de vária ordem, entre as quais avultam os prémios à produção (1).

Mas é ainda a experiência que nos ensina que, não obstante tais medidas, as nações não podem contar apenas com os seus próprios recursos de matérias primas e géneros alimentícios em momentos tão excepcionais.

33 — As vicissitudes do conflito, levando ao encerramento do estreito dos Dardanelos, eliminaram a Rússia e a Roménia do número dos países grandes exportadores de produtos agrícolas de massa e encaminharam naturalmente a procura europeia para os centros produtores do Novo Mundo. Os géneros agrícolas dêstes países tornam-se então objecto de uma enorme procura em virtude do maior consumo dos exér-

---

(1) Ludwig von Mises, *O intervencionismo*, trad. portuguesa do Prof. Teixeira Ribeiro, Coimbra, 1944, págs. 15 e segs.; Prof. Costa Leite, *Alguns aspectos da economia de guerra. A circulação e os preços.* in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. xviii, 1942, pág. 141; Marco Fanno, *Introduzione allo studio della teoria economica del corporativismo*, 2.ª ed., Pádua, 1936, págs. 69 e segs.

citos (só, em parte, reduzido pelo menor consumo das populações e pela cessação das importações alemãs, da menor produção dos países beligerantes e das grandes perdas provocadas pela luta submarina). E, no intuito de facilitar as importações dos produtos agrícolas fundamentais, a generalidade dos países isenta-as de direitos aduaneiros.

Um semelhante aumento da procura iria traduzir-se inevitàvelmente numa alta dos preços e daí o forte estímulo que os agricultores dos países grandes exportadores de géneros agrícolas (Estados Unidos, Canadá, Argentina e Austrália) receberam no sentido de aumentarem as suas produções.

Enquanto que a superfície dedicada aos cereais, sobretudo ao trigo, diminuia na Europa, ela não cessou de aumentar nestes quatro países, onde passou de 32 milhões de hectares, no quinqüénio que precedeu a guerra, para 46 milhões no período que vai de 1926 a 1929. Na impossibilidade de se aumentar a produção mediante o emprêgo de um maior número de braços, estende-se a cultura a novas terras e dota-se a agricultura de máquinas, instrumentos e de todos os aperfeiçoamentos técnicos. A modicidade do preço da energia fornecida pelo tractor e pelas mais complicadas máquinas reduzem o custo de produção das extensas explorações dêstes países; os métodos de cultura sêca (*dry farming*) e o emprêgo de novas variedades de sementes permitem a ampliação das zonas de cultura remuneradora.

A agricultura reveste assim o carácter de uma produção fortemente industrializada e capitalista. A sua organização depende quási que inteiramente dos preços e é notável a sua dotação de capitais fixos. Com a persistência da guerra, êste investimento de capitais aumentou naturalmente em proporção com os lucros que circunstâncias anormais permitiam obter, de sorte que se capitalizou a agricultura ao nível de lucros excepcionais, êles próprios filhos de um condicionalismo ainda mais excepcional. O resultado traduziu-se na

necessidade de empreender uma produção em massa para amortizar os capitais e liberar as hipotecas (1).

34 — O termo das hostilidades veio-nos revelar como a capacidade produtiva dos países europeus se tinha reduzido fortemente; a Rússia continuava ausente dos mercados mundiais e os países da bacia danubiana, agitados por convulsões internas e a braços com reformas agrárias, viam a sua produção sèriamente comprometida. Só a produção dos países extra-europeus, oriunda de emprêsas que lhe imprimem um carácter tìpicamente inelástico, se mantém. Mas, feitas as contas, a verdade é que a disponibilidade de produtos agrícolas por habitante pouco diverge da anterior à guerra. Como explicar então a intensa baixa de preços que se verificou a partir de 1920? Pois, para a Inglaterra, é possível fornecer os números seguintes:

PREÇOS DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS

	Trigo	Milho	Carne de 1.ª qualidade	Manteiga
1909 — 1914	100	100	100	100
1920	245	270	202	243
1921	221	173	178	—
1922	146	155	127	164
1923	129	147	120	156

O fenómeno é geral mas assume proporções diversas nos diferentes países; a percentagem da queda de preços é máxima

---

(1) BERTIL OHLIN, *Rapport introductif sur le problème de la reconstruction economique internationale*, cit., págs. 179 e segs.; LUCIEN ROMIER, *L'agriculture et la crise aux Etats-Unis* in *L'agriculture dans l'evolution de la crise mondiale*, Paris, 1933, págs. 31 e segs.; BENJAMIN H. HIBBARD, *Effects of the great war upon agriculture in the United States and great Britain*, Nova York, 1919, págs. 156 e segs.

nos Estados Unidos, França, Inglaterra e Suécia (49, 48, 51 e 56 %) e mínima na Itália e Espanha (24 e 25 %).

A sua explicação requere que se olhe com a maior atenção a procura dos produtos agrícolas. E cremos que só a diminuïção do poder de compra das massas trabalhadoras europeias em conseqüência do desemprêgo, de altas taxas de juro, da pressão fiscal, da adaptação das indústrias às condições de paz etc., nos pode explicar não só a baixa de preços como o facto de ela abranger tanto os produtos de massa como os de qualidade (1).

35 — Em 1924 entra-se em período de relativa estabilidade, mas a verdade é que, nos anos seguintes, se vão verificar alguns acontecimentos da maior transcendência para a compreensão da grave depressão da agricultura que se inicia em 1929.

Primeiro, os países danubianos e a Rússia reaparecem entre os exportadores dos produtos de massa. A Hungría, Roménia e Jugôslávia, estabilizadas as suas situações internas, atingido um certo equilíbrio produtivo depois da perturbação provocada pelas reformas agrárias, encorajadas, enfim, pela relativa facilidade das exportações antes de 1925, fazem de novo sentir a sua presença nos mercados mundiais e procuram reconquistar as posições que mantinham antes da guerra.

Depois, a produção dos países extra-europeus, longe de diminuir, revela aumento sensível só perturbado aqui e ali pela variabilidade das condições atmosféricas. É o que se vê claramente dos seguintes números (2):

---

(1) Bandini, *Agricoltura e crisi*, cit., págs. 183 e segs.

(2) *Annuaire statistique de la Societé des Nations*, 1926, 1935-36.

SUPERFÍCIE SEMEADA A TRIGO

(milhares de hectares)

	1909 — 1913	1925 — 1929
Estados Unidos	19.060	23.588
Canadá	4.025	9.350
Argentina	6.496	7.697
Austrália	3,077	5.179

e ainda (1):

EXPORTAÇÃO MÉDIA ANUAL DE TRIGO

(milhões de quintais)

	1909-13	1914-15	1916-20	1921-23	1925	1926	1927
Estados Unidos	26	65	55	70	68	24	55
Canadá	20	32	44	53	56	80	80
Argentina	26	19	32	32	32	22	45
Austrália	13	8	17	23	34	21	27

Durante algum tempo, recorre-se à formação de *stocks;* as produções excedentárias ficam assim subtraídas temporàriamente ao consumo e à concorrência. Cria-se, desta maneira, um estado de concorrência virtual, destinado a dissolver-se se os andamentos económicos sucessivos reequilibrarem a situação ou a pesar cada vez mais sôbre o futuro, se a situação piorar. Em 1928, assiste-se a uma colheita de trigo excepcionalmente abundante, parcialmente retirada do mercado pelo Canadian Wheat Pool. O montante dos *stocks* visíveis de trigo e centeio nestes quatro países passa de 74 milhões de quintais em 1926-27 para 142 milhões em 1928-29.

---

(1) BANDINI, *Agricoltura e crisi,* cit., pág. 181.

Em dois anos, cêrca de 70 milhões de quintais foram subtraídos à venda (1).

Finalmente, a política livre-cambista, inicialmente seguida, conhece o seu fim. Em 1 de Janeiro de 1929, a importação de um quintal de trigo em diversos países era onerada com as seguintes tarifas: Itália (11 libras-ouro), Alemanha (5 e 7,50 R. M.), França (35 francos), Checoslováquia (30 kr.), Grécia (2,11 *shellings* ingleses), Áustria (2 kr. ouro) e Suécia (3,7 kr.) etc. Tais medidas contribuem indubitàvelmente para apressar a recuperação da produção agrícola dos países europeus, devastada pela guerra. O exemplo clássico é-nos fornecido pelo trigo cuja produção nos principais países importadores europeus (Alemanha, França, Itália, Suiça, Suécia, Bélgica, Países Baixos, Checoslováquia e Áustria) mostra o seguinte andamento (milhões de quintais)

1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
299	249	273	284	312	274	290	345	375	344

Por seu ladò, a importação, que orçava por 100 a 120 milhões de quintais antes de 1930, desce para 57 milhões em 1932-33, para 55 em 1933-34 e para 40 em 1934-35 (2).

Todos estes acontecimentos convergem, como fàcilmente se intui, no sentido de aumentarem extraordinàriamente a produção; no fundo, é a agricultura que apresenta inequívocos sinais de fraqueza orgânica.

36 — A situação era insustentável e o primeiro sinal da pressão exercida sôbre o mercado mundial foi uma queda conside-

---

(1) OHLIN, *Rapport*, cit., págs. 121 e segs.; BANDINI, *Agricoltura e crisi*, cit., pág. 188; BERTRAND NOGARO, *Les prix agricoles mondiaux et la crise*, cit., pág. 121 e segs.

(2) BANDINI, *ob. cit.*, págs. 192 e segs.; NOGARO, *Les prix agricoles*, cit., págs. 121 e segs.

rável dos preços que atingiu de modo particular os excedentes exportáveis dos países exportadores de géneros agrícolas.

Era evidente que se devia produzir uma adaptação em qualquer parte, ou então o ajustamento só viria a realizar-se através de uma grande baixa de preços que provocaria o aumento do consumo e a eliminação de produtores marginais.

Mercê da recuperação da produção agrícola europeia, do reaparecimento de outros importantes países exportadores, de mudanças nos hábitos alimentares que provocaram importante contracção do consumo dos produtos de massa e, enfim, da elevação das tarifas com o intúito de se promover a produção nacional, diminui consideràvelmente a procura de produtos agrícolas dos países de além-mar. Lógico seria que a esta baixa, agravada ainda conjunturalmente pela diminuição do poder de compra dos países europeus, correspondesse uma intensa restricção da produção e, portanto, da oferta.

¿Mas estaria a agricultura em situação de operar semelhante redução? Tenha-se presente que, como já tivemos ocasião de notar, a grande procura de produtos agrícolas, numa época de escassez de trabalho, forneceu forte estímulo ao emprêgo em larga escala de máquinas e instrumentos. Êste facto, aliado à inflação dos preços da terra que teve lugar durante a guerra em conseqüência de uma visão super-otimista da sua lucratividade, tornou os problemas do ajustamento particularmente agudos.

Muitos agricultores ficaram sobrecarregados com hipotecas e outros encargos derivados de investimentos fixos na terra, construções, máquinas, etc. E a verdade é que, com a qüeda dos preços dos produtos agrícolas subseqüente ao *boom* da guerra, os lavradores começaram a sentir-se sèriamente embaraçados para fazer face ao pagamento dos juros (1).

---

(1) O problema das dívidas na agricultura assume a maior importância. O fenómeno tende a manifestar-se concretamente do modo ilustrado

Contraídas numa época em que os produtos agrícolas e os bens imobiliários tinham um valor muito superior ao de agora, as dívidas hipotecárias dão orígem a graves problemas e as faltas e moratórias tornam-se correntes (1).

A não satisfação dêstes encargos fixos conduzia à perda das herdades; assim, enquanto lhes restava alguma esperança de uma última *reprise* da agricultura, os lavradores sujeitaram-se aos maiores sacrifícios em ordem a conservar as suas explorações, muito embora pudessem obter, a cada momento, mais altos salários diários em qualquer outra ocupação. Em semelhante emergência, o seu próprio trabalho e o de sua família deixa de ser contado inteiramente como parte das despesas variáveis de produção e assume o carácter de despesa constante. Isto significa, por outras palavras, que se revelava vantajosa tôda a expansão da produção que prometesse um excesso, ainda que ligeiro, sôbre as despesas variáveis. E a situação torna-se ainda mais grave uma vez que a crise iniciada em 1929, abrangendo todos os ramos de actividade, eliminou as possibilidades de uma ocupação alternativa antes oferecidas pela indústria (2).

Tudo o que expusemos no capítulo anterior se revela actuante neste momento. A existência de um grandioso volume de custos constantes num ramo de actividade em que a produção tem lugar normalmente em condições que se

---

por FISHER: excessivos pedidos de crédito nos períodos de prosperidade, pêso maior dos débitos no período de depressão, quer em relação dos rendimentos, quer ainda na sua medida absoluta, dado que a menor velocidade de circulação da moeda nos períodos de crise equivale, nos seus efeitos, a uma deflação. Citado por BANDINI, *Agricoltura e crisi*, pág. 18.

(1) Cfr. para o nosso país, JOÃO DO AMARAL CANAVARRO, *O problema da hipoteca agrícola em Portugal*, Lisboa, 1938.

(2) GEORGE MODLIN e ARCHIBALD MC. ISAAC, *Social control of industry*, Boston, 1938, págs. 265 e segs.; OHLIN, *Rapport*, cit., págs. 121 e segs.; *Revue de la situation economique mondiale*, edição da Sociedade das Nações, 1937-38, págs. 72 e segs.

aproximam das da pura concorrência, impede que o ajustamento se obtenha através de uma redução da produção.

Mas nem sequer a baixa dos preços dos produtos agrícolas no mercado mundial teve por efeito aumentar o seu consumo. Por razões não sòmente económicas mas ainda políticas, militares e sociais, os países europeus não queriam ver a sua agricultura arruïnada. Ora, nos países novos, é a cultura extensiva que predomina com os seus custos diminutas e daí a necessidade em que se viram os governos dos países importadores da Europa de elevar cada vez mais as tarifas de protecção, de recorrer aos contingentes, de conceder subvenções directas e de lançar mão de muitas outras medidas de assistência. Tudo isto significa, em última análise, que, em virtude da manutenção de preços artificialmente elevados, os consumidores em nada aproveitaram da baixa de preços no mercado mundial (1).

As exportações dos países de além-mar concentram-se num mercado livre cada vez mais restrito e breve chega o momento em que a própria Inglaterra (2), Bélgica e Holanda,

---

(1) Em 1935, a importação de manteiga na Alemanha, França, Itália e Suiça era onerada com direitos aduaneiros que ascendiam respectivamente a 187, 163, 138 e 108 %. Cfr. Ohlin, *Rapport*, cit., pág. 125.

(2) Em 1931, o Govêrno faz votar uma lei — *The agricultural Marketing Act* — que autoriza o estabelecimento de projectos para regulamentar a venda dos produtos agrícolas e permite a uma maioria de produtores de uma dada variedade de géneros obrigar a minoria a reünir-se a êles para controlar a venda. Mas a lei que opera a transformação radical da economia inglesa é a de 29 de Fevereiro de 1932: é ela que organiza o regíme aduaneiro proteccionista e sintetiza a negação de um passado tradicional. A Inglaterra abandona o livre-câmbio. Em 1932 é promulgado o «*Wheat Act*» que, em aplicação da lei de 1931, regulamenta o mercado do trigo. Depois, o Govêrno, de acôrdo com os produtores e geralmente segundo as proposições da «*National Farmer's Leag*», elabora os projectos de reorganização dos diversos mercados — «*Marketing Scheme*». De tôdas as medidas promulgadas, é lícito concluir que o Govêrno inglês lança mão principalmente de quatro meios para manter a agricultura nacional: recurso

tradicionalmente livre-cambistas, tomam medidas para controlar as suas importações. A disparidade de preços nos mercados internos e no mercado mundial atinge proporções alarmantes e é a agricultura dos países grandes exportadores que é afectada de modo particular (1).

Os resultados desta política proteccionista podem resumir-se do modo seguinte: primeiro, impede-se o reajustamento da produção de cereais sôbre uma base mais baixa nas regiões de custo de produção elevado; segundo, provoca-se, ao fim de um espaço de tempo mais ou menos longo, a redução da produção nos países onde o custo de produção é muito baixo. Depois, colocam-se os países exportadores de géneros agrícolas na situação de não poderem importar artigos manufacturados na mesma medida em que anteriormente, dada a extraordinária baixa dos preços dos primeiros. Numa tentativa desesperada para manter o equilíbrio internacional, êles mesmos impõem tarifas às importações de produtos industriais, aumentando assim as dificuldades dos países manufactureiros. Finalmente, contribui-se de modo directo para manter o consumo a um nível mais baixo do que aquêle que teria sido necessário (2).

37 — Se os preços não evoluem todos de maneira idêntica, os seus movimentos revestem-se de importância capital.

---

aos direitos aduaneiros, regulamentação das importações (contingentes), organização da produção e da venda e concessão de subvenções directas. Cfr. ROBERT MALLET, *Le retour à la terre*, Paris, 1942, págs. 105 e segs.; ALDO FIACCADORI, *Supremazia economica inglese e le origini della sua decadenza*, Milão, 1940, págs. 225 e 385 e segs.

(1) Em vários países, os preços do trigo, da manteiga e do açúcar são cêrca de 3 a 5 vezes mais elevados do que no mercado mundial «livre». Cfr. *Revue de la situation economique mondiale*, 1935-36, págs. 94 e segs.

(2) OHLIN, *Rapport*, cit., págs. 127; LIONEL ROBBINS, *The economic basis of class conflict and other essays in political economy*, Londres, 1939, pág. 131.

Na verdade, se o preço de venda de um produto baixou e se, ao mesmo tempo, o preço das matérias primas, da mão-de-obra, dos bens de produção e das mercadorias e serviços que o produtor dêste artigo utiliza diminuem exactamente na mesma proporção, não haverá nenhuma mudança na situação económica dêste produtor, salvo se êle tem dívidas cujo valor monetário foi fixado por um contrato de longa duração. Mas, pelo contrário, haverá uma alteração de real importância económica, sempre que o preço que o produtor pode obter pelo seu artigo aumenta ou diminui em relação ao preço que êle deve pagar pelas mercadorias e serviços que lhe são necessárias para uso próprio ou para continuar a produzir. É por esta razão que, quando se estudam os movimentos dos preços, se torna necessário atender às variações das relações existentes entre êles.

Ora, em matéria de preços, há uma relação extremamente importante e muito sensível as variações do nivel geral da actividade das trocas: é a que intercede entre os preços agrícolas e os não agrícolas. O forte grau de inelasticidade da oferta dos produtos agrícolas irá provocar uma acentuada baixa de preços; diversamente, o próprio caracter da produção industrial e o seu elevado nivel de organização são de molde a determinar ligeiras baixas de preço a quando da diminuíção da procura (1).

Eis como, em períodos de depressão, o lavrador se encontra perante um sistema de preços que, por ameaçar aniqüilar tôda a sua actividade, o coloca em situação semelhante à do tecido entre as duas lâminas de uma tesoura (2):

---

(1) Prof. Lima Basto, *Inquérito económico-agrícola*, vol. IV *(Alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal)*, *cit.*, *págs. 367 e segs.*; *Revue de la situation economique mondiale*, 1937-38, págs. 91 e segs. e 131 e segs.

(2) Daí as expressões *Preisschere*, *price scissors* e *forbice dei prezzi* empregadas pelos escritores alemães, ingleses e italianos para designarem

vende baratos os produtos do seu labor e compra caro tudo o que é indispensável à continuação da produção e ao govêrno doméstico. Esta diminuíção das receitas e elevação das despesas — que, muitas vezes, não encontrará contra-partida na possibilidade de reduzir quaisquer encargos — é susceptível de conduzir o agricultor às situações mais críticas e de afectar a própria produtividade global da lavoura.

Ora, de 1929 a 1933, à medida que a depressão económica se ia intensificando, a relação de preços no mercado mundial evoluiu um sentido nitidamente favorável aos industriais. É o que resulta dos números seguintes:

Percentagem de baixa dos índices dos preços agrícolas em certos países. Janeiro de 1929 a Janeiro de 1933.

Argentina	— 71	Polónia	— 48
Nova Zelândia	— 69	Itália	— 41
Canadá	— 68	Alemanha	— 39
Estados Unidos	— 60	Inglaterra	— 34

Muito pelo contrário, durante êste período, os preços não agrícolas baixaram apenas 32 % nos Estados Unidos; no Canadá, o preço dos bens de consumo diferentes dos géneros alimentícios acusou uma diminuíção de 16 %; na Polónia, o preço dos produtos industriais desceu cêrca de 31 % e, na Alemanha, o dos adubos 20 %. Esta baixa violenta e rápida dos preços agrícolas teve por efeito reduzir consideràvelmente o valor dos rendimentos da agricultura. Assim, nos Estados Unidos, o valor bruto da produção agrícola desceu de 11 biliões e 900 milhões de *dollars* em 1929

---

esta situação de preços. Vide Bandini obr. cit., pág. 186; Jean Sirol, *les caractéres actuels de la crise agricole et en particulier la crise en blé en France*, cit., págs. 146 e segs.

para 5 biliões e 200 milhões em 1932, isto é, cêrca de 55 %; no Canadá, o mesmo valor baixou de 1631 milhões de *dollars* para 712 milhões, ou seja 55 %; na Argentina, êsse valor reduziu-se de 954 a 566 milhões de pesos-ouro, isto é, 40 %. Do conjunto dêstes números, é legítimo concluir que o poder de compra das classes agrícolas foi afectado sèriamente e prejudicada a rentabilidade relativa da lavoura (1).

De 1933 a 1937 verifica-se uma ligeira *reprise* da situação da agricultura que, aliada a um proteccionismo agrícola cada vez mais intenso, teve por efeito determinar uma relação de preços menos desfavorável aos lavradores. Mas, a partir de de 1937, uma nova depressão económica iniciada em vários países fez evoluir de novo os preços num sentido acentuadamente favorável aos industriais. Foi nos Estados Unidos que êste movimento assumiu maior relêvo, provocando as abundantes colheitas de trigo, milho e algodão uma intensa baixa dos preços (2).

---

(1) Cfr. *La production mondiale et les prix*, edição da Sociedade das Nações, 1925-32, Genebra, 1933, págs. 107 e segs.

(2) *Revue de la situation economique mondiale*, 1937-38, págs. 131 e segs.; idem, 1938-39, págs. 128 e segs. e 186.

§ 3.º

A INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PAISES AGRÍCOLAS

38 — Carácter da teoria clássica do comércio internacional. A protecção das indústrias nascentes.

39 — A acção dos factores evolutivos sôbre a estrutura económica dos vários paises: o fenómeno do aumento da população.

40 — As taxas de reprodução como índices de situações demográficas futuras.

41 — O problema da população no seu aspecto económico.

42 — Escasso valor de certos índices apontados como reveladores da existência dêste problema: densidade aritmética, fisiológica e agrícola da população.

43 — O aumento do volume da população é susceptível de conduzir a uma completa inversão da escala de custos comparados.

44 — Industrialização e emigração. Conceito.

45 — Insuficiência da emigração como meio de resolver o problema da população.

46 — O aproveitamento das áreas coloniais. Emigração e colonização. Sua insuficiência também.

47 — Modalidades de industrialização. Dois tipos fundamentais.

48 — Problemas de localização: a acção dos recursos naturais. A relação entre a taxa de juro e os salários.

38 – Como o notou J. B. CLARK, a teoria do comércio internacional ainda não ultrapassou, nas suas grandes linhas, uma formulação puramente estática. Supõem-se dadas as quantidades dos meios de produção originários e, quando muito, fala-se de uma dependência funcional a curto prazo entre os preços e as quantidades dos factores e introduzem-se aqui e ali hipóteses acêrca da relação que existe entre o movimento da população e o nível dos rendimentos (1).

Mas, para além do campo da teoria pura, há fenómenos de desenvolvimento e, certamente, êles não são completamente independentes daqueles processos económicos que a teoria estática demonstra. Muito pelo contrário, verificam-se repercussões que afectam os elementos assumidos como dados.

E, na verdade, a estrutura económica de qualquer país não é de modo algum coisa fixa e imutável, independente dos atritos do tempo. Da síntese dos elementos que, em cada momento, a definem, alguns hà que, dependendo de fôrças naturais, mantêem sensìvelmente a mesma fisionomia no decurso das idades: o clima, a superfície, a orientação, a riqueza do sub-solo, etc.. Nenhuma mudança de cultura, igualdade de educação ou perícia, emigração de povos ou elevação da densidade de população pode modificar a tem-

---

(1) J. B. CLARK, *Essentials of economic theory*, Nova York, 1927, pág. 517. Cfr. HABERLER, *The theory of international trade*, cit., págs 242 e segs., DELL e LUTHRINGER, *Population, resources and trade*, cit., pág. 210.

peratura e fazer nascer os frutos tropicais nas terras árticas ou permitir o cultivo do algodão nas terras de trigo primaveril. Mas há outros elementos que, mais abertamente dominados pela vontade humana, se modificam constantemente. Efectivamente, não só a população aumenta ou diminui como ainda o equipamento de capital se transforma, a técnica se aperfeiçoa e as qualidades profissionais se afinam.

Significa isto que as linhas de vantagem comparada e, portanto, a fronteira entre bens importáveis e exportáveis, são susceptíveis de se deslocar em resposta às variações dêstes e de outros elementos.

Tudo conduz, portanto, a afirmar que a acentuada dicotomia entre países agrícolas e países industriais, expressivamente retratada no Portugal exportador de vinhos e na Inglaterra exportadora de tecido do celebrado exemplo ricardiano, não contém em si gérmens de imortalidade

E já os clássicos tiveram a intuïção do fenómeno quando, embora a título excepcional, admitiam o estabelecimento de protecção para as indústrias nascentes. A superioridade de um país sôbre outro em determinado ramo de produção — escreveu STUART MILL — resulta muitas vezes apenas do facto de o ter iniciado mais cêdo. Pode não existir qualquer vantagem intrínseca, de um lado, ou desvantagem, do outro, mas sòmente uma superioridade momentânea em virtude de perícia ou experiência já adquirida. Mas não é legítimo esperar que os indivíduos — indo ao encontro de uma perda certa — se aventurem a introduzir as novas indústrias e a desenvolvê-las até que os produtores revelem uma educação idêntica à daqueles para quem tais processos são tradicionais. Daí que uma tarifa de protecção estabelecida por tempo razoável, seja o meio menos mau para a Nação fazer face a tal experiência (1).

---

(1) *Principles of political economy*, cit., págs. 922.

Por outras palavras e empregando linguagem marshalliana: numa comunidade industrial, uma nova firma não sòmente contribui como ainda beneficia das economias externas já verificadas; nenhuns benefícios líquidos compensam, porém, a primeira firma ou indústria que se estabelece numa comunidade agrícola das vantagens que ela confere às firmas e indústrias futuras e assim se explica que a protecção deva fornecer como que os raios ultra-violetas essenciais ao seu crescimento (1).

Os expositores dêste argumento defendem o livre-câmbio como política comercial permanente e com esta restrição procuram indubitàvelmente assegurar uma melhor distribuïção do produto social no tempo, ou seja, evitar que um maior ganho de momento seja obtido a expensas do aprovisionamento futuro de mercadorias (2). Mas a protecção, mesmo transitória, tem um custo que se revela nos prejuízos que sofrem os consumidores por terem de pagar preços mais elevados e, uma vez que as importações diminuem e que elas se pagam com exportações, em possiveis danos para os exportadores nacionais.

---

(1) O argumento sò é, portanto, lògicamente aplicável a uma Nação predominantemente agrícola. Pois, de contrário, não poderá um país aumentar em grau significativo a extensão da sua industrialização mediante o recurso à protecção das indústrias nascentes, uma vez que isso daria lugar à expansão de algumas delas a expensas de outras já existentes. Cfr. DELL e LUTHRINGER, cit., págs. 238 e segs., T. SCITOVSKY, *A reconsideration of the theory of tariffs*, cit., págs. 89 e segs.

(2) Afirma, por exemplo, FREDERIC LIST que o comércio externo de uma Nação não deve ser avaliado apenas com base no ganho material de momento. A Nação deve saber suportar a privação de qualquer riqueza material com o fim de se fornecer de energias espirituais ou sociais : deve saber renunciar a quaisquer vantagens presentes para se assegurar de benefícios futuros. É certo que as tarifas começam por encarecer os artigos manufacturados, mas, ao fim de certo tempo, êsses produtos podem vir a ser produzidos a um preço inferior aos da sua importação. Cfr. *Il sistema nazionale dell'economia politica*, cit., pág. 168.

Ora, para que os resultados justifiquem ou compensem tais custos, necessário se torna que a indústria protegida possa depressa colocar-se em concorrência com os produtores estrangeiros, independentemente de qualquer auxílio. E não queremos encerrar êste número sem afirmar que a história económica não nos oferece exemplos de protecção de indústrias nascentes que não tenha degenerado numa protecção permanente e tenaz; está-se, na verdade, num campo de eleição para o desenvolvimento de influências seccionais e políticas (1).

39 — É a acção lenta e persistente dos factores evolutivos, característicos de tôda a estrutura económica, que, reagindo sôbre os elementos fixos ou dificilmente mudàveis, vai alterar e atenuar a intensa especialização reinante até certo momento.

Vejamos primeiro os fenómenos da população. Ninguém ignora, certamente, a acção que o factor demográfico exerce sôbre o mercado de emprêgo. A contribuïção do trabalho

---

(1) Sustenta-se, ainda, que, a todo o momento, surgem novas emprêsas que têm de fazer face à concorrência esmagadora de emprêsas antigas, estabelecidas na mesma cidade, província ou país e que ninguém se lembra de pedir protecção para elas. Se assim é, como se compreende que elas careçam de protecção para fazer face à concorrência estrangeira? Cfr von MISES, *La crise de la division internationale du travail*, cit., pág. 269; GUSTAV CASSEL, *Traité d'economie politique*, vol. II, págs. 403 e segs.; A. W. FLUX, *Economic principles*, cit., pág. 240. Cremos, no entanto, que o argumento não é completamente pertinente e que as duas situações não são ou podem não ser perfeitamente idênticas. Debaixo do ponto de vista em que nos colocamos — que é o da possibilidade de beneficiar de economias externas — a situação das emprêsas que porventura, se estabeleçam em países que até aí se dedicaram prevalentemente à agricultura será normalmente bastante diferente da das emprêsas que venham a surgir numa comunidade altamente industrializada. As primeiras não terão, em regra, que defender-se da concorrência doméstica pelo simples facto da sua inexistência.

para o processo produtivo depende do número de trabalhadores, das espécies de trabalho que êles podem realizar e do esfôrço que empregam nas suas tarefas. Abstraindo dos dois últimos aspectos, torna-se evidente como as taxas de natalidade e de mortalidade condicionam directamente o volume e a estrutura da oferta de mão-de-obra. Daí que qualquer Govêrno que se proponha desenvolver ou estabilizar o emprêgo, preparar, encorajar ou acelerar a valorização dos recursos económicos do país deva não sòmente organizar o inventário dêstes recursos materiais, como ainda ter uma idéia exacta do volume e composição dos efectivos humanos de que dispõe ou poderá vir a dispor em anos futuros. Será preciso ter em conta ainda a reprodução diferencial por região geográfica, por classe social e por profissão, pois, só considerando todos êstes dados se poderá traçar um programa económico realizável e estabelecer, em função dêle, uma política de emprêgo racional, comportando a formação das categorias necessárias, os reajustamentos e as transferências requeridas para assegurar a todo o momento o melhor equilíbrio do mercado com a ajuda da mão-de-obra nacional (1).

A população renova-se continuamente com os nascimentos e extingue-se com os óbitos. Êste processo de renovação e de extinção diz-se movimento natural da população; abstraindo da emigração e da imigração, o aumento da população é igual, para uma colectividade dada, ao excedente dos nascimentos sôbre os óbitos.

Ora, se quisermos apreciar a evolução do aumento natural da população da Europa no último meio século, podemos,

---

(1) J. R. Hicks, *The social framework*, cit., pág. 58; Giorgio Mortara, *Incremento demográfico e política económica*, in *Archivio di studi corporativi*, vol. I, págs. 229 e segs.; *Politique sociale et population*, in *Revue international du travail*, 1939, vol. XXXIX, págs. 328 e segs.

sem arbítrio de maior, distinguir quatro fases sucessivas. A primeira, que compreende a última metade do século XIX e os inícios do século XX, é assinalada por um aumento contínuo da cifra absoluta e relativa do excesso de nascimentos, devido, em parte, ao aumento do número dêstes e, mais ainda, à diminuïção do número de óbitos. Mas já nos dois últimos decénios do século passado se projectava uma sombra sôbre esta extraordinária vitalidade: a natalidade, a partir de 1880, começava a diminuir, não obstante o aumento da cifra absoluta dos nascimentos.

Com efeito, a segunda fase, que vai dos primeiros anos do século actual até ao deflagrar da guerra de 1914, é caracterizada, de um modo geral, por uma diminuïção notável do número complexo de nascimentos. Quais as causas desta diminuïção? A explicação mais comumente dada é a da prática do contrôlo dos nascimentos. Mas, embora o aperfeiçoamento dos métodos de contrôlo possa explicar *como* é que os indivíduos têm possibilidade de limitar as suas famílias, não nos dizem *porque* é que êles querem limitá-las tão drásticamente. Repare-se que se trata de métodos perigosos para a saüde, sempre imorais e, por vezes, ilegais, de modo que o desejo de reduzir a família deve ser muito forte para que os indivíduos o adoptem. Os estudiosos dos problemas da população são os primeiros a admitir que os motivos humanos que impelem à adopção de tais meios mergulham na escuridão e dependem dos julgamentos e escolhas individuais dos milhares ou milhões de casais que compõem cada comunidade. A emulação, a ambição de prosperar, a esperança de conseguir uma melhor situação para os filhos, a emancipação da mulher e mil causas de ordem psicológica, social e económica revelar-se-ão actuantes em cada momento. Tôdas elas, no seu conjunto, dão origem àquela mentalidade a que MOMBERT chama económico-racionalista e a sua influência é tão grande que a

diminuïção das taxas de natalidade é uma das grandes realidades do século XX (1).

As taxas de mortalidade, por seu turno, continuam a descer. mercê, sobretudo, dos progressos médicos, sanitários e da redução da mortalidade infantil. Mas esta diminuïção já não é de molde a compensar a queda brusca e profunda das taxas de natalidade: o ano de 1913 acusa uma diminuïção na cifra absoluta do aumento natural da população e isto equivale a afirmar que o ciclo ascencional se encerra e se vai iniciar o ciclo descendente.

A terceira fase compreende o período bélico e marca — ainda nos Estados neutrais — um notável regresso. A gravidade dos danos depende, não só da entidade das perdas em mortes, como ainda das condições gerais em que se encontravam os vários organismos demográficos antes da guerra. Os mais débeis — como a França — foram os que mais sofreram. Os mais fortes, com uma substituíção demográfica rápida e activa, superaram com maior facilidade a crise bélica. A subida da natalidade em 1920, determinada pelo aumento da taxa de nupcialidade e pela renovação das relações conjugais dos ex-combatentes, provocou uma elevação do coeficiente de aumento natural da população. Mas ela é tão débil que em nada justifica a hipotética lei da compensação, formulada por LEVASSEUR, segundo a qual, depois de uma guerra, a *vis medicatrix naturae* faria com que a população automàticamente se reconstituisse (2).

Durante a quarta fase, de 1921 em diante, a taxa de

---

(1) J. R. HICKS, *The social framework*, cit., págs. 44 e segs.; DELL e LUTHRINGER, *Population, resources and trade*, cit., págs. 48 e segs.; FRANCO SAVORGNAN, *Movimento naturale della popolazione*, in *Trattato elementare di statistica*, direcção de CORRADO GINI, vol. II, parte I, Milão, 1935, págs. 121 e segs.

(2) Cfr., por exemplo, FRANCO SARVOGNAN, *Movimento naturale della popolazione*, cit., págs. 118 e segs.

natalidade continua a decrescer a ritmo acelerado na generalidade dos países da Europa ocidental, central e nórdica. Esta maior intensidade do decréscimo explica-se, em parte, pelo facto de a guerra, dizimando muitos jóvens, ter diminuido em muito a classe reprodutora nos primeiros anos que a ela se seguiram. A mortalidade continua a diminuir, mas muito mais lentamente do que a natalidade. E a baixa da taxa de mortalidade é, em certo sentido, um fenómeno transitório. Efectivamente, a queda da taxa de natalidade não só reduz o número de nascimentos, como ainda altera a composição da população por idades; ora, assente que o aumento de longevidade encontra limites de ordem fisiológica, é inevitável o aumento da mortalidade, à medida que a idade média da população se aproxima daqueles limites. O conjunto de tôdas estas circunstâncias determinou naturalmente uma forte redução das taxas de aumento natural. E, se é verdade que poucos países se encontram já em estado de decréscimo efectivo, não é menos certo que algumas das nações econòmicamente mais desenvolvidas e que tinham conhecido anteriormente um rápido crescimento da população se encontram nêste momomento num estado de despopulação virtual.

E, na verdade, é possível dividir agora os países da Europa em dois grandes grupos, consoante a grandeza da taxa de aumento natural das suas populações. De um lado, encontram-se os países mais intensamente industrializados com baixas taxas de natalidade e de mortalidade e uma insignificante taxa de acréscimo natural. Na Inglaterra, por exemplo, a taxa anual de acréscimo, que era de 10,1 no período compreendido entre 1871 e 1880 e ainda de 9,7 em 1891-1900, baixou para 8,7 em 1901-1910 e para 5,4 em 1921-1930. Em França, essa taxa é de 2,0 em 1871-1880, de 1,6 em 1891-1900 e de 0,6 em 1901-1910; desde 1935, a população dêste país encontra-se em estado de decréscimo efectivo.

Mas, ao lado dêstes, outros países há — em regra predominantemente agrícolas — que apresentam fortes taxas de natalidade e uma taxa de mortalidade relativamente mais elevada do que a dos primeiros, com o resultado final de a sua população revelar um alto coeficiente de aumento natural. É o que se depreende do seguinte quadro (1).

TAXA DE AUMENTO NATURAL

	1911-13	1921-25	1926-30	1931-35
Bulgária	12,1	18,2	15,2	13,8
Jugôslávia	—	14,8	14,2	13,7
Polónia	16,1	16,2	15,4	13,0
Portugal	14,4	12,8	12,8	12,1
Roménia	17,9	14,9	14,0	12,2

Os factos parecem, portanto, desmentir a superioridade do tipo económico de aumento natural e demonstrar antes que a economicidade da substituíção demográfica, ainda que de momento vantajosa, longe de ser um índice de desenvolvimento progressivo do organismo demográfico, é sintoma de regresso mais ou menos próximo e inevitável.

40 — Mas repare-se que a natalidade apenas exprime a intensídade da componente positiva do movimento natural e a taxa de mortalidade a intensidade da componente negativa e nem uma nem outra se pode considerar como índice da maior ou menor fecundidade e vitalidade das populações. Na verdade, o excedente da taxa de natalidade (calculada em relação a uma fracção da população total) sôbre

(1) J. Delevsky, *Les tendances demographiques actuelles*. Congrés international de la population, vol. I. *Theorie generale de la population*, Paris, 1938, págs. 79 e segs.. *Annuaire statistique de la Societé des Nations*, 1938-39; Kuczynski, *The international decline of fertility*, cit., pág. 52.

a taxa de mortalidade (calculada do mesmo modo) constitui, quando se trata de medir uma tendência demográfica profunda, um processo susceptível de induzir em êrro grave. Assim, por exemplo, verifica-se actualmente na Inglaterra que a idade de uma fracção anormalmente elevada da população varia entre os 20 e os 50 anos. Significa isto, por outras palavras, que uma fracção excepcionalmente elevada da população é constituída por mulheres em idade fecunda e que só uma fracção bastante reduzida é constituída por indivíduos ou muito jóvens ou muito velhos, isto é, encontrando-se em uma das duas idades em que os seres humanos estão mais expostos à morte. Ora, muito embora a taxa de natalidade exceda a de mortalidade, o número de recém-nascidos não é suficiente para substituir os pais e daí que a tendência demográfica se oriente para a despopulação. Quando, daqui a alguns anos, as mães que actualmente se encontram em idade de procriar tiverem envelhecido, assistir-se-á a uma diminuïção do número de nascimentos e a um aumento do número de óbitos e a população começará a diminuir (1).

Sucede assim porque, bem vistas as coisas, a taxa de natalidade é determinada por dois factores: pelo número de mulheres em idade de procriar, durante um certo período, e pelo número médio de filhos de cada uma delas durante o mesmo período. Se, no passado, um país teve uma taxa de crescimento da população muito rápida, as mulheres em idade fecunda formarão uma proporção relativamente elevada da população total e a taxa de natalidade pode parecer elevada não obstante a escassa fertilidade actual. Por outro lado, se a proporção de tais mulheres em relação à população total diminue em virtude do persistente *trend* descen-

---

(1) ADOLPHE LANDRY, *La revolution demographique. Etudes et essais sur les problémes de la population*, Paris, 1934, págs. 216 e segs.; J. E. MEADE, *Economie politique et politique economique*, cit, págs. 387 e segs.

dente da taxa de natalidade, a composição da população por idades e a constante baixa da fertilidade actuarão sôbre o coeficiente de aumento natural com fôrça cumulativa. Efectivamente, não só as mulheres terão em média um menor número de filhos, como ainda o número de mulheres em idade de procriar será menor.

As considerações feitas até êste momento destinam-se à melhor compreensão de um refinado método estatístico de medir o crescimento da população. Tal processo toma em conta a composição da população por idades na medida em que ela afecta a natalidade; além disso, das crianças nascidas apenas se consideram as do sexo feminino, porque o fim da investigação consiste em apurar se cada mulher se substitue a si mesma, isto é, se tem pelo menos uma filha. A taxa bruta de reprodução pode, portanto, definir-se como o número de filhas susceptíveis de nascer de cada mulher durante todo o período da sua fecundidade, com base nas taxas de fertilidade prevalentes em dado lugar e em certo momento.

Mas repare-se que a mortalidade é excluída desta medida, supondo-se, pois, que a mulher sobrevive através de todo o período de reprodução. Ora, para avaliar a capacidade de crescimento futuro de uma população, isto é, a sua taxa líquida de reprodução, será preciso conhecer não apenas o número de nascimentos de crianças do sexo feminino, como ainda a probabilidade da sua sobrevivência através do período reprodutivo. Procura-se, dêste modo, representar o número de raparigas que nascerão das sobreviventes de um milhar de mulheres pertencentes a uma geração precedente, com base nas taxas de fertilidade e mortalidade prevalentes em cada momento (1).

---

(1) R. R. KUCZYNSKI, *The international decline of fertility*, in *Political Arithmetic. A symposium of population studies*, Londres, 1938, págs. 61 e segs.; ENID CHARLES, *The effect of present trends* in *fertility and mortality*

A verificação de uma taxa líquida de reprodução igual à unidade significa que cada mãe está sendo substituída por outra mãe e não mais: se as taxas de fertilidade e mortalidade não variarem, a população do país em que ela se verifique tornar-se-á, ao fim de certo tempo, estacionária. Nesta ordem de idéias, taxas superiores ou inferiores à unidade revelam uma tendência para ulterior aumento ou diminuição da população.

Simplesmente, as taxas líquidas de reprodução requerem certas reservas enquanto que indices da evolução demográfica futura. Na verdade, elas referem-se não à série das gerações futuras mas a uma só geração feminina ficticia, suposta regida no futuro de maneira constante pelas taxas de fertilidade e mortalidade verificadas em dado momento. Êstes cálculos não devem evidentemente ser tomados senão pelo que representam: são simples estimativas fundadas em hipóteses; nem se poderá dar crédito às previsões que ultrapassem um período de 10 anos, porque elas despresam, entre outras possilidades, a acção de dois factores desconhecidos: a política de natalidade e os movimentos migratórios que se podem revelar decisivos para o efectivo da população dos países interessados e para a sua estrutura.

Entretanto, tais como são, elas dão-nos uma idéia das tendências demográficas divergentes a que estão submetidas hoje as populações dos diversos países ou regiões do

---

upon the future population of Great-Britain and upon its age composition, in *Political Arithmetic cit.*, pág. 73 e segs.; MARIO DE VERGOTINI, *Movimento naturale della popolazione nel suo aspetto quallitativo*, in *Trattado elementare di statistica*, direcção de CORRADO GINI, vol. II, parte I, Milão, 1935, págs. 142 e segs.; LANDRY, *La revolution demographique*, cit., págs. 227 e segs.. W. B. REDDAWAY – *The economics of a declining population*, Londres, 1939, pág. 26. PIERRE DEPOID, *La précision dans le calcul des taux de reprodution*, in *Theorie Générale de la population*, *Congrés international de la population*, Paris, 1937, págs. 135 e segs..

mundo. Assim, é possível dividir em três grupos os países em relação aos quais dispomos de estatísticas suficientes. O primeiro grupo compreende os países em que a taxa líquida de reprodução é ainda suficiente para assegurar a manutenção dos efectivos da população, embora revele, em geral, uma tendência decrescente (Portugal, Itália, Espanha, Polónia, Holanda, Hungria, Roménia, Jugôslávia, etc.); ao segundo, pertencem os países em que a queda da taxa de natalidade assumiu já uma tal amplitude que as taxas liquidas de reprodução não bastam para assegurar a manutenção dos efectivos da geração que vive neste momento (Inglaterra, Alemanha, França, Suiça, Suécia, Noruega, etc.); o terceiro, finalmente, abrange os países em que a grandeza daquelas taxas faz prever um aumento contínuo da população (Japão e U. R. S. S.).

Uma vez mais nos aparecem contrapostos os países essencialmente agrícolas e os prevalentemente industriais. E se, como diz KUCZYNSKI, o presente não é tão bem expresso pelas realidades que revela como pelas virtualidades que encerra, o primeiro grupo de países terá de preocupar-se com populações crescentes e o segundo de fazer face a uma despopulação relativamente próxima (1).

41 — Para os homens de Estado e para os estrátegos o fenómeno do crescimento da população interessa sobretudo na medida em que se repercute sôbre o poderio militar ou prestígio nacional; o moralista, por seu turno, será influenciado na sua apreciação do fenómeno pela injunção bíblica «multiplicai-vos e povoai a terra»; para o economista, finalmente, o aumento do número de habitantes assume signifi-

---

(1) KUCZYNSKI, loc. cit., págs. 61 e segs.; *Annuaire statistique de la Societé des Nations*, 1938-39; Dell e Luthringer, obr. cit., pág. 70; Prof. PACHECO DE AMORIM, *Finanças e economía. Comentários. 1936*, Coimbra, 1937, págs. 183 e segs.

cado em virtude das suas possíveis repercussões sôbre a massa dos rendimentos individuais ou da comunidade.

Tôda a produção é um resultado da acção conjugada da natureza, do capital e do trabalho e ninguém ignora que é da combinação dêstes factores da maneira mais eficiente que depende o montante do rendimento nacional. O significado da proporcionalidade dos factores em relação ao bem-estar social é tornado patente pelo facto de pôr limites definidos à capacidade produtiva de uma Nação e de, portanto, determinar o volume de rendimento nacional disponível para ser distribuído entre os seus membros.

Ora, se a população aumenta, o factor de produção trabalho torna-se mais abundante e isto levará normalmente a aumentar o montante total dos bens e serviços produzidos. Mas a verdade é que o acréscimo da população envolve também um aumento das necessidades que tem de ser satisfeitas: os extra-trabalhadores tem de ser alimentados, vestidos e alojados, de modo que, se o aumento da produção não fôr proporcional ao crescimento da população, o nível médio de vida descerá. Quere dizer: se a população cresce de 2%, o povo tornar-se-á mais pobre em média, a não ser que simultâneamente, a produção total aumente pelo menos 2%. Se a produção total aumenta menos do que 2%, isso significa que a produtividade média dos trabalhadores diminuiu em virtude do seu maior número.

E, suposto um certo estádio da técnica, é evidente que uma expansão da população deve levar a uma diminuïção da produtividade média, se a maior oferta de trabalho não é contrabalançada por um aumento paralelo do equipamento de capital e das terras disponíveis. Efectivamente, em semelhante hipótese, todo o crescimento demográfico reduz a quantidade de recursos e de equipamento ao dispor de cada trabalhador e esta circunstância tende, por si mesma, a baixar a produção individual. Depois, breve chegará o momento em que o facto de cada trabalhador estar menos bem forne-

cido de recursos naturais e de equipamento anula as vantagens inerentes a uma especialização mais completa da mão-de-obra e a uma utilização mais completa de certos tipos de equipamento. A impossibilidade de partilhar equipamento especializado contribuirá, pois, para a diminuïção da produtividade média do trabalho. No fundo vemos a lei dos rendimentos decrescentes em plena actuação (1).

Mas, afinal — preguntar-se-á — porque não aumentar a oferta de capital e do factor natureza, de maneira a evitar a diminuïção da produtividade média do trabalho? Sem dúvida que, muitas vezes, é possível vencer a escassez de equipamento de capital, aumentando a sua oferta. Há, porém, um factor que não é susceptível de ser aumentado pelas faculdades humanas em extensão apreciável: é a terra agrícola. Uma comunidade que disponha de pouca terra pode, por vezes, vencer a penúria dêste factor, apoderando-se de terra dos seus vizinhos; mas, àparte uma acção militar desta espécie, muito pouco se pode fazer para remediar a sua escassez, embora até certo ponto ela possa ser atenuada usando a terra mais econòmicamente ou melhorando a sua qualidade. Os inconvenientes do crescimento da população tornam-se patentes quando a melhor terra já está sendo intensamente cultivada, de maneira que só se podem assegurar ulteriores alimentos para as novas bocas amanhando

---

(1) Simplesmente, êstes dois fenómenos — aumento da população e diminuïção do rendimento — não podem ser aproximados sem certas reservas. Na verdade, o aumento do número de habitantes é um fenómeno tìpicamente dinâmico, realizável dentro de um lapso de tempo bastante prolongado. Pelo contrário, a lei dos rendimentos decrescentes é válida apenas em condições estáticas. Isto significa, por outras palavras, que, na hipótese de o homem conseguir aumentar as quantidades dos restantes factores sem aumento sensível do seu custo, o fenómeno do crescimento da população perderá todo o significado económico. Cfr. von Strigl, *Introduction*, cit., págs. 43 e segs.

solos pedregosos, drenando pântanos ou levando as fronteiras do cultivo para zonas cada vez mais altas nas montanhas. Ora as ofertas adicionais de alimentos assim conseguidas tendem a custar cada vez mais e daí que nos encontremos perante o dilema de albergar uma população menos numerosa ou de ter de suportar um mais baixo nível de vida (1).

Ninguém ignora, certamente, que uma das razões da menor produtividade do trabalhador europeu em face do americano reside precisamente no maior volume da população da Europa em relação aos recursos disponíveis. Isto significa que se é obrigado a usar terras, minas, pedreiras e florestas cada vez mais pobres e afastadas do que aquelas que são utilizadas na América; equivale, por outro lado, a afirmar que cada trabalhador tem à sua disposição uma menor quantidade de recursos naturais para o auxiliar na obra da produção (2).

42 — Simplesmente, é problema difícil o de determinar quando é que um país se encontra sobrepovoado ou subpovoado. Pois, o termo sobrepovoado é equívoco: pode significar ou muito povoado ou demasiado povoado. Nesta segunda acepção, o emprêgo do termo implica um juízo de valor, ou seja, supõe uma norma com base na qual se julga que a justa medida foi ultrapassada. Na verdade, se se admite que a população de um país pode ser escassa ao ponto de só muito imperfèitamente utilizar os recursos disponíveis ou de tal maneira numerosa que consome improdutivamente as suas energias ao tentar produzir com o auxílio

---

(1) J. R. Hicks, *The social framework*, cit., págs. 52 e segs.; J. E. Meade, *Economie politique et politique economique*, cit., págs 379 e segs.; E. F. Penrose, *Population theories, and their application*, 1935, págs. 49 e segs.; Celestino Arena, *Dell'ottima popolazione*, in *Rivista di politica economica*, 1930, págs. 140.

(2) Haberler, *The theory of international trade*, cit., pág. 135; Slichter, *Modern economic society*, cit., pág. 3[illegible]8.

de factores existentes em montantes diminutos, há-de haver um ponto em que o número de habitantes nem é grande nem pequeno e sim o preciso para, nas condições dadas, tornar máxima a produção por indivíduo. Sempre que, em dada área, a população não atinja tal volume, dir-se-á que se verifica o fenómeno da subpopulação; quando o ultrapassar, estamos então em face do fenómeno inverso, ou seja, de um estado de sobrepopulação (1).

Em teoria, tudo muito claro, sem dúvida. As dificuldades surgem, porém, quando se procura dar conteúdo ao conceito de população ótima, isto é, de uma população que torna máxima a produção *per capita*, e dizer que ela foi atingida ou ultrapassada em certa região ou país. Começa-se logo por ter dificuldade em saber se a produção é maior em certas circustâncias do que em outras; pois, compondo-se ela de uma enorme variedade de bens e serviços, torna-se necessário encontrar uma medida comum susceptível de os reduzir à unidade e a verdade è que ainda não possuímos um metro rigoroso que permita tal operação. E acabava-se por duvidar da própria utilidade do conceíto, pois a definição da população ótima, com referência ao estado actual da técnica, ao montante e ao carácter do presente equipamento de capital e às oportunidades de comércio externo, tem um interêsse prático diminuto. Efectivamente, durante o tempo que devia inevitàvelmente decorrer para ajustar a população actual ao volume ótimo, o próprio ótimo se teria deslocado e talvez em grande extensão (2).

---

(1) PENROSE, *Population theories and their application*, cit., págs. 56 e segs,. CELESTINO ARENA, *Dell'ottima populazione*, in *Rivista di politica economica*, 1930, págs. 16 e segs.; ADOLPHE LANDRY, *La revolution demographique*, cit, págs. 213 e segs

(2) J. R HICKS, *The social framework*, cit., págs. 198 e segs.; ARENA, *Dell'ottima popolazione*, cit., págs. 22 e segs.; DELL e LUTHRINGER, cit., págs. 41 e segs,.

As considerações que precedem têm o mérito de nos pôr em guarda contra o emprêgo, hoje muito generalizado, dos vocábulos sobrepopulação e subpopulação e seus índices reveladores. Assim, quanto a êstes últimos, é evidente o escasso valor da relação entre a população e o território, isto é, da densidade aritmética como sinal de um ou outro daqueles estados, já que o seu volume é função de muitas variáveis. Êle é condicionado pelo desenvolvimento da técnica produtiva, pelo montante e carácter dos recursos económicos disponíveis e pela diversa utilização que dêles faz o homem. Consoante a forma de actividade predominante seja a agricultura, a indústria ou o comércio, assim o número de pessoas que pode viver em determinada área varia largamente (1). Consulte-se qualquer estatística e imediatamente se verá que a densidade aritmética da população é incomparàvelmente maior nas regiões industriais e comerciais do que nas agrícolas, sem que seja lícito falar de qualquer pressão do número de habitantes sôbre os recursos disponíveis. E, supondo que a agricultura é a actividade dominante, o volume de população por unidade de superfície depende ainda naturalmente de condições naturais e económicas. Mencionaremos, entre as primeiras, a natureza do solo, do sub-solo imediato e profundo, o relêvo, o regime hidrográfico, etc., e, das segundas, o grau de fertilidade adquirida dos terrenos, o sistema de cultivo, a grandeza das explorações, a existência de mercados fáceis, de capitais, etc..

Nem muito mais satisfatória é a densidade fisiológica

---

(1) A densidade aritmética é mínima nos povos que se dedicam à caça e vai crescendo gradualmente consoante a actividade dominante é a pastorícia, a agricultura, a indústria ou o comércio. Cfr. Fontana Russo, *Lezioni di politica economica*, cit., pág. 232; Pedro Gual Villalbi, *Teoria de la politica comercial exterior*, Barcelona, 1940, pág. 556; *Politique sociale et population*, in *Revue international du travail*, 1939, vol. XXXIX, pág. 333.

como índice de um estado de sobrepopulação. Tal densidade exprime o número de habitantes por km² de solo produtivo de um certo território nacional. Simplesmente, um hectare de terra em certo país ou região tem muitas vezes um significado quantitativo muito diferente, como factor de produção, de um hectare de terreno em outro país ou região. Na verdade, é preciso atender à qualidade do solo, às condições climáticas, métodos de cultivo, natureza das principais colheitas, uso intensivo de fertilizantes etc. Depois, consoante o ramo de actividade predominante, uma alta densidade fisiológica não apresentará quaisquer inconvenientes, desde que, através do comércio externo, se consigam os alimentos indispensáveis à população. Sucede assim quando se trata de países prevalentemente industriais ou comerciais com acesso aos mercados e um abastecimento garantido de matérias primas, mas já podem surgir problemas bastante sérios quando se trata de países predominantemente agrícolas (1).

Efectivamente neste último caso, a alta densidade fisiológica vai fatalmente traduzir-se numa elevada densidade agrária, exprimindo esta o número de pessoas que se dedicam à agricultura por km² de terra cultivada. Ora, sabido que a agricultura é, de certo modo, incompatível com uma população densa em razão das escassas possibilidades de realizar a divisão do trabalho, da sua submissão ao ritmo das estações e da breve actuação da lei dos rendimentos decrescentes, compreende-se que, afora o caso de terrenos excepcional-

---

(1) IMRE FERENCZI, *L'optimum synthétique du peuplement*, Paris, 1938, págs. 22 e segs.; FREDERIC SHERWOOD DUNN, *Peaceful change. A study of international procedures*, Nova York, 1937, págs. 54 e segs.; ELIZABETH BOODY SCHUMPETER, *Population and raw materials*, apud *The industrialization of Japan and Manchukuo 1930-1940: Population, raw materials and industry*, Nova York, 1940, págs. 61 e segs.

mente férteis, da existência de bons mercados e de uma forte provisão de capitais, a elevação da população agrária além de certo volume acarrete conseqüências económicas importantes. Considerando que as duas últimas condições só muito raramente se verificam nos países agrícolas, a densidade agrária pode caracterizar melhor o problema da população em cada país se a equacionarmos com os dados que possuímos no que respeita à produtividade do solo. Eis a situação em alguns países:

	Densidade agrária (por Km²)	*Superfície útil por 1.000 habitantes da população agrária* (em Km²)
Bélgica	71	14,1
Holanda	72	13,9
Itália	90	11,1
Roménia	74	13,5
Polónia	91	11,0
Bulgária	98	10,2
Jugôslávia . . .	77	13,0
Portugal	88	11,3

Por seu turno, a produtividade do solo, quando cultivado com cereais, resulta do quadro seguinte:

RENDIMENTO POR HECTARE. MÉDIA 1924-1938

(em quintais)

Paises	*Rendimento*	*Números índices. Média europeia = 100*
Bélgica	25,3	183,3
Holanda	24,7	171,7
Itália	15,0	108,7
Roménia	9,6	69,6
Polónia	11,1	80,4
Bulgária	11,2	81,2
Jugôslávia	13,0	94,2
Portugal	7,8	56,5

Mas não se julgue que todos os países constantes dêstes quadros se encontram em idêntica situação. Pois, não obstante as suas elevadas densidades agrárias, nem a Bélgica nem a Holanda se vêem a braços com um problema de sobrepopulação. Contribuem para êsse resultado as elevadas produtividades do solo, uma cultura muito intensiva, a proximidade de densas regiões industriais que constituem ótimos mercados e a tendência das suas populações para satisfazerem necessidades muito variadas; e a influência dêstes factores é tão grande que ambos os países se classificam como sendo de imigração (1).

Feitas estas restrições, a situação pode de uma maneira geral caracterizar-se assim: o progressivo aumento da população conduz naturalmente a um aumento do cultivo tanto em extensão como em intensidade. Na verdade, o aumento da procura de géneros agrícolas pode ser satisfeito ou pelo cultivo de novos terrenos, de terrenos até então em bravio e que não tinham sido explorados em virtude da sua produtividade inferior ou pelo desenvolvimento da cultura nos terrenos já utilizados, isto é, pela inversão de novas doses de capital e trabalho nas quintas, explorações ou herdades já existentes. Criam-se assim duas margens de cultura — uma intensiva e outra extensiva — e, por razões evidentes, o custo marginal é o mesmo em ambas as margens. Pois, por virtude da intensificacão da produção nas terras mais férteis, breve se atinge um ponto em que a sua produtividade marginal se torna inferior à mais alta produtividade possível nos terrenos menos férteis. Daí que a mais lucrativa distribuïção do trabalho e do capital se consiga quando as suas produtividades marginais sejam as mesmas em tôda a terra cultivada ou, o

---

(1) FERENCZI, *L'optimum synthétique du peuplement*, cit., págs. 27 e segs.; ANTON REITHINGER, *Le visage economique de l'Europe*, Paris, 1937, pág. 31.

que lhe equivale, sempre que o custo marginal seja por tôda a parte o mesmo (1).

Mas, se os terrenos são agràriamente de diversa natureza, compreende-se que, para cada classe e para cada produto agrícola — dado o nível dos conhecimentos técnicos — haja um mínimo de meios de produção (de intensidade) abaixo do qual não é dado obter nenhum produto apreciável; e um máximo de intensidade acima do qual não é possível alcançar nenhum aumento de produto. Entre êste mínimo e êste máximo, o produto unitário não aumenta proporcionalmente com o acréscimo de intensidade, mas — pelo menos além de certo limite — menos do que proporcionalmente.

Ora, tanto o produto total máximo como o produto médio e marginal mais elevados são diferentes nos terrenos de diversa classe: nos de classe inferior são baixos e podem ser atingidos com um pequeno emprêgo de meios sôbre uma unidade de superfície; nos mais férteis tais produtos são mais elevados e a sua consecução postula um maior emprêgo de meios. Significa isto que, se a fertilidade média dos terrenos é baixa, será escassa a sua capacidade de absorção dos demais elementos produtivos.

E acresce que, por virtude da actuação da lei dos rendimentos decrescentes, não convém geralmente continuar a exploração agrícola até ao ponto em que o rendimento total é máximo. Efectivamente, atingido um certo produto unitário, todo o ulterior emprêgo de meios provoca uma diminuïção do produto médio e do produto marginal e só determina aumentos da produção total cada vez mais insignificantes. Ora, dado que o rendimento marginal exprime a produtividade dos factores variáveis e supondo uma comunidade não

---

(1) R. Cohen, *The economics of agriculture*, Cambridge, 1942, págs. 26 e segs.; William Kiekhofer, *Economic principles, problems and policies*, cit., págs. 558 e segs.

exclusivamente agrícola, a progressiva diminuïção do rendimento marginal daquêles factores determinará naturalmente os seus proprietários e transferi-los para outras ocupações onde possam render mais. O contrário importaria uma pura perda e afectaria os rendimentos individuais e da comunidade.

Num país exclusiva ou predominantemente agrícola tal transferência é, porém, impossível ou difícil, dada a inexistência ou insuficiência dos empregos alternativos. Daí que, se a população cresce em ritmo rápido, a situação seja de molde a determinar a existência de um proletariado agrário cada vez mais numeroso. E, se supusermos que a produtividade média dos terrenos é baixa, o resultado não pode deixar de ser o de se ultrapassar o ponto em que o rendimento médio e marginal são máximos e o de se tender ràpidamente para aquela situação em que o produto total atinge a maior elevação e o produto marginal desce ao mínimo. Se o processo continua, não é mesmo de excluir a hipótese de o produto total diminuir e de o produto marginal alcançar valores negativos. Mostra-nos isto que, em qualquer colectividade que se encontre em semelhante situação, o rendimento real nacional *per capita* não pode deixar de ser muito baixo (1).

E agora já se compreende melhor o significado da afir-

---

(1) Demonstra COLIN CLARK (*The conditions of economic progress*, Londres, 1940) que o rendimento real nacional *per capita* diminue à medida que aumenta a proporção de trabalho investido na actividade agrícola em relação ao trabalho nacional total e que é tanto mais elevado quanto maior fôr a actividade industrial. Em geral, nos países onde o trabalho dedicado à actividade agrícola é igual a superior a 50 % do trabalho nacional total, o rendimento real *per capita* é muito baixo: Espanha, Grécia, Portugal, Polónia, Bulgária, Letónia, Estónia, etc., etc. Citado por GIOVANNI DEMARIA, *Il problema industriale italiano*, in *Giornale degli economisti*, 1941, pág. 529 e segs.; cfr. ANTÓNIO ROBERT, *Un problema nacional: La industrializacion necesaria*, Madrid, 1943, pág. 56 e seg.

mação muito freqüente de que um país agrícola dêste tipo se encontra numa situação de sub-emprêgo crónico. Sucede assim porque a produtividade marginal do trabalho é sempre medíocre e, por vezes, nula nos aglomerados rurais em que um número de trabalhadores superior ao necessário se dedica a actividade agrícola. Esta produtividade irrisória dos trabalhadores marginais contribue, por seu turno, para manter o rendimento nacional e, portanto, o poder de compra das massas a um nível muito baixo (1). E a verdade é que, sem um acréscimo notável da produtividade, é utópico esperar uma elevação sensível dos salários.

43 - Todo o país agrícola se serve dos excedentes da sua produção para adquirir no estrangeiro os produtos manufacturados de que carece. Vamos imaginar, uma vez mais, que Portugal encarna o tipo dos países agrícolas e que a Inglaterra, simbolizando o resto do mundo, representa os países industriais; supõem-se, por outro lado, duas mercadorias apenas, o trigo e os tecidos. E vamos admitir ainda que, em Portugal, os custos de um quintal de trigo e de uma peça de tecidos são respectivamente de 5 e 15 e que, na Inglaterra, os custos de idênticas mercadorias são de 5 e 10. Sempre que assim suceda, verificam-se as condições indispensáveis para o surgir do comércio internacional, estabelecer-se-á um câmbio entre as moedas dos dois países e Portugal começará a exportar trigo e a importar tecidos.

---

(1) Eis, a título de exemplo, os índices dos salários reais em alguns países no ano de 1928:

Portugal	32	Inglaterra	100
Estónia	41	Suécia	101
Espanha	45	Estados-Unidos	191

Cfr. Ohlin, *Interregional and international trade*, cit., pág. 274.

A existência dêste comércio diz-nos logo que Portugal tem uma vantagem comparada na produção de trigo e a Inglaterra no fabrico de tecidos; e, admitindo a existência de dois factores apenas, é legítimo afirmar que na base dessas vantagens estão diferenças vincadas na escassez e preços dos factores. Pois, certo como é que a produção agrícola apela sobretudo para o factor terra e que o fabrico de tecidos necessita de grandes montantes de mão-de-obra, a superioridade num ou noutro ramo de actividade pressupõe evidentemente ou baixas rendas ou salários reduzidos.

Admitamos, porém, que, posteriormente, aumenta a população em Portugal e que ela se mantém estacionária na Inglaterra. Sempre que isto se verifique, e através de uma fenomenologia que já descrevemos, vai elevar-se a renda da terra e descer o nível dos salários em Portugal, conseqüência do amanho de terras cada vez menos férteis ou mais afastadas. Paralelamente, a actuação da lei dos rendimentos decrescentes, determinando aumentos de produção menos do que proporcionais ao aumento do consumo, fará com que uma porção de trigo cada vez mais considerável seja subtraída ao comércio internacional e destinada ao comércio interno. O resultado não pode deixar de ser o de se alterar a primitiva razão de custos comparados. Pois, se a proporção de terra para o trabalho na produção de trigo é muito grande e muito pequena na de tecidos, a elevação da renda e a baixa dos salários não deixará de afectar desfavoràvelmente o cultivo do trigo e de tornar mais económico o fabrico de tecidos.

Assim, num segundo momento, é bem natural que os custos de um quintal de trigo e de uma peça de tecidos sejam, em Portugal, respectivamente de 6 e 12. Nesta altura, evidentemente, o comércio é completamente indiferente a qualquer dos países. Mas, se o processo continua, o cultivo do trigo será cada vez mais prejudicado e lá chegará a ocasião em que o custo de ambas as mercadorias será de 9, isto

é, em que um quintal de trigo se permuta por uma peça de tecidos. Quando isso se verificar, já Portugal terá tôda a vantagem em se dedicar exclusivamente ao fabrico de tecidos e em importar todo o trigo de que carecer. Simplesmente, como se equaciona um país pequeno com o resto do mundo, não se pense que a nossa oferta de tecidos será bastante para abastecer todos os demais países. Significa isto, por outras palavras, que os tecidos continuarão ainda a ser fabricados na Inglaterra e que só determinadas províncias da economia mundial, digamos a Argentina, Canadá, Austrália etc., particularmente indicadas para a cultura do trigo, se concentrarão exclusivamente no seu cultivo. Eis como o fenómeno do aumento da população é susceptível de provocar uma completa inversão da escala de custos comparados.

Mas é ainda possível supôr que, não obstante ser esta a sistematização econòmicamente mais conveniente tanto para a Inglaterra como para Portugal, se persistia em produzir trigo no nosso país. Como o seu custo de produção é entre nós bastante elevado e a sua cotação mundial desceu extraordinàriamente, não só em virtude do melhoramento das condições de cultivo mas ainda de uma crise violenta que impende sôbre a agricultura desde a última Grande-Guerra, é evidente que a cultura do trigo só poderia ser mantida entre nós recorrendo à protecção. Ora a concessão de tarifas significaria, neste caso, que renunciávamos, em benefício da Inglaterra, aos termos de comércio extremamente favoráveis derivados da especialização completa. Depois, a protecção teria como efeito manter os factores de produção em actividades em que são relativamente improdutivos, conservar os preços das mercadorias a um nível artificialmente alto e baixar ainda mais o nível de vida; como corolário, seguir-se-ia ainda o absurdo de se prejudicarem as indústrias de exportação, susceptíveis de absorver numerosos braços em regulares condições de produtividade, em benefício da agricultura caracterizada precisamente pelas escassas possibilidades de

emprêgo que oferece. No entanto, talvez razões de ordem política ou semelhante justifiquem o facto hoje observável de não haver nenhum país no mundo que não faça rodear a sua agricultura de uma elevada muralha aduaneira.

44 — Vai Portugal especializar-se na produção de tecidos, isto é, industrializar-se. Mas afinal, preguntar-se-á, que é a industrialização?

Nós dissemos que a generalidade dos países agrícolas, atingida aquela fase em que se esgotara a capacidade de absorção de trabalho por parte da terra, breve se encontrou a braços com enormes excedentes de população agrícola. Evidentemente, não existe nenhum *test* absoluto de que determinado país alberga mais habitantes do que os que podem ser mantidos com os meios de subsistência disponíveis. Mas basta observar o imenso trabalho físico que os habitantes de alguns países têm que dispender para extrair do solo a mais frugal subsistência, apontar a circustância de uma má colheita se poder converter em vasta miséria, atentar no cuidado com que se evita qualquer perda e, no fim de contas, no nível de vida extraordinàriamente baixo dessas populações para logo nos convencermos de que o problema da população é real.

Mas a verdade é que, até êste momento, temos raciocinado como se houvesse apenas dois factores de produção: a natureza e o trabalho. E semelhante premissa não seria de molde a comprometer o bem fundado dos raciocínios, se todos os países se encontrassem igualmente dotados de capital. Não é êste, porém, o caso. Pois, o equipamento de capital é aumentado pelo uso de uma parte do poder produtivo da comunidade, durante certo período, na construção de novo equipamento (investimento). Sucede, porém, que o montante dêsse poder produtivo é extraordinàriamente baixo nos países agrícolas do tipo a que nos vimos referindo. Ora, quando a produtividade média de uma comunidade é baixa, ela terá já

grandes dificuldades em produzir bens de consumo bastantes para a satisfação das necessidades básicas da vida e o resultado é que pouco poder produtivo haverá para gastar em bens de investimento. Os países nesta situação estão envolvidos num círculo vicioso: uma maior oferta de equipamento de capital permitir-lhes-ia fugir aos inconvenientes do excesso de população, mas êles estão tão profundamente mergulhados na rêde de inconvenientes derivados de uma população excessivamente numerosa que, em regra, não são capazes de produzir tal equipamento de per si (1).

A sua situação diverge da dos países tìpicamente agrícolas na medida em que dispõem de uma população exuberante e, portanto, de uma quantiosa oferta de trabalho; afasta-se igualmente da das grandes potências industriais enquanto o equipamento de capital ao seu dispôr é escasso.

Excluídas soluções de resultados duvidosos e de eficácia largamente diferida no tempo, tais como o melhoramento da técnica agrícola; rejeitadas liminarmente, por contrárias aos princípios informadores da política de muitos Estados, medidas draconianas do género do contrôlo dos nascimentos, o problema comporta apenas duas soluções. Na verdade, se os princípios informadores da divisão internacional do trabalho se devem aplicar, ou o trabalho se desloca em direcção ao capital — e temos a emigração — ou o capital se move em direcção ao trabalho e nisto reside a essência da industrialização (2).

45 — Hipotèticamente, a má distribuïção da população em relação aos recursos poderia ser remediada pela emigra-

---

(1) J. R. Hicks, *The social framework*, *cit.*, págs. 55 e segs.; Kiekhofer, *Economic principles, problems and policies*, *cit.*, págs. 680 e segs.

(2) P. N. Rosenstein — Rodan, *Problems of industrialisation of eastern and south — eastern Europe*, in *The economic journal*, vol. LIII, 1943, págs. 202 e segs.

ção. Pois, se o preço unitário do trabalho nos países em que êle é abundante é baixo em relação aos dos outros factores e se a sua produtividade e, portanto, o seu preço é elevado nos países em que êle é um factor escasso, então a observação individual de uma melhor situação económica induzirá naturalmente os indivíduos a deslocarem-se do primeiro grupo de países para o segundo. Assim, do mesmo modo que uma corrente hidráulica supõe uma diferença de níveis ou uma corrente eléctrica potenciais divergentes, tôda a corrente migratória atesta normalmente uma diferença de condições de existência. Os movimentos do trabalho representam, pois, uma adaptação da oferta dêste factor às diferenças na oferta dos outros factores e às condições da procura.

Ora, à medida que o trabalho se desloca de países onde o seu preço é relativamente baixo para outros em que é elevado, a sua escassez e, portanto, a sua remuneração aumenta nos primeiros e baixa nos últimos. A sua mobilidade internacional contribuirá para igualar as taxas de salários nos vários países e, desta maneira, resolver o problema da população.

Sucederia assim se a deslocação do trabalho no espaço não conhecesse atritos nem obstáculos de maior. É, que, na verdade, no caso de países com uma população ràpidamente crescente, o auxílio fornecido pela emigração será apenas temporário, salvo se ela se puder manter a uma taxa elevada. Simplesmente, como ADAM SMITH já reconheceu, o trabalhador é de tôdas as bagagens a mais difícil de transportar. Começa-se logo por verificar que as migrações em larga escala partem sempre das camadas mais pobres da população e o custo da distância oporá freqüentemente obstáculos intransponíveis à emigração.

Depois, factores insusceptíveis de uma expressão em têrmos económicos revelam-se contìnuamente actuantes e alteram os próprios têrmos do problema. Repare-se em que é a própria pessoa que se desloca; e compreende-se

que factores de ordem psicológica, social e sentimental e considerações atinentes, não já à elevação do salário, mas à estabilidade da ocupação, à situação e condições de vida, contribuam para dar ao mercado do trabalho um carácter particularmente viscoso. É indiscutível que, apesar das condições inferiores que impõe um solo ingrato ou a falta de indústrias prósperas numa região, muitas pessoas permanecem fièlmente ligadas à terra que as viu nascer. O resultado é que um simples desnível nas condições de existência em duas regiões já não é de molde a provocar uma corrente migratória em todos os casos, nem mesmo quando atinja proporções bastante elevadas.

E, como se todos êstes obstáculos ainda não chegassem, por tôda a parte se levantam restrições artificiais à emigração. Faz-se o contrôlo da emigração por exclusão, por selecção, fixam-se contingentes anuais e daí que os salários encontrem o seu ponto de equilíbrio a um nível muito diferente daquêle que atingiriam num mundo em que a mão-de-obra pudesse circular livremente (1).

Mas o problema da emigração dos países agrícolas a braços com uma população numerosa reveste aspectos par-

---

(1) As restrições artificiais baseiam-se geralmente na crença de que a taxa de aumento natural da população será mais do que suficiente para assegurar uma população bastante e na convicção de que os emigrantes, sendo pessoas da mais baixa qualidade, vão contribuir para a baixa dos salários e para enfraquecer as organizações operárias. Nos Estados Unidos, por exemplo, temos, em primeiro lugar, um contrôlo da emigração por exclusão, aplicado àqueles povos em relação aos quais a assimilação é impossível, em regra os negros e amarelos. Depois, há o contrôlo por selecção que visa a melhorar a qualidade do emigrante sem afectar necessàriamente a sua quantidade. Uma última e mais drástica medida consiste em limitar o número de emigrantes que cada ano podem entrar nos portos do país. Cfr. SLICHTER, *Modern economic society*, *cit.*, págs. 245 e segs.; KIEKHOFER, *Economic principles*, *cit.*, págs. 244 e segs.; FREDERIC SHERWOOD DUNN, *Peaceful change*, *cit.*, págs. 72 e segs.

ticulares que lhe emprestam maior complexidade. Assim, apenas certas espécies de emigração serão úteis para tais países e entre elas avulta a dos trabalhadores rurais não qualificados. Ora esta emigração dirigir-se-á quási sempre para áreas de actividade altamente desenvolvida, onde o trabalho está pronto para absorver os emigrantes; e êstes países opõem, em regra, as maiores dificuldades à entrada daquêles trabalhadores rurais. Os indivíduos a quem são concedidas tôdas as facilidades para emigrar são precisamente aquêles de que os países em questão mais precisam.

46 — A emigração não fornece, pois, o remédio indispensável para o problema da ocupação de uma população numerosa e em contínuo aumento. Mas a verdade é que, pelo menos alguns países, dispõem de colónias bastantes para onde encaminhar as suas populações excedentárias e outros, que as não possuem, não cessam de as reclamar em ordem à consecução de idêntica finalidade (1). E, certamente, em relação a estas, não se verifica a existência de quaisquer restrições artificiais tendentes a obstar às correntes migratórias. Muito, pelo contrário, através de um conjunto de variadas medidas, procura-se estimular essas correntes, processo valioso de valorizar os territórios coloniais. Nem, por outro lado, se corre o risco de perder os emigrantes, pois não há aqui países de destino a procurarem, através da assimilação, nacionalizar os emigrantes.

Mas, se é verdade que não há restrições artificiais, não é

---

(1) A palavra colónia deriva do latim *colere*, cultivar, habitar: daí os vocábulos *colonie*, em francês, colónia, em espanhol e português, *colony* em inglês, *kolonien*, em alemão; em japonês, a palavra colónia *(Shkumin-chi)* significa, à letra, terra para plantar população ou terra para aumentar a população: Cfr. CESARE COSCIANI, *L'economia coloniale ed il concetto economico di colonia*, in *Rivista di politica economica*, 1939, págs. 618 e seguintes.

menos certo que as restrições de ordem voluntária são bem mais intensas. Efectivamente, é indubitável que se requere um esfôrço muito maior para colocar emigrantes de países europeus em áreas tropicais ou semi-tropicais do que em países com clima similar ao seu. Pois, se a permanência do branco em regiões coloniais não é possível sem grave prejuízo da sua saüde ou sem freqüentes estadias na metrópole, o custo da emigração torna-se excessivamente alto ou mesmo proïbitívo. E a verdade é que os sectores coloniais próprios para serem habitados pelos brancos já vão tendo uma população relativamente densa.

Depois, o emigrante dos países agrícolas que se encaminha para áreas de emigração na zona temperada vai ao encontro de capitais instalados e com capacidade para lhe fornecerem imediatamente por meio do salário a retribuição do seu trabalho. E, na verdade, se a emigração é um simples movimento do trabalho em direcção ao capital, é evidente que o meio imigratório deve reünir condições de pronta e efectiva absorção de trabalho e não meramente futura e potencial. Ora, quando se trata de deslocar massas humanas para áreas coloniais torna-se necessário distinguir cuidadosamente o fenómeno da emigração do fenómeno da colonização. Pois, quási sempre, tais regiões estarão longe de constituir um meio imigratório, em virtude de ainda não estar preparado o ambiente físico e económico que lhe é próprio. Antes que isso se verifique, torna-se necessário construir portos, estradas de acesso e de comunicação, habitações, instalações sanitárias, organizar o regime de águas, etc., etc.; para a efectivação de tudo isso, torna-se indispensável um fluxo paralelo de capital e trabalho em direcção aos recursos naturais e é nisto que vem a residir afinal a essência da colonização. Paralelamente, ir-se-à criando um ambiente económico e só quando as condições dêste — traduzidas pela elevação dos salários — reclamarem mais trabalho é que haverá lugar para o aparecimento do fenómeno da

emigração. O primeiro fenómeno é qualitativo e especìfico, pode ser dirigido e, em regra, nunca poderá auxiliar em medida significativa a resolução do problema da população; o segundo é quantitativo e automátíco.

Feitas estas distinções, urge reconhecer que a obra de colonização realizada até hoje pelos vários Estados está muito longe de ter conseguido um ambiente imigratório suficiente para a colocação de grandes massas de população. Primeiro, a obra de preparação do ambiente físico, pelos capitais ingentes que absorve, é trabalho a realizar em longos anos. Depois, se exceptuarmos as zonas mineiras, as condições de desenvolvimento da actividade agrícola são particularmente lentas e dependem de elementos atinentes aos próprios colonos e de condições exteriores. Entre os primeiros, é preciso fazer realçar as possibilidades de integração do nativo na disciplina de um trabalho ordenado e contínuo; das últimas, torna-se indispensável mencionar, em virtude da sua fundamental importância, as possibilidades de absorção que oferecem aos produtos os mercados externos. Quanto estas últimas sejam diminutas, é facto que pode verificar-se folheando qualquer estatística (1).

As realidades véem em apoio das afirmações até aqui expendidas. Na verdade, mostram-nos as estatísticas que apenas 40.000 europeus e americanos se estabeleceram nas colónias britânicas da Ásia. O número de colonos brancos nas possessões africanas da Inglaterra, exceptuada a Rodésia, e nas colónias francesas da Ásia é aproximadamente o mesmo. Por seu turno a população branca das antigas colónias ale-

---

(1) Prof. ARMINDO MONTEIRO, *Les portugais dans la colonization contemporaine*, Lisboa, 1933, págs. 6 e segs.; HENRIQUE GALVÃO, *Angola (para uma nova política)*, Lisboa, 1937, págs. 272 e segs.; CORRADO GINI, *Emigrazione e colonie*, *in Rivista di politica economica*, 1938, pág. 349.

mãs de África oscilava, antes da guerra de 1914, por 20.000 habitantes e, em 1931, as quatro colónias italianas de África não eram habitadas senão por 57.000 brancos (1).

47 — Reconhecida a necessidade de industrializar qualquer área, nem por isso deixam de surgir numerosos problemas que o político, ao pretender levar a efeito a sua tarefa, tem de afrontar.

O primeiro dêles, se nos é lícito estabelecer precedências, diz respeito à forma que a industrialização deve revestir. Ora há duas maneiras fundamentalmente diferentes de industrializar qualquer região ou nação. Uma delas, representada pelo modêlo russo, visa a autosuficiência, sem recorrer a investimentos internacionais. Isto implica evidentemente a construção de todos os degraus da indústria, desde as indústrias mais pesadas até às mais ligeiras, com o resultado final de se conseguir uma economia nacional construída como um *concern* industrial vertical.

Mas um semelhante processo apresenta graves desvantagens. Pois, se se abstrai completamente dos investimentos internacionais, o ritmo da industrialização será necessàriamente muito lento em virtude de o capital ter de ser obtido a expensas de um nível de vida e de consumo que são já muito baixos. O processo indicado será naturalmente o de canalizar as disponibilidades de numerário existentes em cada momento — certamente reduzidas — para fim de industrialização ou de, através de impostos e de uma expansão do crédito, forçar os particulares a poupar. Como quer que seja, o processo não poderá ser levado a cabo sem pesados e desnecessários sacrifícios. E acresce que, com semelhante

---

(1) OHLIN, *Rapport*, cit., pág. 163. DELL e LUTHRINGER, *Population resources and trade*, cit., págs. 80 e segs.; FREDERIC SHERWOOD DUNN, *Peaceful change*, cit., pág. 79.

método, se chegará à formação de unidades independentes no quadro da economia mundial, com evidente sacrifício das vantagens inerentes à divisão internacional do trabalho.

Um segundo processo integraria os países ou regiões a industrializar na economia mundial, fomentando a instalação ou desenvolvimento daquelas indústrias que, por razões de custos comparados, ofereçam as condições necessárias para prosperar; em matéria de financiamento, recorrer-se-ia a investimentos internacionais conjugados, na medida do possível, com investimentos internos. Êste método apresenta várias vantagens. Assim, pode ser muito mais rápido e implica menores sacrifícios para o consumo dessas regiões ou países; depois, tem o grande mérito de se harmonizar com os princípios da divisão internacional do trabalho. Quanto a êste último aspecto, sendo dado que nos países agrícolas de que tratamos o capital é naturalmente bastante mais caro do que nos países mais avançados, está evidentemente excluída a instalação, de início, de indústrias pesadas e isso por duas razões. Primeiro, o capital que tem de ser investido para absorver trabalhadores adicionais na indústria varia grandemente consoante a natureza desta. Calculou-se na Inglaterra que o investimento necessário por cada trabalhador é de 150 a £ 200 nas indústrias ligeiras e de 1000 a £ 2000 nas indústrias mais pesadas. Depois, tendo em conta apenas a Europa e para fins de uma economia expansiva, as indústrias pesadas existentes na U. R. S. S., Inglaterra, Alemanha, França e Suiça podem certamente fazer face a tôdas as necessidades dos países agrícolas a industrializar. Significa isto que está naturalmente aconselhada a instalação de indústrias ligeiras que produzam sobretudo artigos baratos e de grande consumo local. Alguns dêles começarão a ser exportados para países similares, mais atrasados no processo de industrialização ou menos indicados para ela, e só à medida que o processo se generaliza e a perícia e o capital aumentam é que o comércio revestirá a

a forma mais complicada de uma troca de bens de qualidade diferente (1).

48 — Mas, se com a industrialização se não procura colocar o país à margem do comércio internacional, é flagrante a conveniência de orientar a poupança para aquêles ramos de produção em que se julga possível a obtenção de uma vantagem comparada e tornam-se necessários os maiores esforços no sentido da redução do custo.

Ora o país em consideração disporá certamente de maior vantagem na produção daquelas mercadorias que utilizem largamente os factores que aí são baratos ou, por outras palavras, abundantes. Daí que se revista do maior interêsse o estudo das condições que governam os custos comparados. Pois, a produção de qualquer mercadoria começa por requerer uma certa quantidade de recursos naturais e, em relação a êles, qualquer país se pode encontrar numa das seguintes situações extremas: ou os possue em grande quantidade e fàcilmente acessíveis; ou são escassos e pouco acessíveis ou, finalmente, não os possue. Consoante se verifique uma ou outra situação, assim os preços dêstes recursos serão diferentes e igualmente diversa a conveniência de localizar a produção das mercadorias que os utilizem em determinado país.

Efectivamente, o seu preço será baixo na primeira hipótese, elevado na segunda e, se determinado país os não possue, então a pretensão de criar indústrias manufactureiras que dêles dependam deve confrontar-se sempre com as adições ao custo de produção derivadas dos encargos de trans-

---

(1) Cfr. ROSENSTEIN-RODAN, *Problems of industrialisation of eastern and south-eastern Europe, cit.*, págs. 204 e segs.; A. J. BROWN, *Industrialisation and trade, cit.*, págs. 34; ANTONIO ROBERT, *Un problema nacional: La industrialización necesaria, cit.*, págs., 197 e seguintes.

porte. Sempre que estas indústrias empreguem grandes quantidades físicas de tais recursos e que o transporte dêstes a longas distâncias seja muito dispendioso, está claramente desaconselhada a sua instalação. Pelo contrário, se se trata de indústrias em que o recurso a matérias primas e a fôrça motriz de fontes externas não é dispendioso (já porque sejam usadas em pequenas quantidades físicas em relação ao valor do produto, já em virtude da sua fácil transportabilidade), a abundância de trabalho da qualidade especialmente requerida e a proximidade dos mercados são os principais factores condicionantes da sua localização (1).

Mas um outro problema surge. Pois, de um modo geral, é lícito afirmar que o volume de investimentos depende de duas causas principais: do preço dos factores de produção e da procura efectiva dos produtos acabados, chegados ao último sector do consumo. Assim, uma queda de taxa de juro estimula o investimento e o mesmo sucede quando se prevê um aumento da procura dos produtos. Isto não impede, porém, que alguns investimentos sejam muito mais elásticos em resposta a variações da taxa de juro e que outros sejam bastante mais sensíveis às variações da procura dos produtos (2).

Ora um simples confronto das taxas de desconto e do rendimento dos títulos da dívida consolidada nos vários países é bastante para nos levar à conclusão de que as taxas de juro variam largamente no espaço. E, històricamente, é possível notar uma estreita correlação entre as taxas de juro

---

(1) Ellsworth, *International economics*, cit., págs. 128 e seguintes; A. J. Brown, *Industrialisation and trade*, cit., págs. 16 e seguintes.

(2) Vide, entre outros, Oskar Lange, *The rate of interest and the optimum propensity to consume*, in *Economica*, 1938, págs. 31 e seguintes; A. M. Neuman, *La funzione attiva dei risparmi e la teoria dell'espansione economica*, in *giornale degli economisti*, 1939, págs. 905 e seguintes.

e o desenvolvimento económico: as taxas elevadas prevalecem nos países novos e em áreas pouco desenvolvídas, enquanto que as taxas reduzidas predominam nos países mais velhos ou em áreas econòmicamente amadurecidas. Alguns factores explicam aquela mais alta taxa de juro e os mais óbvios dizem respeito à quantidade de poupança disponível e ao risco. A primeira será normalmente diminuta, já que se trata de regiões em que o nível de vida é, em regra, muito baixo e em que, portanto, são escassas as possibilidades de capitalização. Por seu turno, a novidade dos desenvolvimentos empresta um acentuado carácter especulativo aos investimentos em tais regiões e daí que, para atrair capitais, se torne necessário oferecer aos credores algo mais estáveis nas áreas já desenvolvidas (1).

Simplesmente, a taxa de juro de um país é susceptível de ser confrontada com a taxa de juro de outro país ou com as remunerações relativas dos restantes factores, no mesmo país. Posta a questão nêste último plano e raciocinando apenas com dois factores de produção, é bem natural que nos países agrícolas o preço da utilização do capital seja elevado e baixo o preço de utilização do trabalho.

Mas nós definimos a industrialização como uma deslocação do capital em direcção ao trabalho e não há dúvida de que uma mecanização intensiva do fabrico mais não significa do que uma substituição do factor de produção trabalho pelo factor de produção capital. Sem dúvida, tal substituição é tècnicamente possível, mas, debaixo do ponto de vista económico, só será aconselhável quando a relação entre o salário e o juro o permita.

No ponto de vista da emprêsa, a combinação de factores

---

(1) ARCHIBALD MC ISAAC E JAMES SMITH, *Introduction to economic analysis*, Boston, 1937, págs. 341 e segs.; PASQUALE JANNACCONE, *Lezioni di economia politica*, Turim, 1936, págs. 295 e segs .

mais vantajosa, ou a combinação ótima, é aquela que lhe proporciona o mais alto rendimento líquido. Esta situação é atingida quando o custo marginal e o rendimento marginal são iguais, ou seja, quando a substituição de um factor por outro tiver sido levado até ao ponto em que a adição ao custo total (custo marginal), resultante do emprêgo de uma ulterior unidade de um factor, compensaria exactamente a redução do custo total obtida pela eliminação de uma unidade de um outro factor.

Ora, se nós supusermos que tanto o capital como o trabalho são perfeitamente divisíveis em unidades do tamanho desejado e que a procura dos produtos é dada, então a combinação ótima vem a depender, em última análise, dos preços relativos dos factores e da elasticidade de substituição respectiva. Assim, se o montante de juros a pagar é muito elevado e se o empresário, em ordem a obter uma determinada produção, tem possibilidade de reduzir o custo total e marginal, substituindo algum equipamento de capital por novos braços, certamente adoptará êste processo. Donde é lícito concluir que a elevação da taxa de juro em relação aos salários é factor que condiciona a adopção de métodos de produção mais ou menos capitalistas e indirectos (1),

---

(1) Êste facto reveste-se de uma importância fundamental e altera a própria natureza da estrutura do capital. Por êle se explica parcialmente que a Inglaterra e os Estados Unidos se distingam pelo seu grande uso de máquinas e outras formas de equipamento de capital; por outro lado, a Polónia e os países balcânicos, com taxas de juro normalmente elevadas, são obrigadas a contentar-se com métodos mais primitivos. Trata-se de uma circunstância que afecta de modo vital a estrutura industrial das nações. Cfr. WILHELM RÖPKE, *L'industrialisation des pays agricoles. Probleme cientifique*, in *Revue economique internationale*, 1938, volume III, págs. 126 e segs.; ELLSWORTH, *International economics*, cit., págs. 115 e segs.; MC ISAAC e SMITH, *Introduction to economic analysis*, cit., págs. 240 e segs..

49 — Dos mais elementares princípios da Economia Política nós aprendemos que a produção de riqueza pode ser levada a efeito debaixo de vários sistemas, mais ou menos aperfeiçoados. Simplesmente, todo o aperfeiçoamento técnico ou económico da produção, exigindo o concurso de capitais cada vez mais notáveis, postula uma divisão do trabalho cada vez mais racional e completa e esta não pode ter lugar sem uma correspondente expansão da própria produção.

Significa isto, por outras palavras, que nem todos os arranjos de que a produção é susceptível proporcionam os mesmos resultados, quando avaliados em têrmos de custos e rendimentos. Pois, como já tivemos ocasião de dizer (1), casos há em que a indivisibilidade dos agentes produtivos torna a consecução da combinação mais económica dependente da circuntância de a emprêsa assumir dimensões consideráveis. Efectivamente, os factores de produção resumem-se em trabalho que é prestado por homens (operários e empresários); em capital monetário que deve ser convertido em equipamento e êste, por razões técnicas, deve revestir certo tamanho; e em terra que, algumas vezes, por razões técnicas ainda, se não pode dividir indefinidamente. O resultado é que se torna impossível a qualquer emprêsa equipar-se para produzir uma unidade de uma mercadoria sem que imediatamente se torne apta para produzir mais do que uma unidade.

¿E como é que esta circunstância determina uma baixa do custo de produção à medida que o quantitativo desta aumenta? Nós vamos supor que há uma unidade indivisível de um certo factor de produção e que os restantes podem ser aumentados em pequenas doses e a preços constantes.

---

(1) Cfr. *infra*, págs. 73 e seguintes.

Primeiro, só uma parte do montante fixo do factor indivisível será usada, mas, à medida que a produção aumenta, ir-se-á caminhando para a sua utilização plena. Logo que a totalidade do factor indivisível esteja a ser usada, qualquer aumento da produção provocará a aparição dos rendimentos decrescentes e assistir-se-á a uma elevação dos custos. No entretanto, se êste factor indivisível tem um custo que deve ser suportado quer seja ou não plenamente utilizado, a parte dêste encargo fixo que cabe a cada unidade do produto terá sido decrescente.

Mas a verdade é que, dentre a variada gama dos factores indivisíveis, nem todos são especialmente adequados para determinado processo produtivo. Efectivamente, para qualquer espécie de produção, haverá uma hierarquia de métodos técnicos possíveis, cada um dêles usando unidades mais especializadas dos factores do que o último, e a produção será levada a efeito mais eficientemente quando cada operação do processo produtivo é realizada por uma unidade de um factor especialmente adaptada (por natureza, pela prática ou perícia humana) a essa particular tarefa. Mas, desde que as unidades dos factores são indivisíveis, o método de produção mais especializado envolverá a necessidade de um grandioso equipamento e a sua adopção não será vantajosa sempre que, por qualquer motivo, a produção deva ser pequena. Do que não há dúvida é de que a tendência para os custos decrescentes seria máxima se cada unidade dos factores fôsse completamente especializada e capaz de realizar apenas uma operação (1).

Assiste-se, pois, em muitos campos, embora com diversa

---

(1) JOAN ROBINSON, *The economics of imperfect competition*, Londres, 1933, págs. 333 e segs.; E. A. G. ROBINSON, *The structure of competitive industry*, 5.ª ed., Cambridge, 1941, págs. 28 e segs.; GEORGE MODLIN e FRANK VYVER, *Development of economic society*, Boston, 1938, págs. 304 e seguintes.

intensidade(1), ao aumento das dimensões médias das emprêsas. E, se o fenómeno se vem a traduzir num aumento da eficiência industrial, se conduz a uma economia de esforços e de tempo ou a uma expansão dos rendimentos, então a evolução é tão lucrativa para a colectividade como para a emprêsa individual e o Estado não tem qualquer razão para lhe opôr obstáculos.

Mas, certamente, o aumento da dimensão encontra limites que não convém despresar. Tendo êle lugar, quási sempre, pelo recurso a uma mais intensa mecanização, convirá nunca esquecer a relação entre a taxa de juro e os salários e evitar que a sedução da técnica se sobreponha ao que a Economia sugere.

E acresce que, sem a possibilidade de um grande volume de produção, os grandes e dispendiosos agentes produtivos não podem ser plenamente — e, portanto, econòmicamente — empregados. Mas não basta apenas produzir, pois sempre aparecerá como problema fundamental ao empresário o da colocação dos seus produtos, ou seja, o dos mercados. Equivale isto a afirmar que a consecução da dimensão mais eficiente num regíme que já não é o da pura concorrência fica a todo o momento condicionada pelo volume das vendas possíveis, isto é, pela extensão do mercado. Pois, de que vale introduzir grandes e custosas máquinas se aquilo que o consumo lhes pede pode ser fabricado em poucos dias ou semanas? A sua adopção seria manifestamente anti-económica, já que o excesso de capacidade que permanece inaproveitada não deixará de afectar desfavoràvelmente a elevação do custo complementar. Evidentemente,

---

(1) Como afirma PIROU, o fenómeno será mais visível naquelas indústrias que trabalham para uma clientela muito vasta, anónima e impessoal. Onde a produção em massa é contrariada pelas necessidades e gostos individuais, a vitória da grande emprêsa não é certa nem geral. *Traité d'economie politique*, vol. I, tomo I, Paris, 1940, págs. 156.

não há qualquer razão para introduzir máquinas caras numa fábrica cuja produção seja tão pequena que, para amortizar o seu valor e pagar os juros dos capitais nela invertidos, o custo unitário dos produtos tenha de ser elevado acima do nível que se poderia obter com métodos mais simples, mais directos e menos especializados (1).

O volume da produção depende da extensão do mercado e êste pode ultrapassar as fronteiras da Nação em que as fábricas laboram ou confinar-se ao território nacional. Verificar-se-á a primeira hipótese sempre que ao comércio seja assegurado um grau de relativa liberdade; neste caso, as produções em que os vários países se especializam podem revestir dimensões que se aproximam das mais económicas. Mas, se as nações persistem na sua corrida para a autarcia, então as indústrias devem contar apenas com o mercado nacional. Algumas áreas nacionais haverá, como os Estados Unidos e a Rússia, que oferecem um mercado tão vasto que o máximo das economias da produção em massa pode ser assegurado dentro do país. Na generalidade dos casos, porém, o mercado interior será tão exíguo que as indústrias se verão obrigadas a trabalhar em condições de manifesta inferioridade no que respeita à produtividade.

E é precisamente nesta hipótese que o aumento da dimensão das emprêsas é susceptível de agir intensamente sôbre a concorrência, conduzindo a situações de monopólio. Na verdade, quando, em virtude de uma sobreavaliação das condições do mercado, o consumo se revelar nitidamente insuficiente para absorver o excesso de produção gerado pelo aumento de dimensão das emprêsas, a concorrência

---

(1) ELLSWORTH, *International economics*, cit., págs. 105 e segs.; FREDERICK SHERWOOD DUNN, *Peaceful change*, cit. págs. 64 e segs.; YOVAN MIHAILOVITCH, *L'industrialisation des pays agricoles*, in *Revue economique internationale*, 1939, vol. I, págs. 485 e segs.

entre estas grandes unidades reveste-se das formas destrutivas e deletérias que todos conhecem. A necessidade e a preocupação de venderem o mais possível levará continuamente à baixa do preço. O grande volume de custos complementares e a impossibilidade de, pelo menos prontamente, adaptar o equipamento a outros usos, faz com que os preços possam deixar de cobrir os custos totais durante consideráveis lapsos de tempo e tendam a nivelar-se com o custo especial. A situação agrava-se naturalmente na medida em que a base financeira das emprêsas se torna mais elástica e a única solução possível para semelhante estado de coisas consiste na redução da produção. Mas trata-se de um remédio que só é eficaz quando simultâneamente adoptado por tôdas as unidades concorrentes e, para isso, torna-se indispensável um acôrdo entre elas. Ora o aumento da dimensão das emprêsas favorecerá êsse entendimento na medida em que tiver reduzido o número delas que se dedicam à produção de cada mercadoria. E a experiência adverte-nos de que, quando os contactos entre as emprêsas se estreitam, isto é, quando se formam carteis ou *trusts*, já não é um preço de custo total que está na primeira linha das suas aspirações mas antes um preço de lucro (1). Significa isto, afinal, que, neste domínio, como aliás em todos os outros, só num sentido todo relativo se pode falar de soluções ótimas e que importa aceitar os seus encargos se não querem perder os seus benefícios.

---

(1) GUSTAV CASSEL, *Les tendances monopolisatrices dans l'industrie et le commerce au cours de ces dernières annèes*, ed. da S. D. N., Genebra, 1927, págs. 21 e segs.; GEORGE MODLIN e MC ISAAC, *Social control of industry*, cit., págs. 135; KIEKHOFER, *Economic principles*, cit., págs. 136 e segs. Não deixa, porém, de ser curioso o facto de a taxa de progresso económico que era de cêrca de 3 % a quando do capitalismo atómico, se ter mantido a mesma quando se passou para um capitalismo de grandes unidades com tendências monopolistas.

50 — Não se contesta que há muitos países susceptíveis de comportarem um considerável desenvolvimento industrial em virtude da sua sobrepopulação agrícola, das altas taxas de natalidade e do baixo nível do rendimento real individual; é provável, por outro lado, que a indnstrialização provoque um grande melhoramento das condições de vida locais, acompanhado ainda de um aumento da população.

Mas qual o efeito da industrialização sôbre o comércio internacional? Sem dúvida, ela assenta sôbre a universalização da técnica, isto é, postula que os métodos técnicos mais aperfeiçoados deixem de constituir monopólio de uma ou poucas nações e antes estejam ao alcance de tôdas. Porque é assim, tem-se entendido que as vantagens económicas que actualmente se podem obter com a divisão do trabalho não são em nada comparáveis às de outros tempos; a experiência provaria flagrantemente que a eficiência dos modernos processos de produção em massa é quási completamente independente do país e do clima. Quando muito, subsistiria um certo grau de especialização em todos os casos em que ela está ligada a grandes e insuperáveis diferenças de clima, de recursos naturais, de grau de civilização etc., com o resultado final de o comércio internacional passar a basear-se predominantemente em diferenças absolutas de custos (1).

Sucederia assim se, àparte estas diferenças ineliminàveis, a difusão da técnica tendesse a igualar por tôda a parte os custos de produção. Mas basta atender a que o custo de produção depende não só do arranjo técnico das emprêsas como ainda da sua organização geral e da elevação dos

---

(1) Nêste sentido: JOHN MAYNARD KEYNES, *Autarchia economica*, in *Nuova collana di economisti*, vol. III, pág. 338; GUGLIELMO MASCI, *Corso di economia politica corporativa*, vol. I, Roma, 1940, págs. 413 e segs.; ARRIGO SERPIERI, *Principi di economia politica corporativa*, Florença, 1940, págs. 224 e seguintes.

preços dos factores para logo vermos quanto de absurdo e arbitrário encerram as afirmações radicais nesta matéria. Elas esquecem que determinada alteração num dos elementos do custo pode ser contrabalançada ou mais do que contrabalançada por uma modificação dos restantes; não tomam em conta que os próprios coeficientes técnicos são funções dos preços relativos dos factores e não consta que as divergências internacionais dêstes preços tenham deixado de existir com o advento e difusão dos modernos processos técnicos (1).

Aliás são os factos que se encarregam de lhe opôr um formal desmentido. Vale a pena, por ser elucidativo, analizar a composição do comércio mundial em qualquer ano. Vejamos, a título de exemplo, a situação em 1938 (2).

	Milhões de dollars	*0/0 do comércio mundial*
Importações dos 12 principais países industriais (U. S. A., Inglaterra, Japão, Alemanha, França, Bélgica, Itália, Checoslováquia, Suíça, Austria, Suécia, Holanda) uns dos outros	5,980	24,3
Importações dos 12 principais países industriais do resto do mundo . .	8,520	34,7
Importações que os restantes países fizeram uns dos outros	2,640	10,7
Importações que êstes países fizeram dos 12 principais países industriais	7,440	30,3
Comércio total entre os 12 principais países industriais e o resto do mundo	15,960	65,0
Comércio mundial total	24,580	100,0

(1) Lionel Robbins, *Economic planning and international order*, Londres, 1937, págs. 50 e segs.; Ellsworth, *International economics*, cit., págs. 514 e segs.; Wilhelm Röpke, *L'industrialisation des pays agricoles*, cit., págs. 126 e segs..

(2) Cfr. A. J. Brown, *Industrialisation and trade, cit.*, pág. 57.

Mostra-nos êste quadro, antes do mais, que o comércio entre os 12 principais países industriais atinge proporções consideráveis, muito embora não assente, de um modo geral, em vincadas diferenças climatéricas ou naturais. E cremos que o facto não é de surpreender desde que se tenha presente que as indústrias secundárias cobrem um enorme campo e uma grande variedade de produtos; em muitos casos, a sua existência em dois países não significa necessàriamente concorrência. É até freqüente deparar-se com países que importam e exportam simultâneamente artigos que aparentemente são os mesmos: o facto será devido, na generalidade dos casos, à circunstância de os bens importados e exportados serem de qualidade diferente, aptos para diferentes classes da população. Assim, por exemplo, a Alemanha exporta relógios de qualidade inferior e importa relógios de alta qualidade (sendo o valor das exportações superior ao das importações), enquanto que a Inglaterra exporta relógios de alta qualidade e importa relógios de baixa qualidade (sendo o valor das exportações despresável em confronto com o das importações). Ainda a Alemanha exporta máquinas eléctricas de qualidade superior e importa as mesmas de qualidade inferior e a Inglaterra procede inversamente (1).

Resulta claramente, em seguida, que o comércio entre os países não industriais é muito pequeno em relação ao seu comércio com os países industriais (apenas um sexto ou um sétimo dêste). Quere dizer: os países que se dedicam à produções primárias tendem a comerciar principalmente com os países industriais, mas êstes, embora comerciem em

---

(1) H. Frankel, *Industrialisation of agricultural countries and the possibilities of a new international division of labour*, in *The economic journal*, vol. LIII, 1943, págs. 188 e segs..

maior grau com as nações agrícolas, mantêem ainda considerável volume de trocas entre si.

Mas, admitindo que vários países reünem as condições indispensáveis para se industrializarem, em que medida é que a composição do comércio internacional será alterada? Ora, se a industrialização significa uma deslocação do capital em direcção ao trabalho, então é natural que os países até certo momento agrícolas tenham de importar durante muito tempo e equipamento que lhes é necessário. E como, por outro lado, o capital é normalmente caro em tais áreas e raro o trabalho qualificado, êsses países estarão naturalmente fadados, pelo menos de início, para a produção de artigos baratos e de grande consumo local, devendo ainda exportá-los para regiões econòmicamente mais atrasadas. Significa isto que, à importação de equipamento, se vai juntar a de bens de consumo duradouros altamente trabalhados — automóveis, aparelhos de rádio, lanifícios de alta qualidade etc. — que passarão a ser objecto de maior consumo à medida que a industrialização fôr elevando o nível dos rendimentos. Um exemplo ainda recente servirá para ilustrar o nosso pensamento. Todos sabem que os modernos métodos de fabricar tecidos são oriundos da Inglaterra e que êste país se tornou o maior produtor mundial tanto de artigos de lã como de algodão. Ora a posse dêstes métodos por parte do Japão, aliada a uma oferta de factores produtivos mais adequada ao baixo custo de produção que se pode obter debaixo das novas condições técnicas, conduziu a uma mudança parcial da localização da indústria de tecidos. A Inglaterra melhorou consideràvelmente no decurso do século XIX esta indústria e, dispondo de capitais avultados e de trabalho altamente qualificado, começou a produzir artigos de qualidade, destinados principalmente ao mercado inglês e ao de países com um nível de vida similar ao seu. Por seu turno, o Japão, dispondo de uma grande oferta de trabalho barato, começou a especializar-se na produção de artigos de baixa qualidade,

feitos de matérias primas inferiores, mas que, no entanto, satisfaziam as exigências de uma grande massa da procura mundial (1).

Assistir-se-á, sem dúvida, a uma mudança de localização, pelo menos parcial, de certas indústrias. Mas, desde que ao comércio seja assegurada uma relativa liberdade, tal facto, alterando embora a composição e a direcção do comércio internacional, não é de molde a afectar sèriamente o seu volume. Na verdade, a industrialização conduzirá a uma especialização menos redutível a linhas geométricas mas que nem por isso deixa de ser evidente. Ir-se-à esbatendo a importância relativa das trocas de produtos primários por artigos manufacturados em proveito do comércio de artigos semi-manufacturados ou de bens que revistam qualidades diferentes. Tratar-se-á sempre, em última análise, da adaptação dos recursos limitados de que cada comunidade dispõe e que se supõem plenamente empregados ao novo condicionalismo gerado pelo evolver dos factores mudáveis de qualquer sistema económico. O fenómeno não é de hoje nem de ontem, mas de sempre. Ninguém ignora, por exemplo, que o grande desenvolvimento da indústria química e eléctrica na Alemanha se não pode fazer sem prejuízo manifesto da indústria textil, cerâmica, etc.

Urge, porém, terminar se se não quere tirar a êste estudo o carácter de simples introdução à análise de uma série de complexos problemas que estão na primeira linha das preocupações do nosso tempo. Necessàriamente superficial, o nosso trabalho consistiu principalmente em esboçar a génese do problema da industrialização dos países agrícolas, em

---

(1) Frankel, *Industrialisation of agricultural countries*, cit., págs. 188 e segs.; Ellsworth, *International economics*, cit., págs. 516 e segs.

chamar a atenção para algumas questões fundamentais que o político deve afrontar e em pôr em relêvo as suas numerosas implicações. Desbravado o campo, seria chegado o momento de, através de uma série de estudos monográficos, descer do mundo simplificado em que nos movemos à realidade complexa em que vivemos. E, se com êles se procura facultar um maior grau de bem-estar à colectividade, então todos os esforços, por ingentes que sejam, aparecem necessàriamente pequenos em face da grandiosidade do objectivo.